

VITOR PRUDENTE VIEIRA

**CATALANISMO E INDEPENDENTISMO CATALÃO: EFEITOS PÓS-CRISE DE
2008 NOS MOVIMENTOS NACIONALISTAS DA CATALUNHA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Geografia, para obtenção do título de *Magister Scientiæ*.

Orientador: Leonardo Civale

**VIÇOSA – MINAS GERAIS
2021**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

V658c
2021
Vieira, Vitor Prudente, 1995-
Catalanismo e independentismo catalão : efeitos pós-crise
de 2008 nos movimentos nacionalistas da Catalunha / Vitor
Prudente Vieira. – Viçosa, MG, 2021.
1dissertação eletrônica (128 f.): il. (algumas color.).

Orientador: Leonardo Civale.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,
Departamento de Geografia, 2021.

Referências bibliográficas: f. 123-128.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2021.262>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Catalunha (Espanha). 2. Autonomia - Catalunha
(Espanha). 3. Nacionalismo - Catalunha (Espanha).
4. Globalização. 5. Catalães - Identidade. I. Civale, Leonardo,
1962-. II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de
Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia.
III. Título.

CDD 22. ed. 320.5409467

Bibliotecário(a) responsável: Alice Regina Pinto CRB6 2523

VITOR PRUDENTE VIEIRA

**CATALANISMO E INDEPENDENTISMO CATALÃO: EFEITOS PÓS-CRISE DE
2008 NOS MOVIMENTOS NACIONALISTAS DA CATALUNHA**

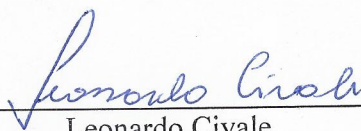
Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Geografia, para obtenção do título de *Magister Scientiæ*.

APROVADA: 30 de setembro de 2021.

Assentimento:



Vitor Prudente Vieira
Autor



Leonardo Civalo
Orientador

Dedico essa dissertação à minha mãe Rose, que sempre me apoiou na carreira que eu quis seguir.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pela saúde e vida, principalmente em tempos de pandemia.

Aos meus pais, André e Rose, por me ajudarem nessa jornada acadêmica que não foi fácil, ainda mais numa pesquisa da qual não possuía bolsa de pesquisa alguma.

Aos professores do Departamento de Geografia da UFV, que durante a minha graduação só me fizeram gostar mais do curso e da vida acadêmica.

Aos professores do Mestrado, pelos debates construtivos e total apoio.

Ao professor e orientador Leonardo Civale, que participou da minha caminhada acadêmica desde a graduação, por todos os cafés tomados que se tornavam aulas, e pelos encontros e conversas.

À Patrícia dos Santos Bernardo, servidora do PPGEIO/UFV, a cabeça e a alma do programa, sem você não sei como estaríamos.

Aos colegas de curso, pelos debates e trocas de conhecimentos que enriqueceram este trabalho.

Aos colegas da República Mansão, pelos momentos de risadas (e estresses), a vida acadêmica seria monótona sem vocês.

A todos e todas que estiveram presentes durante o Mestrado, tirei conhecimentos em cada ato, direta e indiretamente.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Meu muito obrigado.

Se o nacionalismo da Catalunha conseguir despertar com seu exemplo às forças adormecidas de todos os povos espanhóis, o nacionalismo catalão terá conseguido sua primeira ação imperialista.

Enric Plat de Riba

RESUMO

VIEIRA, Vitor Pudente, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, setembro de 2021. **Catalanismo e Independentismo catalão: efeitos pós-crise de 2008 nos movimentos nacionalistas da Catalunha.** Orientador: Leonardo Civalle.

O presente trabalho analisa os movimentos nacionalistas existentes na Catalunha – o catalanismo e o independentismo catalão, com sua vertente dos Países Catalães – em um contexto pós-crise financeira mundial de 2008. A partir dos efeitos da globalização nesses movimentos nacionalistas, além da crise de identidade que esta ocasionou, o nacionalismo tornou-se para a Catalunha um instrumento importante na política e na cultura dessa Comunidade Autônoma. Apesar do tema do nacionalismo ocorrer há pelo menos 200 anos, o nacionalismo como ocorre na Catalunha é moldado através da modernidade tardia, com muita influência da globalização. Olhando-se do alto, os movimentos nacionalistas catalães são tão parecidos quanto os demais movimentos europeus, principalmente da Europa ocidental. Entretanto, olhando-se de baixo, os movimentos nacionalistas catalães possuem algumas diferenças marcantes, como sua história quase constantemente marcada por guerras, a máquina política de subdivisões regionais muito diferente da Europa e o modo como Nação e Nacionalidade Histórica é vista pelo Reino de Espanha e pela Catalunha.

Palavras-chave: Catalunha. Catalanismo. Independentismo catalão. Nacionalismo. Globalização. Identidade.

ABSTRACT

VIEIRA, Vitor Pudente, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, September, 2021. **Catalanism and Catalan Independentism: post-2008 crisis effects on nationalist movements in Catalonia.** Advisor: Leonardo Civale.

This paper analyzes the nationalist movements existing in Catalonia – Catalanism and Catalan independence, with its strand of the Catalan Countries – in a post-financial and world crisis 2008 context. From the effects of globalization on these nationalist movements, in addition to the crisis of identity that it brought about, nationalism became for Catalonia an important instrument in the politics and culture of that Autonomous Community. Although the theme of nationalism has been going on for at least 200 years, nationalism as it occurs in Catalonia is shaped through late modernity, with a lot of influence from globalization. Looking from above, Catalan nationalist movements are as similar as other European movements, especially from Western Europe. However, looking from below, Catalan nationalist movements have some striking differences, such as their history almost constantly marked by wars, the political machine of regional subdivisions very different from Europe and the way in which Historical Nation and Nationality is seen by the Kingdom of Spain and by Catalonia.

Keywords: Catalonia. Catalanism. Catalan Independentism. Nationalism. Globalization. Identity.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Localização do Reino de Espanha (verde claro) na Europa (em cinza claro) e na União Europeia (em verde escuro)	17
Imagem 2 – Comunidades Autônomas do Reino de Espanha, incluindo as cidades autônomas de Ceuta e Melilha.....	18
Imagem 3 – Localização da Comunidade Autônoma da Catalunha no Reino de Espanha.....	20
Imagem 4 – Condado de Barcelona entre 1114 e 1162, e seus arredores.....	22
Imagem 5 – Domínio dos Habsburgos quando da abdicação de Carlos V.....	25
Imagem 6 – Repartição da Catalunha entre Castela e França após o Tratado dos Pirineus em 1659.....	27
Imagem 7 – Movimentos nacionalistas, independentistas e/ou separatistas do Reino de Espanha.....	59
Imagem 8 – Porcentagens de assentos de partidos nacionalistas e regionalistas nas Comunidades Autônomas.....	64
Imagem 9 – Movimentos separatistas nas Ilhas Britânicas.....	68
Imagem 10 - Regiões onde a língua catalã é falada (cinza escuro e vermelho) e quais são regiões históricas (cinza claro)	91
Imagem 11 – Áreas territoriais de aplicação dos Catálogos da Paisagem.....	100
Imagem 12 – Planos Territoriais Parciais da Catalunha.....	101
Imagem 13 – A regionalização das paisagens da Catalunha segundo o Observatório da Paisagem da Catalunha.....	102
Imagem 14 – Paisagens Históricas da Catalunha (em azul)	105
Imagem 15 – Línguas do Reino de Espanha (simplificado)	108
Imagem 16 – Brasão de Armas da Comunidade Autônoma da Catalunha.....	111

Imagem 17 – Bandeira Oficial da Comunidade Autônoma da Catalunha.....	112
Imagem 18 – A <i>Senyera Estelada</i> – Bandeira Nacionalista da Catalunha.....	113
Imagem 19 – Bandeira Independentista da Catalunha.....	114
Imagem 20 – Bandeira do Principado da Catalunha no caso da criação dos Países Catalães.....	115
Imagem 21 – Manifestações separatistas e “laços amarelos” em fachadas em Barcelona.....	116
Imagem 22 – Palácio da <i>Generalitat</i> , Barcelona, Catalunha.....	118

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Espectros políticos dos partidos pró-independência da Catalunha ou a favor de um referendo de autodeterminação.....	88
Tabela 2 – Parlamentos que os partidos políticos pró-independência catalã possuem deputados eleitos.....	88
Tabela 3 - Partidos políticos com cadeiras no Parlamento da Catalunha e seus espectros políticos.....	89

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ANC** – *Assembleia Nacional Catalana* (Assembleia Nacional Catalã)
- CEE** – Comunidade Económica Europeia
- CUP** – *Candidatura d’Unitat Popular* (Candidatura de Unidade Popular)
- EFA** – *European Free Alliance* (Aliança Europa Livre)
- EH Bildu** – *Euskal Herria Bildu* (Reunir País Basco)
- ERC** – *Esquerra Republicana de Catalunya* (Esquerda Republicana da Catalunha)
- ETA** – *Euskadi Ta Askatasuna* (País Basco e Liberdade, grupo terrorista basco)
- INE** – *Instituto Nacional de Estadística* (Instituto Nacional de Estatística)
- Junts** – *Junts per Catalunya* (Juntos pela Catalunha)
- OCDE** – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
- OMC** – Organização Mundial do Comércio
- ONG(s)** – Organização(ões) Não-Governamental(is)
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- OTAN** – Organização do Tratado do Atlântico Norte
- PIB** – Produto Interno Bruto
- PIIGS** – Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha (*Spain* em inglês)
- PP** – Partido Popular
- PSOE** – Partido Socialista Operário Espanhol
- UC** – *Unitat Catalana* (Unidade Catalã)
- UE** – União Europeia
- UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. REINO DE ESPANHA E COMUNIDADE AUTÔNOMA DA CATALUNHA: CONTEXTO HISTÓRICO	16
Dados geográficos: Reino de Espanha	16
Dados geográficos: Comunidade Autônoma da Catalunha	19
A História para entender o Presente	20
O <i>Fin de siècle</i> e a <i>Renaixença catalã</i>	31
O “Breve Século XX” espanhol	32
2. UMA DISCUSSÃO NACIONALISTA	38
Nacionalismos: Nação, Identidade, Globalização	39
Movimentos separatistas na Europa	56
O Partido Aliança Livre Europeia	57
Os casos do Reino de Espanha	58
Os casos da República Francesa	66
Os casos da República Italiana	67
Os casos do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	68
O Brexit e suas influências no movimento separatista britânico: Escócia e o novo pedido de referendo	70
3. O NACIONALISMO NA CATALUNHA E SUAS VARIAÇÕES	72
Os Nacionalismos catalães	75
O Catalanismo	77
O Independentismo Catalão e os Países Catalães	83
Memória e História	93
As paisagens catalães e o Observatório da Paisagem da Catalunha	95
Língua falada e língua escrita: as linguagens na Catalunha	106
As bandeiras catalães	110
Mapeamento de Barcelona	115
Os “laços amarelos” e as consequências políticas	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	123

INTRODUÇÃO

No mundo globalizado, as mudanças ocorrem constantemente. E as culturas tentam adaptar-se a essas mudanças. Contudo, as identidades culturais muitas vezes não conseguem acompanhar esse ritmo de intensas mudanças, ou, por necessidade, veem obrigadas a preservar-se, seja através da língua, da literatura, da política, da economia. Transformar sua História em cotidiano. Essas identidades culturais consideradas minorias são encobertas sob o manto da globalização, e assim, elas acabam perdendo espaço dentro da própria comunidade/sociedade.

A Comunidade Autônoma da Catalunha, o objeto de análise da presente dissertação, viu-se, nos últimos anos, em intensas disputas políticas e econômicas com o Reino de Espanha. A ascensão do catalanismo e do independentismo catalão revelou feridas profundas na história da Catalunha, e não só aquelas ligadas ao Franquismo e à repressão cultural causada pela ditadura, mas foram trazidas à luz fatos do Principado da Catalunha medieval, tradições que supostamente sempre existiram na Comunidade e a formação da Nação catalã como algo que sempre existiu. Entretanto, como lembra Hobsbawm (2016), as nações são produtos da modernidade, e também da alta modernidade, que criou um novo nacionalismo mais envolto pela globalização e pelo capital financeiro.

A globalização acentuou esses movimentos nacionalistas, principalmente da Europa, lar de Estados antigos, e não nações. Com o encurtamento das distâncias através do melhoramento dos meios de comunicações e de transportes, a informação viaja mais rápido, chegando em todo o mundo praticamente ao mesmo tempo, e desse modo, as crises, sejam elas econômicas, financeiras, políticas e, como viu-se recentemente, as sanitárias, viajam igualmente rápidas. A União Europeia sendo um bloco de grande poder regional e global sofreu amargamente com as crises recentes, e alguns de seus Estados-membros começaram a vê-la como um bloco que não consegue e não irá se sustentar por muito mais tempo. O ressurgimento de certos nacionalismos dentro do bloco – catalão, basco, flamengo, bretão, etc. –, como no entorno – o caso escocês sendo o mais relevante –, causam fissuras, as vezes irreparáveis ao bloco. A União Europeia tem a proposta de integração regional, mas deixa as minorias nacionais à mercê da vontade de seus Estados, e muitas vezes, esses Estados não permitem que o nacionalismo de uma determinada região se sobressaia sobre a dita “nação una e indivisível”.

O problema desta pesquisa é compreender a relação entre globalização – os localismos e os universalismos –, identidade e os movimentos nacionalistas existentes na Catalunha pós-crise de 2008. Os movimentos nacionalistas catalães podem ser divididos em dois: o catalanismo e o independentismo catalão. O primeiro diz, em poucas palavras, ao movimento nacionalista mais antigo na Catalunha que busca uma maior autonomia cultural e fiscal dentro do Reino de Espanha, mas sem desfazer as organizações existentes, como a *Generalitat*¹. O segundo, é um movimento mais radical, derivado do primeiro e que atualmente possui uma força maior dentro da Comunidade Autônoma da Catalunha, e fora dela, cujo objetivo final é uma total independência do Reino de Espanha e a criação de um novo Estado europeu.

No capítulo um será apresentado os dados geográficos do Reino de Espanha e da Comunidade Autônoma da Catalunha, além de um contexto histórico mostrando a formação de ambos e como algumas ideias produzidas desde a Idade Média se tornaram permanentes no cotidiano espanhol, como o centralismo e o nacionalismo.

O capítulo dois, o nacionalismo terá um foco, associado à Nação, à identidade, às tradições e à globalização, este último, sendo um dos mais importantes para a questão independentista catalã atualmente. Após essa discussão, será abordado alguns movimentos separatistas localizados na Europa ocidental, sendo do Reino de Espanha (excluindo a Catalunha), França, Itália e Reino Unido, tendo um foco no *Brexit* no último caso e a relação com a Escócia. A escolha desses países é porque todos possuem ligações diretas com o caso da Catalunha. Além de entender a composição da EFA, uma aliança de partidos europeus que defendem a independência de regiões das quais fazem parte.

No capítulo três e último, a pesquisa terá o foco na Comunidade Autônoma da Catalunha, quais os tipos de nacionalismos existem na Comunidade e como é feita a narrativa dos catalães sobre seus movimentos nacionalistas e/ou independentistas. Primeiro será analisado o nacionalismo catalão, conhecido também como catalanismo, considerado o mais

¹ Optou-se por manter alguns nomes de locais ou organizações em seu original em catalão, como no caso da *Generalitat*, do *Òmnium Cultural* e de alguns partidos políticos ligados aos movimentos separatistas e independentistas, por estes representarem a Comunidade Autônoma da Catalunha enquanto maiores forças políticas, sociais e culturais. Quanto às citações em espanhol ou catalão que aparecem no texto, estas se referem ao Estatuto de Autonomia da Catalunha ou à Constituição Espanhola e preferiu-se que se mantivesse em seu original, tendo uma nota de rodapé em cada uma com a tradução. Os demais textos em quaisquer outras línguas foram traduzidos e seu original se encontra em notas de rodapé, para que o sentido do original não se perca na tradução do presente autor.

antigo e que luta por uma maior autonomia perante o Reino de Espanha. Após, o independentismo catalão, uma vertente do primeiro, mas mais radical, que defende a total separação da Catalunha do Reino de Espanha. Em seguida, será exposto como a memória e a história são utilizadas para produzir o discurso nacionalista catalão, além da construção da paisagem como patrimônio único dos catalães e como a língua é utilizada nos movimentos como uma força de poder. Por último, será apresentado a questão das bandeiras e como os próprios catalães nacionalistas e/ou independentistas utilizam diferentes bandeiras para produzir o discurso nacionalista, além de um mapeamento da cidade de Barcelona durante a breve pesquisa de campo do autor pela cidade, mostrando os locais onde as manifestações nacionalistas e/ou independentistas ocorrem e porque de estarem localizadas nesses locais.

A pesquisa não tem o intuito de ser exaustiva, porque são inúmeros os fatores que podem ter condicionado o ressurgimento dos movimentos nacionalistas e/ou independentistas catalães. Porém, a hipótese do trabalho é que a má gestão do Governo Central feito pelo PP durante anos para com a Catalunha e a crise financeira e econômica desencadeada em 2008, reascenderam os ideais catalanistas e/ou independentistas, fazendo com que a população catalã se dividisse e causando uma nova crise institucional e constitucional dentro e fora do Reino de Espanha.

1. REINO DE ESPANHA E COMUNIDADE AUTÔNOMA DA CATALUNHA: CONTEXTO HISTÓRICO

Dados geográficos: Reino de Espanha

O Reino de Espanha é um país europeu meridional/mediterrânico localizado na Península Ibérica com territórios ultramarinos, sendo dois arquipélagos: as Ilhas Baleares, no Mar Mediterrâneo, e as Ilhas Canárias, na costa atlântica da África; e dois enclaves no Marrocos: as cidades autônomas de Ceuta e Melilla, tornando a Espanha o único país europeu com uma fronteira terrestre com um país do continente africano. Além de várias pequenas ilhas no Mar de Alborão, na costa mediterrânica africana, que também fazem parte do território espanhol. É limitada a norte através da fronteira com a França e Andorra, a leste e sul com o Mar Mediterrâneo e o enclave britânico de Gibraltar, e a oeste por Portugal e o Oceano Atlântico. Possui uma área de 505.944 km². A língua oficial do Reino de Espanha é o castelhano (espanhol), além de línguas regionais cooficiais, sendo elas o catalão, o valenciano, o galego, o basco (conhecido como *Euskara*), o aranês e o aragonês. A população espanhola é de aproximadamente 47.431.256 habitantes segundo dados do INE (2020), sendo que 5.023.279 – cerca de 10,7% – são estrangeiros (INE, 2020). É membro da União Europeia, da Zona Euro², do Espaço Schengen³, da OTAN, da ONU, da OCDE, da OMC, do G-20 (como convidado permanente), da União Latina, entre outros. O PIB espanhol foi de aproximadamente 1 244 757M € em 2019 (INE, 2020).

² O Euro é uma moeda veiculada em 19 países da UE e 5 dependências ultramarinas, bem como em alguns não-membros, sendo eles Andorra, Mônaco, San Marino e Cidade do Vaticano. Kosovo, Montenegro e Zimbábwe também usam o Euro como moeda oficial, mesmo não sendo permitido a produção de moedas e notas em seus territórios, segundo o Banco Central Europeu.

³ O Espaço Schengen é uma convenção entre países europeus sobre uma política de abertura de fronteiras e livre circulação de pessoas entre os países signatários, dispensando a necessidade de vistos e prazos de permanência entre a população dos Estados-membros.

Imagem 1: Localização do Reino de Espanha (verde claro) na Europa (em cinza claro) e na União Europeia (em verde escuro)



Fonte: *Wallhere*. Disponível em <<https://wallhere.com/da/wallpaper/1434319>>. Acesso em 15/04/2021.

A Espanha é uma monarquia constitucional e uma democracia parlamentarista secular no qual o Rei – Rei Felipe VI – é o Chefe de Estado; e o Presidente do Governo – Pedro Sánchez, desde 2018 – é o Chefe de Governo, com um Conselho de Ministros, formando o poder executivo. Há no poder legislativo um parlamento bicameral, as *Cortes Generales*, dividido em Congresso dos Deputados e Senado. O poder judiciário é formado pelo conjunto de juizados e tribunais, integrado por juízes e magistrados. A administração do Estado Espanhol se dá através de comunidades autônomas, províncias, comarcas, municípios e duas cidades autônomas. As Comunidades Autônomas gozam de governos próprios, nos moldes de uma Federação, e possuem autonomia para gerir e desenvolver a segurança, a saúde, a educação, o meio ambiente, entre outras. Atualmente o Estado Espanhol possui 17 Comunidades Autônomas, sendo 8 destas denominadas Nacionalidades ou Nações Históricas⁴. As comunidades autônomas subdividem-se em 50 províncias e 8131 municípios. Além de possuir duas cidades autônomas, Ceuta e Melila.

⁴ O termo Nacionalidades ou Nações Históricas é utilizado na Espanha para designar as regiões que existiam enquanto um Estado (não um Estado Nacional ainda, mas como um território delimitado) antes da instituição do Estado espanhol, feito através da união por matrimônio entre monarquias e cortes existentes. As Nações Históricas são: Catalunha, Comunidade Valenciana, País Basco, Galiza, Aragão, Andaluzia, Ilhas Canárias e Ilhas Baleares.

Imagem 2: Comunidades Autônomas do Reino de Espanha, incluindo as cidades autônomas de Ceuta e Melilha.



Fonte: Disponível em <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Autonomous_communities_of_Spain_no_names.svg>. Acesso em 10/09/2020.

O Governo Espanhol é caracterizado pela descentralização política. Possui uma Constituição Espanhola, sendo a Magna Carta do Reino de Espanha, além de constituições regionais através dos Estatutos de Autonomia, que permitem ações políticas, econômicas, sociais e jurídicas, desde que não intervenham nas leis constitucionais. De acordo com o artigo 143 da Constituição,

En el ejercicio del derecho a la autonomía reconocido en el artículo 2 de la Constitución, las provincias limítrofes con características históricas, culturales y económicas comunes, los territorios insulares y las provincias con entidad regional histórica podrán acceder a su autogobierno y constituirse en Comunidades

Autónomas con arreglo a lo previsto en este Título y en los respectivos Estatutos⁵ (ESPAÑA, 1978).

Este caráter de autonomia não é obrigatório para todas as comunidades. Aquelas que não possuem um Estatuto de Autonomia são geridas pelo Governo Central espanhol, do qual seu poder político acaba sendo menor do que àquelas Comunidades Autônomas com Estatutos de Autonomia próprias.

Dados geográficos: Comunidade Autônoma da Catalunha

Localizada a nordeste da Península Ibérica e do Reino de Espanha, limita-se com a fronteira da França e do Principado de Andorra a norte por meio dos Pirineus; e com a Comunidade Valenciana a sul, com Aragão a oeste, e o Mar Mediterrâneo a leste, a Comunidade Autônoma da Catalunha é uma das 8 Nações Históricas e uma das 17 comunidades autônomas existentes na Espanha. Possui uma área territorial de 32.113 km² – 6,3% do território espanhol – e sua população é de aproximadamente 7.778.362 habitantes⁶, ou seja, mais de 16% da população espanhola vive na Catalunha. Sua capital e maior cidade é Barcelona. Possui 4 províncias: Barcelona, Tarragona, Girona e Lérida; e tem como línguas oficiais o castelhano, o catalão e o occitano (aranês).

Seu território permanece praticamente o mesmo desde o Tratado dos Pirineus de 1659 com a França, quando a região de Rossilhão (Pirineus Orientais) – chamada de Catalunha do Norte pelos catalães – foi anexada de fato ao país vizinho ao final da Guerra dos Trinta Anos entre Espanha e França. A Catalunha possui um terreno bastante montanhoso e com uma variedade de paisagens, climas e vegetações. Possui uma gama de rios que cortam a região, possuindo duas bacias importantes: a do rio Ebro e a do rio Garona; e há 580 km de litoral quase retilíneo.

⁵ No exercício de direito à autonomia reconhecido no Artigo 2 da Constituição, as províncias vizinhas com características históricas, culturais e econômicas comuns, os territórios insulares e as províncias com entidades históricas regionais poderão acessar seu autogoverno e tornar-se Comunidades Autônomas de acordo com as disposições deste Título e dos respectivos Estatutos – tradução própria.

⁶ Dados coletados em 18/05/2020 no site do INE.

Imagem 3: Localização da Comunidade Autônoma da Catalunha no Reino de Espanha.



Fonte: DW, 2017. Disponível em <<https://www.dw.com/pt-br/os-principais-pontos-do-referendo-na-catalunha/a-40750980>>. Acesso em 09/05/2020.

Por ser uma Comunidade Autônoma com estatuto também de Nação História do Reino de Espanha – desde modo reconhecida como uma nacionalidade –, a Catalunha goza de uma autonomia financeira, administrativa e organizacional através do Estatuto de Autonomia da Catalunha, que concerne um autogoverno executivo – a *Generalitat* – com sede permanente em Barcelona; um parlamento – o Parlamento da Catalunha –; e uma força policial – *Mossos d'Esquadra*. Desde modo, a Catalunha é independente político, jurídico e economicamente do restante da Espanha. É através dessa autonomia que a Catalunha protege sua língua e sua cultura, através de campanhas e divulgações pelos meios de comunicação de massa e em escolas, bem como através de partidos políticos que defendem a Catalunha enquanto uma nação.

A História para entender o Presente

A região que hoje conhecemos como Península Ibérica, que engloba Espanha e Portugal, tem sua ocupação humana começando na Antiguidade, com os primeiros assentamentos humanos primitivos⁷. As civilizações grega e cartaginesa foram os primeiros povos “civilizados” a ocuparem a região, seguidos pelo Império Romano; os primeiros

⁷ Primitivos aqui refere-se às espécies anteriores ao *Homo sapiens*, e não de humanos culturalmente diferentes, e desde modo considerados inferiores aos demais.

chamavam de Ibéria, o último, por Hispania. A civilização romana foi uma das mais importantes a ocuparem a região, porque foi durante o controle romano que houve a construção de cidades, dentre elas Barcelona, Tortosa e Terrassa (CANAL, 2015, p.21).

Os Visigodos se instauraram na região com a queda do Império Romano do Ocidente, criando o Reino Visigótico entre 415 e 711 d.C., contudo, no século VII os Visigodos começam a perder território com a chegada/invasão dos muçulmanos na península, instaurando o Califado de Damasco, o primeiro de vários que comandavam a região, começando o processo de islamização da região. No século seguinte, a Catalunha os muçulmanos são expulsos devido a reação dos Carolíngios, os Reis Francos, primeiro com as atuais cidades de Girona e Barcelona, surgindo então o Condado de Barcelona, tornando-se vassalhos dos Francos até 987. Essas terras foram usadas como uma zona de fronteira pelos Carolíngios – até a queda destes – visto que o reino de Al-Ándalus, o reino muçulmano, ainda existia na península.

Em 1137, a Catalunha já é um condado independente dos Francos. Raimundo Berengário IV é o conde de Barcelona, e devido aos pedidos da Santa Sé e da ameaça castelhana no entorno (CANAL, 2015, p.38), casa-se com Petronila de Aragão, o reino vizinho. Raimundo IV torna-se Príncipe-Regente de Aragão, mas mantém as instituições administrativas independentes entre o reino e o condado, este passando a se chamar Principado da Catalunha.

Imagem 4: Condado de Barcelona entre 1114 e 1162, e seus arredores.



Fonte: Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Territorio_Ramon_Berenguer_IV-es.png>. Acesso em 10/9/2020.

Entre 1225 e 1344, Catalunha e Aragão perpetraram seu poder marítimo no Mediterrâneo conquistando os Reinos de Maiorca nas Ilhas Baleares, de Valência – permanecendo com sua própria corte e gerando novas realidades políticas, sociais e linguísticas –, e de Nápoles, os Marquesados de Lérida e de Tortosa, a Sicília e a Sardenha italianas – esta última causando dificuldades de conquista –, chegando até a Atenas, na Grécia. A Coroa de Aragão ganhou influência e poder sobre o Mediterrâneo (CARVALHO, 2016, p.85), bem como um crescimento demográfico devido às “políticas” expansionistas do século

XIII (CANAL, 2015, p.49). É durante esses séculos que a Catalunha começa a investir na indústria têxtil, aumentando exponencialmente as vilas e a agricultura na região. O Tratado de Corbeil de 1258 retirou de vez todos os direitos que os Francos tinham sobre a região e o abandono a toda e qualquer política ultrapirenaica⁸.

O Principado da Catalunha, estando independente administrativa e politicamente de Aragão, desenvolveu um complexo sistema político e institucional, as Cortes Catalãs, local onde as leis deveriam ser aprovadas, em vez de serem feitas pelo Monarca. Este é um dos primeiros órgãos parlamentares da Europa, sendo criado em 1283. A *Generalitat* é criada em 1359, menos de 100 anos após a criação das Cortes, consolidando-se o sistema constitucional catalão. No final do século XIII começa a surgir o primeiro banco em Barcelona, consolidando-se no começo do século XV.

O historiador Jordi Canal (2015) faz um paralelo interessante da Catalunha ao abordar os efeitos que três eventos ocasionaram na região entre meados do século XIV e final do século XV, chamados pelo autor de “Trilogia Mortal”: a peste negra, a grande fome – derivada da primeira – e as guerras. Nessa época a população da Catalunha diminuiu pela metade, contudo, mesmo com as tragédias, o comércio seguiu crescendo e a marinha catalã manteve sua posição privilegiada. É durante esse período que o Reino de Maiorca é reincorporado à Coroa de Aragão. A partir de 1410 o trono fica vazio, gerando uma crise sucessória, e, conseqüentemente, as guerras. Havia quatro candidaturas ao trono: Jaime de Urgel; Luis de Anjou, duque da Calábria; Alfonso de Gandía; e Fernando de Antequera. Este último ascendeu ao trono em 1412, tornando-se Fernando de Aragão. “A Catalunha de 1472 era um país exausto. Mortes, destruições e paralização parcial da vida econômica deixaram marcas profundas”⁹ (CANAL, 2015, tradução própria).

Fernando II de Aragão, neto de Fernando de Aragão, casa-se com Isabel de Castela em 1469, sendo chamados de Reis Católicos desde então, unificando os dois reinos, bem como a

⁸ Este termo é utilizado por Canal (2015) para se referir a toda e qualquer política francesa sobre a Catalunha além dos Pirineus, cadeia montanhosa no sul da França e norte da Catalunha, utilizada como fronteira entre França e Espanha atualmente.

⁹ La Cataluña de 1472 era un país exausto. Muertes, destrucciones y paralización parcial de la vida económica dejaron huellas profundas.

Catalunha, ligada à Coroa de Aragão desde 1137. Este casamento é o marco inicial do futuro Reino de Espanha.

Tratava-se de monarquia resultante da aglomeração de reinos, ou seja, uma união territorial pessoal em que cada reino mantinha sua soberania. Ainda não existia o conceito de nação como o conhecemos hoje e a legitimidade era dinástica. A ideia, portanto, não era a de “unir a Espanha”, mas simplesmente aglutinar o maior número de reinos, que mantinham instituições, legislações e moedas distintas, além de aduanas entre suas fronteiras. Os reinos formavam o que atualmente poderia ser caracterizado como uma espécie de confederação, unida pela lealdade ao mesmo reino (CARVALHO, 2016, 53).

O Principado da Catalunha torna-se um território controlado pelo Reino de Castela, contudo mantendo sua moeda, língua, cortes e leis. Durante todo o reinado de Fernando II, a Catalunha se beneficiou com recuperações econômicas e política. Bem como a paz com a França foi firmada, gerando um *boom* demográfico para a Catalunha, devido ao fluxo migratório de franceses para a região.

O último califado muçulmano – o Califado de Córdoba – caiu em 1492, com a conquista do Reino de Granada e a conseqüente expulsão dos muçulmanos pelos Reis Católicos, pondo um fim a chamada Guerra de Reconquista. É durante o período da guerra que vários reinos começam a surgir na península, como o Reino de Portugal e o Reino de Castela. Enquanto a guerra se desenrolava na península, os novos reinos também visavam outra coisa: a conquista do Mar Mediterrâneo. A Inquisição espanhola – considerada a mais cruel e violenta – começa durante o reinado dos Reis Católicos; e a “Descoberta” das Américas¹⁰ ocorre.

A “Descoberta” das Américas impactou positivamente na Catalunha, visto que a região atuou na América Espanhola através do comércio de produtos catalães – tecidos, livros, couro, vidro. Como Canal (2015, p.89, tradução própria) afirma: “A exclusão do comércio catalão no novo mundo é um mito”¹¹, o comércio mediterrâneo estava em queda, o que influenciou o comércio atlântico.

¹⁰ Não houve uma “Descoberta” das Américas, o que aconteceu foi uma invasão europeia no continente habitado por povos autóctones há milhares de anos, o genocídio que gerou devido às novas doenças para aqueles povos, como a gripe inserida pelos europeus, e as guerras que provocaram, além dos saques das riquezas e o fim dos modos de vida existentes.

¹¹ La exclusión del comercio catalán del nuevo mundo es un mito.

Estes são considerados marcos para uma definição da identidade da Espanha, o que os torna também uma das unidades políticas mais antigas da Europa, ao lado de Portugal, França e Inglaterra (CARVALHO, 2016, p.53-54), e posteriormente a primeira potência europeia e o primeiro império mundial.

A política de matrimônios acarretou notável incremento dos territórios controlados pelos Habsburgos. A união entre Castela e Aragão não apenas possibilitou a união peninsular sob uma mesma Coroa, como também, no médio prazo, inaugurou uma era imperial da identidade espanhola (CARVALHO, 2016, p.56).

Um dos matrimônios mais importantes foi o da Joana, a Louca – filha de Fernando II e Isabel I –, com Felipe, o Belo, da dinastia Habsburgo, aumentando o poder e o território da Coroa pela Europa. Fernando II de Aragão morre em 1516; contudo, Joana tinha problemas mentais, e, desde modo, quem ascende o trono é Carlos I da Espanha – também chamado Carlos V da Áustria – o filho mais velho de Joana e Felipe, herdando quatro coroas de grandes dinastias, sendo elas: Castela, Aragão, Áustria e Borgonha. Carlos I torna-se Rei de Castela e Aragão, com o controle da Sicília, Sardenha e Nápoles ligada à última; Imperador do Sacro Império Romano-Germânico e Rei da Itália como Carlos V; Arquiduque da Áustria como Carlos I; Conde da Holanda e Conde Palatino de Borgonha como Carlos II; Rei da Hungria e Boêmia e além de controlar Flandres e o Franco Condado. O reinado de Carlos V, como é mais conhecido, foi longo e durante toda sua vida foi enamorado da Catalunha, como Canal (2015, p.91) afirma. A Catalunha obteve um aumento de poder marítimo sobre o Mediterrâneo na política imperial de Carlos V, diminuindo o poder otomano neste, que crescia também no mesmo período (BURBANK e COOPER, 2019).

Imagem 5: Domínios dos Habsburgos quando da abdicação de Carlos V



Fonte: Disponível em <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Dominiuns_House_Habsburg_abdication_Charles_V.jpg>. Acesso em 01/09/2020.

Entre 1554 e 1556, Carlos V abdicou de todos os seus reinos, arquiducados e condados, e dividiu seu poder entre seus filhos e seu irmão. Seu filho Felipe II ascende ao trono espanhol em 1556, e continua com as políticas do pai sobre seus territórios. Felipe II funda a cidade de Manila, nas Filipinas, em 1571, levando o Império Espanhol até a Ásia, e em 1580 subjuga o Reino de Portugal, formando a União Ibérica. A identidade colonial espanhola começa a se consolidar, durando alguns séculos (CARVALHO, 2016, p.56). Contudo, é importante frisar que a dinastia Habsburgo não eram especificamente espanhóis (BURBAK e COOPER, 2019, p. 161). A decadência econômica do Império Espanhol se deu com a entrada da Inglaterra e dos Países Baixos no mercado colonial mundial, sendo este último um dos responsáveis pela empresa mais valiosa do mundo na época, a Companhia Neerlandesa das Índias Orientais, fundada em 1602, além da América Colonial Espanhola não conseguir suprir mais as necessidades de ouro e prata da Coroa. A Espanha continuava insistindo num modo de produção feudal, piorando ainda mais a sua economia.

Nos séculos seguintes, a Espanha se viu diante de vários conflitos e guerras, internos e externos, um deles foi a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) entre a Espanha e a França; e a Catalunha foi a região mais afetada durante todo o conflito, por ser uma zona de fronteira. Nos últimos anos da guerra, a Catalunha passa a ser um protetorado francês. Entretanto, em

1640 ocorre uma revolta na região, é o começo da Guerra dos Segadores, que duraria até 1652. A Catalunha está exausta de tantos conflitos em seu território e queria se afastar da monarquia de Felipe IV, ao mesmo tempo que se aproximava de Luis XIII da França. A Catalunha torna-se uma república em 1641, mas precisava da ajuda da França, e, desde modo, tornou-se, ao mesmo tempo, um condado sob o mandato/protetorado francês. Com o fim da guerra em 1659, os representantes de Felipe IV e de Luis XIII assinaram um acordo, o Tratado dos Pirineus, que dividia o território da Catalunha entre as duas Coroas. A Catalunha perdeu os territórios de Rossilhão, Vallespir, Conflent-Capcir e trinta e três lugares de Sardenha para a França (CANAL, 2015, p.99), e voltando a fazer parte do Reino de Espanha.

Imagem 6: Repartição da Catalunha entre Castela e França após o Tratado dos Pirineus em 1659.



Fonte: Disponível em <<https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Catalonia2.png>>. Acesso em 14/03/2021.

Os conflitos não pararam por muito tempo na Catalunha, e no restante da Espanha. Quando Carlos II, filho de Felipe II, morre sem deixar herdeiros, outra guerra se aproxima, a Guerra de Sucessão em 1700, provocando um conflito internacional entre os Bourbons e os Habsburgos. A Catalunha apoiava abertamente o Arquiduque Carlos II, uma vez que a francofobia estava em alta na região após a Guerra dos Segadores, bem como a escolha eclesiástica pelo austríaco Carlos II. Entretanto, uma parcela da população defendia Felipe V

de Bourbon. Percebemos com esses conflitos que a Catalunha nunca teve uma unidade, ocasionando um conflito entre duas Catalunhas (CANAL, 2015).

Carlos II escolheu Felipe de Bourbon, duque de Anjou, neto de sua irmã María Teresa, casada com o Rei Luis XVI da França, para ascender ao trono. Entretanto, a família Habsburgo não aceitou essa sucessão, e o Arquiduque Carlos II, filho do Rei Leopoldo I do Sacro Império Romano-Germânico, reivindicou o trono espanhol. O primeiro possuía o apoio da França e de Castela e queria um poder mais centralizado e absolutista, característico dos Bourbons; o segundo, de Aragão, Catalunha, Valência, Ilhas Baleares, Portugal, Inglaterra e Países Baixos, e teria um poder menos centralizado (FURTADO, 2011, p.69). A Guerra de Sucessão foi internacional e depois intra-hispânica, e fez com que a Catalunha se dividisse entre bourbônicos e austracistas (CANAL, 2015, p.106-107).

A Catalunha teve seu território devastado mais uma vez pela guerra, sofrendo perdas populacionais e econômicas. Com a guerra se aproximando do fim, e o exército bourbônico ganhando, Barcelona torna-se o último reduto a favor de Carlos II e é sitiada pelos bourbônicos de 25 de julho de 1713 a 11 de setembro de 1714. Os catalães decidiram resistir até a morte, e assim o foi. Hoje, o dia 11 de setembro é comemorado o Dia Nacional da Catalunha – tema abordado nos capítulos seguintes. Com a vitória de Felipe V e sua ascensão ao trono, assina os Tratados de Utrecht em 1713 e Rastatt em 1714, e renova o absolutismo por meio do Decreto da Nova Planta, que instituía o Estado Espanhol centralizado e unitário, sem reinos, principados ou coroas, com um governo apenas, o Rei, e com sede em Madri. Estes foram reduzidos a províncias do Reino de Espanha, homogeneizando a cultura, a língua, a moeda, as leis. Todos os direitos civis da constituição da Catalunha – *Generalitat*, Conselho dos Cem, as cortes – foram extinguidos (CANAL, 2015, p.108).

Houve várias perdas dos territórios europeus e uma reforma político-administrativa centralista e unitária, com perdas dos territórios de Gibraltar e Maiorca para os ingleses. A paz de Viena coloca um fim à guerra de fato (CANAL, 2015).

Segundo o historiador Ricardo Garcia Cárcel, a vitória de Felipe V marcou o triunfo da Espanha vertical bourbônica sobre a Espanha horizontal dos Habsburgos, que permitia na prática uma espécie de Espanha federal, com agregados territoriais conectados com base em uma “identidade plural”. A Espanha bourbônica foi centralizada em torno de um eixo central, Castela, e vertebrada a partir de uma identidade homogeneizadora espanhola. Grosso modo, esse foi o modelo adotado

pelos Bourbons na França, em contraposição ao adotado pelos Habsburgos no Império Austro-húngaro (CARVALHO, 2016, p.61).

O século XVIII foi um século de prosperidade econômica para a Catalunha. Uma nova burguesia surge marcando o início do capitalismo, e a área litorânea da região começa a aumentar em população. Em 1756 se constitui a Real Companhia de Barcelona, fortalecendo o comércio na região. No findar do século, Napoleão ascende ao poder francês.

Em 1808, Napoleão Bonaparte adentra a Espanha pela Catalunha, por ser um local de fácil acesso, a partir do Tratado de Fontainebleau de 1807 entre os governos francês e espanhol para invadir Portugal, e reparti-lo entre Castela e França. A população da Espanha não aceitou a invasão de Napoleão em terras espanholas e houve insurreições por todo o país, tendo “entre maio e junho de 1808, uma insurreição geral contra os franceses e as autoridades espanholas que com eles colaboraram”¹² (CANAL, 2015, p.126, tradução própria). Desta forma, José I, irmão de Napoleão, é nomeado Rei da Espanha e Fernando VII vai para o exílio. Em 1812, a Catalunha é anexada ao Império Napoleônico com novas divisões territoriais. A Catalunha novamente se vê devastada e exausta, com altas taxas de mortalidade (*Ibidem*, p.129). Os levantes nacionalistas tornaram-se mais intensos nesse período napoleônico e com a ajuda inglesa, expulsaram os franceses da península em 1814. Mas dois anos antes, em 1812, na cidade de Cádiz, único reduto espanhol não ocupado por Napoleão, o governo cria a Constituição de Cádiz, que

...estabelecia que a soberania residia na nação, e não mais na figura do rei; criava uma monarquia constitucional que limitava os poderes do monarca; adotava a separação dos poderes; o voto masculino indireto; a liberdade de imprensa; o direito de propriedade e o fim da tortura. Além disso, instituía a educação pública como obrigação do Estado e extinguiu o feudalismo e a Inquisição. O texto não contemplava direito para as mulheres e definia a Espanha como um Estado confessional católico, proibindo, em seu artigo 12, a prática de qualquer outra religião (CARVALHO, 2016, p.63-64).

A América colonial espanhola também entrava nesta constituição, advogando que essa deveria ser uma província do novo Estado Espanhol e que deveria ter igualdade jurídica entre todos (CARVALHO, 2016, p.64). Fernando VII retorna ao trono com a derrota de Napoleão e revoga a Constituição de Cádiz e afirma que o nacionalismo não será aceito na Espanha, visto que temia que acontecesse o mesmo com a França. Após a queda de Napoleão, a Espanha

¹² ... en mayo y junio de 1808, una insurrección general contra los franceses y las autoridades españolas que con ellos colaboraban.

passa por regimes absolutistas e liberais, mudando constantemente entre eles, entre 1814 e 1827. Como também foram feitas várias constituições até do findar do século XIX.

Na esfera política, os anos subsequentes ao retorno de Fernando VII continuaram agitados, com instabilidade e questionamentos à legitimidade real. Tal período testemunhou a perda das colônias americanas ocorrida nas duas primeiras décadas do século; a eclosão de três guerras civis (as Guerras Carlistas de 1833-1840, 1846-1849 e 1872-1876); a Revolução Gloriosa (1868); a mudança de dinastia, com a entronização de Amadeu de Saboya (1870-1873); a Proclamação da I República (1873); a Restauração Bourbônica (1874); bem como a derrota para os Estados Unidos na Guerra de Cuba (1898). A instabilidade teve reflexo na produção legislativa. Além da Constituição de Cádiz de 1812, houve o Estatuto Real de 1834 e as Constituições de 1837, 1845, 1869 e 1876. Houve, ainda, o texto de 1856 e o projeto de Constituição federal de 1873, que não entraram em vigor (CARVALHO, 2016, p.64-65).

Fernando VII morre em 1833 e sua filha Isabel II ascenderia ao trono 10 anos depois, após ganhar a Primeira Guerra Carlista, fazendo reformas liberais em todo o país, principalmente na Catalunha. Contudo, as guerras carlistas impactaram negativa e positivamente a Catalunha. O primeiro, “entre setembro de 1837 e julho 1839, a Catalunha esteve em permanente estado de guerra”¹³, e a região foi marcada pelo autoritarismo dos carlistas (CANAL, 2015, p.132, tradução própria). O segundo, a ascensão de Isabel II ao trono espanhol tornou a Espanha mais liberal, e foi feita uma nova divisão territorial na Catalunha, dividindo-a em 4 províncias: Barcelona, Lérida, Tarragona e Girona; utilizada até hoje (*Ibidem*, p.131). O feudalismo finalmente dá sinais de que está acabando na Espanha, com a introdução tardia da indústria concentrada na Catalunha e no País Basco, locais com fortes ideias anticatólicas e antiespanholas, e a urbanização começa a ser consolidada. As muralhas da cidade de Barcelona começam a serem demolidas em meados de 1850, sendo a primeira cidade espanhola a fazer isso (*Ibidem*, p.134).

Em 1846 eclode novamente uma guerra carlista, chamada de Guerra dos Martiners, desta vez porque Isabel II não se casa com Carlos Luis de Bourbon. Esta guerra foi predominantemente enfrentada na Catalunha, deixando, novamente, a região em um estado deplorável, mas se reerguendo logo após devido a industrialização crescente.

A Revolução de 1868, conhecida também como “Gloriosa”, foi um movimento progressista e republicano que levou à deposição de Isabel II à Coroa espanhola. As Cortes Gerais elegeram Amadeu I, filho de Vítor Emanuel II da Itália, como Rei de Espanha. Foi

¹³ Entre septiembre de 1837 y julio de 1839, Cataluña estuvo en permanente estado de guerra.

uma época pacífica para a Espanha até a sua abdicação em 1873, que resultou na Primeira República Espanhola, durando até dezembro de 1874, quando a Restauração Bourbônica se inicia novamente através de um golpe de Estado, gerando a Terceira Guerra Carlista, cujas batalhas e conflitos ocorreram em Navarra e no País Basco.

O Fin de siècle e a Renaixença catalã

Entre as décadas de 1830 e 1880 se desenvolveu o movimento da *Renaixença* (renascimento), que pretendia uma parcial restauração do catalão como língua literária, assim como recuperar a história, o folclore e a cultura em geral deste território. Tradicionalmente é considerado como ponto de partida o poema conhecido como “Oda a la pàtria” (1833), de Aribau. Com o romantismo como referente, se forjaram boa parte dos mitos catalães.

Inicialmente, a *Renaixença* constituiu um movimento cultural inspirado pela burguesia catalã liberal-conservadora, adequado às mudanças ocorridas na transição do antigo para o novo regime¹⁴ (CANAL, 2015, p.138, tradução própria).

O movimento de *Renaixença* trouxe a língua e a cultura catalã como importante para a região e a História, e que precedeu a atuação política do catalanismo, devido “a progressiva “castelhanização” da sociedade catalã desde 1714” (CARVALHO, 2016, p.88-89), ano que ocorreu o cerco de Barcelona. Foi um movimento restaurador da língua, literatura, cultura e história catalã, que “bebeu” do Romantismo que ocorria na Europa, bem como com vários outros movimentos nacionalistas, como os sérvios e os eslovenos, e as unificações alemã e italiana. É nesse momento que começam a surgir os jornais em catalão, aumentando a importância da língua através do capitalismo editorial, e produzindo, de certa maneira, um nacionalismo catalão, de acordo com Anderson (2008). A Catalunha começa a se tornar a região mais próspera e industrializada do Reino de Espanha – e continua sendo até momento –, sendo a primeira a ter ferrovia na Península Ibérica. O catalanismo surge durante essa época.

A partir da última década do século XIX, o nacionalismo catalão procurou elevar a identidade regional catalã à condição de nacional. Respalado por setores da burguesia, o catalanismo passou a defender a Catalunha como nação em razão de sua singularidade, mas, longe de promover a secessão, restringiu-se a demandar autonomia política e maior proteção espanhola à indústria catalã (CARVALHO, 2016, p.90).

¹⁴ Entre las décadas de 1830 y 1880 se desarrolló el movimiento de la *Renaixença* (renacimiento), que pretendía una parcial restauración del catalán como lengua literaria, así como recuperar la historia, el folclore y la cultura en general de este territorio. Tradicionalmente se ha considerado como punto de arranque el poema conocido como “Oda a la pàtria” (1833), de Aribau. Con el romanticismo como referente, se forjaron entonces buena parte de los mitos catalanes.

Inicialmente, la *Renaixença* constituyó un movimiento cultural inspirado por la burguesía catalana liberal-conservadora, adecuado a los cambios que se habían producido en el tránsito del viejo al nuevo régimen.

Canal (2015) afirma que o surgimento de nacionalismos alternativos marcou o *fin de siècle* na Espanha, e na Catalunha um nacionalismo voltado para a nação Catalunha florescia e se consolidou rapidamente. Quatro conjuntos de elementos são importantes para entendermos a eclosão do nacionalismo catalão: uma conjuntura favorável; um descontentamento em relação a construção do Estado Nação Espanhol; os atores responsáveis por dirigir o processo; e a presença de tradições, experiências e signos de identidade ditos antigos. Juntos eles explicam o nacionalismo catalão, separados não levariam ao resultado atual. Foram criados mitos que explicam a nação catalã, colocados na aurora dos tempos, dando a impressão de eternidade, como Hobsbawn (2016) afirma, como a dança sardana, incorporada em 1906 como dança nacional e o hino *Els segadors* (os ceifadores), que ganhou um importante processo de politização no findar do século XIX e início do século XX (CANAL, 2015, p.152-156). Retornar-se-á a questão da *Renaixença* no capítulo seguinte.

Barcelona tornou-se o centro econômico – em amarga rivalidade com Madri, a capital política – e floresceu culturalmente, com literatura em catalão, em vez de castelhano, e uma explosão de alegria na extravagância arquitetônica exemplificada por Gaudí. O nacionalismo catalão facilitou o aparecimento de entusiasmos semelhantes no País Basco e na Galícia (UCELAY-DA CAL, 2019, p.85).

Em 1901 surge a *Lliga Regionalista*, um partido político de ideologia catalanista, regionalista, monarquista, conservadora e liberal, que desempenhou grandes feitos na Catalunha a favor da sua autonomia. A *Mancomunitat* é criada em 6 de abril de 1914, e Prat de la Riba (*Lliga Regionalista*) é eleito seu Presidente; tinha como funções principais melhorar a infraestrutura catalã – meios de transporte e comunicação –, bem como a cultura, normalizando a língua catalã através das escolas e bibliotecas (*Ibidem*, p.165). A *Mancomunitat* era a união das 4 províncias catalãs: Barcelona, Lérida, Tarragona e Girona; sendo o primeiro órgão administrativo da Catalunha reconhecido pelo Estado Espanhol desde a Guerra de Sucessão Espanhola, ou seja, o centralismo espanhol começava a diminuir (CARVALHO, 2016, p.92). Este período ficou marcado com um discurso antimilitarista, civilista e industrial na Catalunha para o Reino de Espanha, cuja missão seria modernizar o Estado espanhol e acabar com os resquícios de autoritarismo (FIOL, 2005).

O “Breve Século XX” espanhol

Em 1914 eclode a Primeira Guerra Mundial, contudo o Reino de Espanha não participou diretamente, contudo alguns catalães se aliaram à Legião Estrangeira Francesa. Por

um lado, a guerra impulsionou as exportações catalães, primeiro porque a guerra não ocorreu em seu território, segundo devido as indústrias catalãs; porém, por outro lado, com o final da guerra, a região entrou em profundas crises de exportação (CANAL, 2015, p.167). Na Catalunha, a *Lliga* encabeçou uma movimentação pró-autonomia entre 1918 e 1919, defendendo o estatuto de autonomia, que foi aprovado pela *Mancomunitat* (*Ibidem*, p.170).

Em 13 de setembro de 1923, Primo de Rivera ascende ao poder espanhol através de um golpe de Estado. A centralização do poder retorna no país, sendo extinguido todos os parlamentos autônomos, inclusive a *Mancomunitat* em 1925, proibindo idiomas e bandeiras regionais. A língua catalã torna-se proibida nas escolas, igrejas e documentos oficiais. Todavia, a produção editorial em catalã teve um crescimento enorme durante toda a década de 1920 (*Ibidem*, p.174). Primo de Rivera não conseguiu controlar com mão de ferro toda a Espanha, e com o apoio da Coroa e do exército, este apresentou sua renúncia em janeiro de 1930.

No ano seguinte, é instaurada a Segunda República Espanhola (1931-1939). É nesse ano que a *Lliga Regionalista* chega ao fim e é “substituída” pela *Esquerra Republicana de Catalunya* (ERC), sendo, na sua criação, de ideologia federalista. Atualmente a ERC possui ideologia independentista, nacionalista catalã, republicana e socialdemocrata, de acordo com o site do partido. A Catalunha, em 1931, tem sua autonomia reconhecida novamente pelo Governo Central Espanhol. A República Catalã é proclamada nos moldes da federação, ou seja, permanece indissolúvel do Estado Espanhol, mas com maior liberdade política e jurídica; contudo Madri não aceita. A língua catalã volta a ser oficializada na Comunidade Autônoma, o autogoverno catalão retorna, bem como o título de Nação Catalã, nada visto com bons olhos pelo governo de Madri. A *Generalitat* estava se concretizando, tudo isso sem ainda haver uma nova constituição espanhola (CARVALHO, 2016, p.93). A nova Constituição foi aprovada no final de 1931, vigorando até o final da Guerra Civil. A Segunda República continuou existindo no exílio até 1977, e com ela, esta Constituição.

A II República procurou avançar a questão étnico-territorial por meio da “Constituição integral” entre os modelos unitário e federal, que permitiu as concessões de Estatutos de autonomia para a Catalunha, o País Basco e a Galícia. O dilema entre regionalismo e centralismo, no entanto, criou fortes tensões internas dentro do próprio grupo republicano, composta em grande parte pelos herdeiros do jacobinismo do século XIX (CARVALHO, 2016, p.76).

Essa descentralização acabou gerando vários conflitos ideários dentro da Espanha, porque “o discurso republicano enfatizava a defesa da democracia, da legalidade, da liberdade e da Catalunha [...] Os nacionalistas, por sua vez, afirmavam defender a pátria, *la raza*, e o milenar povo espanhol (*Ibidem*, p.77). A laicização do Estado, os separatismos e a modernidade não seriam permitidas pelos nacionalistas. E, assim, o estopim da Guerra Civil Espanhola ocorreu.

Entre 1936 e 1939 ocorreu a Guerra Civil Espanhola. Esta guerra foi tanto intra-hispânica quanto internacional, uma vez que alguns Estados europeus apoiaram o General Francisco Franco na investidura, sendo Hitler, Mussolini e Salazar seus maiores apoiadores, bem como vários outros Estados apoiaram os ditos “rebeldes”¹⁵. Francisco Franco tinha ideologias nacionalistas e católicas, no qual somente a fé católica poderia conduzir a Espanha para um futuro melhor e justo, uma espécie de nova Inquisição. O apoio de Hitler, Mussolini e Salazar se fizeram através dos bombardeios de Guernica e Madri, e envio de tropas. Do lado dos “rebeldes” haviam as Brigadas Internacionais, um corpo de exército de vários países que defendiam o republicanismo espanhol e eram contra Franco. É nesse período turbulento que a Catalunha teve a sua catalanização em seu auge por causa dos artistas catalães que expuseram a cultura catalã (CANAL, 2015, p.209).

Francisco Franco ganha a Guerra Civil e ascende como ditador em 1939, criando a segunda ditadura espanhola em menos de 20 anos, e implementando o fascismo no país. A centralização da Espanha começa novamente.

Com a chegada de Franco ao poder, o nacionalismo passou a representar o discurso hegemônico da ditadura. O conceito de unidade constituiu princípio central na definição da nação e houve alterações no brasão da bandeira da Espanha, que incorporou, como novo *motto*, a frase “Una, Grande y Libre”, retirada do hino da Falange, inspirada, por sua vez, no fascismo italiano (CARVALHO, 2016, p.78).

O Franquismo, ou o nacionalismo de Franco, centralizou o Estado Espanhol novamente: tentou extinguir as línguas regionais, a Espanha era unitária, o catolicismo era a única religião oficial. A esquerda política combateu até o fim da ditadura contra a opressão política, religiosa, cultural, ética e linguística, formando um nacionalismo alternativo ao Franquismo, no qual as identidades pudessem exercer suas diferenças (CARVALHO, 2016,

¹⁵ Entende-se rebeldes como um conjunto de pessoas que são contra o sistema vigente em determinado lugar, neste caso, os rebeldes são todos aqueles que são contra a ideia nacionalista de Francisco Franco.

p.79). A Catalunha perdeu todos os seus direitos de autonomia e sofreu fortes repressões culturais, levando a língua catalã quase à extinção. A *Generalitat* continuou a existir no exílio, criando decretos e leis até a morte de Franco (*Ibidem*, p.98). Primeiro funcionou em Paris, mas com a ocupação alemã teve que mudar de local. Foi instaurado em Londres um governo catalão, mas acabou sendo desautorizado pelo Presidente da *Generalitat* (CANAL, 2015, p.220-221).

Houve muita imigração para a Catalunha no pós-Segunda Guerra Mundial, principalmente de regiões mais pobres da Espanha. A região de Barcelona e redondezas foi a que mais recebeu esses migrantes, devido às indústrias do local, levando a um *boom* demográfico. Na década de 1960, a Igreja Católica questiona seu papel na política internacional através do Concílio Vaticano II, bem como na política espanhola e no franquismo, abandonando algumas funções; nas universidades houveram mobilizações estudantis e os trabalhadores fizeram várias greves na Catalunha (*Ibidem*, p.245). A crise do petróleo de 1973 também causou uma crise na Espanha, sempre dependente de matérias-primas importadas, o desemprego subiu exponencialmente, sendo na Catalunha o pior cenário devido à alta industrialização da região (*Ibidem*, p.253).

A Ditadura espanhola chega ao fim com a morte de Francisco Franco em 1975. Era para ser o fim do Franquismo. O Rei Juan Carlos I assume o trono espanhol como Chefe de Estado e decreta que Carlos Arias Navarro, um franquista, continue no cargo de Presidente do Governo. Este renuncia em 1º de julho de 1976. Seu sucessor, Adolfo Suárez assume a Presidência do Governo e finalmente a democracia retorna ao Reino de Espanha. A Constituição Espanhola é aprovada em 1978 através de um referendo, entrando em vigor no final do mesmo ano, sendo a primeira na História da Espanha feita por todas as forças políticas (CARVALHO, 2016, p.108-109). O marco dessa Constituição é a descentralização do poder espanhol, recriando as comunidades autônomas, os estatutos de autonomia e “criando” as Nações Históricas do Reino de Espanha. Na Catalunha, para evitar tensões futuramente, o Rei faz sua primeira viagem oficial para o local (*Ibidem*, p.113). A Transição Democrática iniciou um

...processo de democratização que envolveu o reestabelecimento da *Generalitat* (1977), a proclamação da Constituição Espanhola (1978), e do Estatuto de Autonomia da Catalunha (1979). Apesar da divergência sobre o grau de descentralização, havia o consenso entre as forças políticas espanholas sobre a

necessidade do equilíbrio sobre a integração territorial e a concessão de autonomia cultural e política (CARVALHO, 2016, p.101).

A redemocratização não foi simples em toda a Espanha. Na Catalunha alguns grupos eram a favor da total independência da Comunidade Autônoma do Reino de Espanha; outros eram a favor da federalização; uns queriam a independência de todos os Países Catalães¹⁶. Assim, entre 1978 e 1991, existiu um grupo terrorista na Catalunha, o *Terra Lliure*, cujo objetivo era criar um Estado socialista independente dos Países Catalães. Também o grupo terrorista basco ETA cometeu atentados terroristas na Catalunha entre 1975 e 2001 a favor da independência da Comunidade Autônoma; em 2004 suspendeu suas atividades em solo catalão (CANAL, 2015, p.269).

A década de 1980 se inicia com as primeiras eleições do Parlamento da Catalunha; e a Presidência da Catalunha é assumida por Jordi Pujol, terminando apenas em dezembro 2003. Pujol defendia a nação catalã e sua autonomia, como também defendia a unidade do Estado e o nacionalismo espanhol. É a partir de Pujol que o termo pujolismo é criado, termo esse que significa uma ideologia política nacionalista, identitário, populista, pragmático, marcadamente personalista e retórico-vitimista. É também nessa época do pujolismo que a dicotomia catalã surge entre os “bons catalães” – os nacionalistas – e os “maus catalães” – os espanhóis (*Ibidem*).

No Reino de Espanha, a década de 1980 foi de suma importância, principalmente em 1982, quando o Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), esquerdista, progressista e socialista chega ao poder e com a maioria absoluta no Congresso, sem precisar de alianças políticas. O país é aceito na OTAN no mesmo ano. Quatro anos depois entra para a CEE, atualmente a UE, deste modo, a Espanha teve sua política, economia, educação, infraestrutura e outras diretrizes reformuladas pela entrada no organismo supranacional. Em 1999 a Zona Euro é criada e em 2002 a nova moeda entra em circulação: o Euro, moeda fixada ao marco alemão na época. Ocorre o *boom* na economia espanhola, crescendo acima da média dos demais países do bloco. Os gastos gerados pela entrada do país na UE e na Zona Euro com infraestruturas – linhas de trem de alta velocidade, aeroportos, estradas, metrô, etc. – e

¹⁶ Países Catalães: termo que define as áreas de abrangência linguística, histórica e cultural catalã, que compreende os seguintes territórios: Catalunha, Comunidade Valenciana, Ilhas Baleares, Faixa de Poente (extremo leste de Aragão), Carche (nordeste da Múrcia) – todos pertencentes ao Reino de Espanha –, Rossilhão (Pirineus Orientais) (conhecida como Catalunha do Norte pelos catalães) na França, Principado de Andorra, e a cidade italiana de Algueiro, em Sardenha.

imóveis, além de permitir o crédito barato, ou seja, muito além daquilo que poderia pagar, geraram uma bola de neve que o país se viu preso até a crise de 2008 iniciada nos EUA e que abalaram a Europa.

2. UMA DISCUSSÃO NACIONALISTA

Poder-se-ia partir de um pressuposto de que o nacionalismo está no senso comum, entretanto o nacionalismo na atualidade se confunde com patriotismo¹⁷. O conceito de nacionalismo não possui uma definição concreta, havendo vertentes variadas, e a gama de autores que abordam e estudam sobre o tema é enorme, sendo alguns deles Eric H. Hobsbawm, Anthony D. Smith, Ernest Gellner, Benedict Anderson, Manuel Castells, Jordi Canal, Joan Font e Joan Rufí, Luís Fernando Carvalho, entre outros.

Uma das principais bases para os nacionalismos, para muitos autores, é a modernidade. Segundo Giddens (2002, p.21) “a ‘modernidade’ pode ser entendida como uma aproximadamente equivalente ao ‘mundo industrializado’ desde que se reconheça que o industrialismo não é sua única dimensão institucional”. Também o capitalismo é uma dimensão da modernidade, e o Estado-nação é uma das formas sociais distintas com maior importância para o autor.

Entretanto, a alta modernidade¹⁸, período no qual nos encontramos, projeta muito mais os aspectos da vida cotidiana e pessoal, rompe com as tradições e as comunidades de uma forma nunca antes vista, o indivíduo e sua identidade se tornam problemáticos na modernidade “de uma maneira que contrasta com as relações eu-sociedade em contextos mais tradicionais; mas essa não é apenas uma situação de perda” (GIDDENS, 2002, p.32), é também uma situação de ganho, no sentido em que ao apresentar sua identidade, o indivíduo, ou comunidade, mostra ao mundo sua cultura, suas tradições, muitas vezes apagada sob o jugo da globalização. Deste modo, a alta modernidade coloca em destaque “a heterogeneidade e a diferença, a fragmentação, a indeterminação, o ceticismo, a mistura, o entrecruzamento, a redefinição do discurso cultural, e o redescobrimento do ‘Outro’, do marginal, do alternativo, do híbrido” (FONT e RUFÍ, 2006, p. 46). Hall (2004) também fala sobre a sociedade na modernidade tardia, afirmando que estas

¹⁷ Patriotismo é um sentimento de orgulho, dedicação, amor e devoção à Pátria, ao seu povo e aos seus símbolos – hino, brasão de armas, bandeiras, patrimônios naturais e culturais e materiais e imateriais, riquezas naturais, entre outros. O patriotismo surgiu centenas de anos antes do nacionalismo.

¹⁸ Alta modernidade, pós-modernidade, modernidade tardia, modernidade líquida, modernização reflexiva são categorias, aqui, pelas ciências sociais, utilizadas como referência ao processo intenso de mudanças sociais, culturais, políticas e estéticas iniciadas na segunda metade do século XX e que foi espalhada mundialmente, é a radicalização e globalização dos traços básicos da modernidade.

...são caracterizadas pela “diferença”; elas são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes “posições de sujeito” – isto é, identidades – para os indivíduos. Se tais sociedades não se desintegram totalmente não é porque elas são unificadas, mas porque seus diferentes elementos e identidades podem, sob certas circunstâncias, ser conjuntamente articulados. Mas essa articulação é sempre parcial: a estrutura da identidade permanece aberta (HALL, 2004, p.17).

Ao longo deste capítulo será abordado o nacionalismo associado a outros conceitos que são importantes para o entendimento do nacionalismo e como ele se deu na Catalunha. Primeiro tratará sobre o conceito de nação, nacionalismo e identidade; após, num contexto de globalização; depois, o lugar dentro do nacionalismo globalizado. Por último, será analisado como os movimentos nacionalistas em alguns países da Europa influenciam ou influenciaram a Catalunha, bem como os partidos políticos se articulam dentro e fora do Reino de Espanha para consolidar os discursos nacionalista e separatista catalães.

Nacionalismos: Nação, Identidade, Globalização

Uma das questões centrais dos estudos das nações é: quando as nações e os nacionalismos surgiram? Muitos autores tentam responder a essa pergunta, tendo aqueles que afirmam que as nações e os nacionalismos não são produtos da modernidade, mas sim são uma continuidade de uma etnicidade pré-existente, como Ernest Renan e Anthony D. Smith; e outros que afirmam que esses termos são fenômenos modernos, surgidos no final do século XVIII e início do século XIX, ligados à questão da língua, da vontade de ser, das tradições, como Eric Hobsbawm, Benedict Anderson e Ernest Gellner. A abordagem teórica desde trabalho é sobre o chamado paradigma modernista, neste caso, o segundo. Entretanto não será omitido as ideias dos continuístas, os primeiros.

A abordagem hegemônica atualmente de nação surgiu na Europa no final do século XVIII e início do seguinte, após a Revolução Francesa, a partir dos ideais que esta carregou e desenvolveu, como a universalidade dos direitos sociais e as liberdades individuais. Hobsbawm (2016, p.30-31) afirma que os Estados existentes antes da modernidade não poderiam ser classificados como nações porque não eram homogêneos – como grande parte dos Estados existentes atualmente – e que o conceito de nação estava ligado intrinsecamente à etnia. A categorização de nação na modernidade deve ser a unidade política e a independência.

A equação nação=Estado=povo e, essencialmente, povo soberano, vinculou indubitavelmente a nação ao território, pois a estrutura e a definição dos Estados eram agora essencialmente territoriais. Implicava também uma multiplicidade de Estados-nações assim constituídos, e de fato isso era uma consequência da autodeterminação popular (HOBSBAWM, 2016, p.32).

Contudo, essa multiplicidade de Estados-nações, como Hobsbawm (2016) fala, possui um limite. Primeiro territorial; e segundo, porque todos os novos Estados querem sempre expandir suas fronteiras, seja pela guerra ou pela união de Coroas¹⁹. Esse “povo-nação” que surgiu pós-Revolução Francesa representava o interesse e o bem comuns contra os interesses particulares e os privilégios (HOBSBAWM, 2016, p.33).

Gellner (2000) afirma que nação é uma categoria política e não cultural. A nação começa a partir de uma cultura que ao se projetarem pelo território, tornam-se a cultura dominante, transformando todas as outras em “anomalias”, transformando no “outro” dentro dessa nova “nação” surgida. Essa ideia de surgimento da nação é parecida com a de Verdery (2000), no qual a autora considera “nação” como um sistema de classificação social, e “é um aspecto da ordem política e simbólico-ideológica, bem como da interação e do afeto sociais” (VERDERY, 2000, p.239). Deste modo,

...a nação é crucial tanto para o modo como um Estado se liga a seus membros, distinguindo-os dos membros de outros Estados, e quanto para o ambiente estatal mais amplo. Como símbolo, a nação passou a legitimar numerosos atos e movimentos sociais, muitas vezes dotados de objetivos diversos, (VERDERY, 2000, p.240).

A Catalunha, sendo uma Nação Histórica dentro do Reino de Espanha, manuseia os símbolos para afirmar a diferença dentro do Estado espanhol, como a língua catalã, a bandeira, o hino, e até mesmo nos esportes, proibindo as touradas – esporte popular em várias comunidades espanholas – em território catalão. A linguagem pode ser uma das mais importantes categorias para os nacionalismos europeus, como observado anteriormente. Apesar dos dialetos existentes, sempre um será padronizado e ascendido como língua homogênea e padrão para todos (HOBSBAWM, 2016, p.78). Contudo, “exceto para os dominantes e para os instruídos, a língua dificilmente poderia ser um critério para a existência de uma nação” (*Ibidem*, p.80).

¹⁹ Em 1800, existiam em torno de 20 Estados soberanos na Europa. Em 1815, após o Congresso de Viena, existiam em torno de 15 Estados soberanos. Já em 1900 o número de Estados soberanos na Europa sobe para 22. Após a Primeira Guerra Mundial são quase 30, e, pós-Segunda Guerra Mundial, mais de 30 Estados soberanos. Atualmente, a Europa possui 50 Estados soberanos e 8 dependências territoriais no continente.

A linguagem concebeu a nação, e não o sangue, e que todos são convidados a participarem dela, é assim que Anderson (2008) aborda sobre a relação linguagem-nação. Assim sendo, uma nação é constituída, a grosso modo, de indivíduos que falam a mesma língua, mas que não compartilham o mesmo sangue. Contudo, é errôneo pensar apenas na linguagem enquanto o mote formador de uma nação. Anderson (2008) coloca que o capitalismo editorial, ou seja, a língua escrita e comercializada em todo o território foi importante para a união da população que vivia nesse local. A língua seria utilizada por todos os indivíduos e a comunicação seria facilitada, mesmo que as pessoas falassem outras línguas no contexto privado.

Bauer (2000, p.58) também compartilha, em partes, da tese de Anderson, mesmo tendo analisado anos antes a questão da nacionalidade; ele afirma que “a nação pode ser definida como uma comunhão de caráter que brota de uma comunhão de destino, e não de uma mera semelhança. Essa é também a importância da língua para uma nação”. Uma nação não irá resistir ao tempo se a linguagem não for universal dentro de suas fronteiras, se não houver “comunhão da língua”, mesmo que essa comunhão não garanta a unidade nacional (BAUER, 2000, p.59). Essa ideia não é de todo errada, mas atualmente grande parte dos movimentos nacionalistas na Europa são baseados na língua, como o catalão, o bretão, o flandres e o sardenho. A diferença inicial que um indivíduo, o *eu*, observa sobre o *outro* é a língua, mesmo que ambos falem a mesma, os dialetos e a origem da linguagem em determinada região influenciam na construção de uma consciência nacional.

Essa consciência nacional, essa ideia de nação, é o que liga à ideia de meu *eu*. Falar mal da minha nação é falar mal de mim mesmo (*Ibidem*, p.68). A dicotomia *eu-outro* começa a existir no seio do nacionalismo. O que leva a Anderson (2008, p.32), no qual sustenta que a nação é “uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana”. A nação precisa ser imaginada para que exista, precisa-se que a “nação”, um povo, tenha “a vontade de sê-la”, como Hobsbawm (2016, p.16) estabelece.

Segundo Anderson (2016) o surgimento da nação se deu através de processos ao longo do tempo, mesmo que a nação seja um conceito moderno, surgido pós-século XVIII, como abordado anteriormente. O primeiro marco seria a língua sagrada, no caso, o latim, esta, sobressaindo durante séculos; somente após seu declínio que as outras línguas foram se

territorializando (ANDERSON, 2016, p.47). O segundo seriam os reinos dinásticos europeus, aqueles formados através das guerras e dos casamentos/união de Coroas. Terceiro, com o declínio das grandes dinastias e das comunidades, é que se começou a se “pensar a nação”. E o capitalismo florescendo influenciou nesses pensamentos de nação.

...a própria possibilidade de imaginar a nação só surgiu historicamente quando, e onde, três concepções culturais fundamentais, todas muito antigas, perderam o domínio axiomático sobre a mentalidade dos homens. A primeira delas é a ideia de que uma determinada língua escrita oferecia um acesso privilegiado à verdade ontológica, justamente por ser uma parte indissociável dessa verdade. [...] A segunda é a crença de que a sociedade se organizava naturalmente em torno e abaixo de centros elevados [...] A terceira é uma concepção da temporalidade em que a cosmologia e a história se confundem, e as origens do mundo e dos homens são essencialmente as mesmas.

O elemento que talvez mais catalisou e fez frutificar essa busca foi o *capitalismo editorial*, que permitiu que as pessoas, em números sempre maiores, viessem a pensar sobre si mesmas e a se relacionar com as demais de maneiras radicalmente novas (ANDERSON, 2016, p.69-70). – Grifo próprio.

Esse capitalismo editorial foi “o principal fator no pensamento nacionalista (nação) com o desenvolvimento da imprensa como mercadoria” (*Ibidem*). Com a queda do latim como língua usada no cotidiano, as línguas vernáculas começaram a entrar nas publicações de jornais e livros, tornando “universal” para aqueles que eram letrados (*Ibidem*, p.73). “O revolucionário impulso vernaculizante do capitalismo ganhou ímpeto ainda maior graças a três fatores externos, dois dos quais contribuíram diretamente para o surgimento da consciência nacional” (*Ibidem*). Primeiro, como já se observou, foi a queda do latim enquanto língua “universal”. Segundo, a Reforma iniciada por Martinho Lutero que universalizou a Bíblia em outras línguas graças ao capitalismo editorial. Terceiro, “foi a difusão lenta, geograficamente irregular, de determinados vernáculos como instrumentos de centralização administrativa” feitas pelas monarquias que queriam o absolutismo, uma vez que o latim não poderia ser considerado uma língua capaz de unir um povo devido à sua sacralidade e ao extenso e diversificado territórios e culturas que o utilizavam. (*Ibidem*, p.75).

Giddens (2002, p.30) subscreve que “a imprensa foi uma das principais influências no surgimento do Estado moderno e de outras instituições da modernidade”, e que os jornais e as revistas impressos – corroborando com a ideia de Anderson de capitalismo editorial – desempenharam um papel, mas que só se torna global a partir da mídia impressa e digital. Assim, para os nacionalismos na alta modernidade, a mídia digital possui muito valor, já que é nela que o povo se “encontra” e, através das redes sociais, podem debater e discutir sobre

seus interesses e divergências, esteja onde essas pessoas estiverem, tudo está ao alcance para ser debatido, assistido, negociado, planejado.

Da mesma forma, Hroch (2000, p.86) alega que uma nação é “um grande grupo social, integrado não por uma, mas por uma combinação de vários tipos de relações objetivas (econômicas, políticas, linguísticas, culturais, religiosas, geográficas e históricas) e por seu reflexo subjetivo na consciência coletiva”. Dentre essas relações objetivas, três se destacam mais: a histórica – a lembrança de um passado comum –; a linguística e sua comunicação; e a política, no qual há igualdade entre todos os membros.

O nacionalismo, na visão de Hroch (2000, p.86-88) é “a visão que confere *absoluta prioridade aos valores da nação perante quaisquer outros valores e interesses*. [...] O nacionalismo foi apenas uma dentre muitas formas de consciência nacional que emergiram no decorrer desses movimentos”. Hroch (2000) similarmente a Anderson (2016), escreve que a linguagem é um meio para que a identificação de um grupo nacional ocorra, junto com a ideia de um território histórico, mesmo que as demandas linguísticas-culturais não possuam a mesma importância em toda parte. Assegura também que “o vernáculo de qualquer pequena nação em luta pela sua independência é automaticamente considerado a língua de liberdade” (HROCH, 2000, p.99-100). Identifica-se que na Catalunha, a linguagem é um dos temas centrais para os movimentos separatistas e independentistas, os catalães afirmam, através da história, que a língua quase sempre foi apagada pelos governos centrais e/ou absolutistas.

Seguindo a mesma linha de pensamento desses autores, Hobsbawm (2016, p.52-54) estabelece que havia três critérios que permitiam que um povo fosse classificado como nação: primeiro era uma associação com um Estado existente; segundo, a existência de uma elite cultural cuja linguagem vernácula fosse administrativa e literária; e terceiro, o poder bélico para conquistar Estados menores. Tudo isso gera as diferenças entre os “Estados”, o que marca uma distinção essencial entre todas as nações²⁰.

Hobsbawm (2016, p.77-78) afirma que as línguas também são “construtos semiartificiais”, ou seja, muitas delas são invenções modernas e que vão ao oposto da

²⁰ Quanto aos novos países que surgiram através das independências nas Américas, a língua não foi o diferencial para que ocorresse os movimentos nacionalistas, mas sim político, econômico, militar, cultural (devido à miscigenação entre os povos) e histórico. A língua foi deixada de lado enquanto luta contra as Metrôpoles Imperiais (ANDERSON, 2016).

mitologia nacionalista que os movimentos nacionalistas almejam. Sempre há um dialeto que se sobressai e torna-se a língua padrão de uma nação, o idioma oficial. O mesmo autor ainda alega que as línguas foram se multiplicando com os Estados, e não o contrário, posto que as línguas, durante o “nascimento” do nacionalismo e das nações, possuíam quase nenhum potencial político (HOBSBAWM, 2016, p.87).

Smith (1997) é um teórico que se baseia no etnossimbolismo (uma subdivisão do paradigma continuísta do nacionalismo), isto significa, afirma que as nações são formadas por aspirações coletivas e mais ampla de identidades, além da importância que as tradições culturais possuem, sejam elas das camadas superiores ou inferiores. Mesmo que pareçam modernas, as nações possuem raízes profundas. Segundo o autor,

*Uma nação é um grupo humano designado por um gentílico e que compartilha um território histórico, recordações históricas e mitos coletivos, uma cultura diversa de pessoas, uma economia unificada e direitos e deveres legais iguais para todos os seus membros. Por definição, a nação é uma comunidade com recordações e mitos coletivos, como a *etnia*. É também uma comunidade territorial; mas, enquanto que no caso das *etnias* o vínculo com o território pode ser somente histórico e simbólico, no caso da nação é físico e real: as nações possuem territórios. Quer dizer, as nações sempre requerem “elementos” étnicos, que evidentemente podem voltar a serem reelaborados, o que frequentemente acontece; mas não se pode conceber uma nação que não tenha mitos e recordações coletivas de um ambiente familiar territorial²¹ (SMITH, 1997, p.36, tradução própria) – grifo do autor.*

A nação é um conjunto de vários fatores que sozinhos não possuem força para a criação ou para a manutenção dela. Todos esses fatores, através da etnicidade, que quanto mais forte é essa etnicidade, maior é a probabilidade de se constituir uma nação. Ainda Smith (2000) faz uma diferenciação entre “construção da nação”, “construção do Estado”, “criação da nação” e “formação da nação”, e afirma que o Estado nada tem a ver com o nacionalismo, e sim a nação.

O termo “construção da nação” refere-se, na verdade, a um projeto nacionalista de construir as instituições e papéis do “Estado nacional”. Na prática, concerne mais à “construção do Estado” do que à “criação da nação”. Já o termo “formação da nação” refere-se a todos os processos, intencionais ou não, que contribuem para o surgimento da nação e da consciência nacional. Normalmente, estes incluem

²¹ Una nación es un grupo humano designado por un gentilicio y que comparte un territorio histórico, recuerdos históricos y mitos colectivos, una cultura de masas pública, una economía unificada y derechos y deberes legales iguales para todos sus miembros. Por definición, la nación es una comunidad con recuerdos y mitos colectivos, como la *ethnie*. Es también una comunidad territorial; pero, mientras que en el caso de las *ethnies* el vínculo con el territorio puede ser sólo histórico y simbólico, en el caso de la nación es físico y real: las naciones poseen territorios. Es decir, las naciones siempre requieren “elementos” étnicos, que evidentemente pueden volver a ser reelaborados, lo cual sucede a menudo: pero no se puede concebir una nación que no tenga mitos y recuerdos colectivos de un hogar territorial.

atividades sociais e culturais dos nacionalistas, mas podem também abranger as atividades militares e políticas de reis e ministros, as taxas de crescimento populacional e urbanização e o declínio de igrejas e impérios. Todos estes podem entrar num processo de “formação da nação”, mas não de “construção da nação”. (SMITH. 2000, p.207).

Em outras palavras, a nação é formada e não construída. Os fatores estão lá, só devem ser utilizados de modo correto para que a nação entre em “formação”. Essas atividades culturais e sociais que os nacionalistas fazem tem que convergir em uma só, como Gellner (2000, p.119) sustenta, de forma sintética, que para cada cultura, um Estado; e para cada Estado, uma cultura.

Para Weber, assim como para Hegel, o Estado moderno tem uma finalidade histórica e um sentido coletivo porque organiza determinada comunidade na forma de uma sociedade soberana e pronta para a guerra. É durante a guerra que a nação é imaginada como uma comunidade que incorpora grandes valores. (BALAKHISHNAN, 2000, p.220).

Balakhishnan (2000) fala que o Estado está presente na nação, dado que este “desperta a imaginação nacional ao dar forma territorial a uma linguagem da vida pública” (BALAKHISHNAN, 2000, p. 220). É por isso que as nações buscam sempre ter um Estado territorial definido e soberano. As nações que transitam entre vários Estados, ou que estão “contidas” dentro de um Estado, perscrutem em se desvincularem e criarem novos Estados. Essa ideia de “Estado nacional territorial soberano é muito jovem”, ela “nasceu em uma época recente e amadureceu ainda mais recentemente” (MANN, 2000, p.312).

As tradições são outro ponto que possui bastante relevância para os estudos das nações e dos nacionalismos, visto que elas são um mote condutor. Em todos os movimentos nacionalistas, separatistas e/ou independentistas sempre há uma ou várias tradições que ganham um “lugar à luz”, e sempre são projetadas como surgidas há tanto tempo que se perdem quando e onde realmente começaram. Entretanto, essas tradições muitas vezes são tão modernas quanto as próprias nações e/ou os movimentos nacionalistas, e, aventuro afirmar, há tradições que surgiram na pós-modernidade, mas que são “lançadas” ao povo como sempre tendo existido e que elas são a base da diferença desse mesmo povo, do *eu* com o *outro*. Para Hobsbawm (2020b),

...“tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao

passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. (HOBSBAWM, 2020b, p.8).

Nenhum Estado ou nação é imutável, eles estão em constante transformação. Hobsbawm (2020b) aborda que há algumas nações que buscam o tradicional para se expor ao mundo globalizado, mas ao buscar o tradicional elas acabam reinventando tradições transformando-as em novas tradições, mesmo que se pareçam muito com as antigas. Nenhuma tradição é eterna ou imutável. Utilizam da História para legitimar essas tradições, mesmo que nunca houve, em momento algum, aquela tradição registrada nos “anais do tempo”.

Foram os Estados nacionais entre 1870 e 1914 que dominaram as invenções das tradições, segundo Hobsbawm (2020a, p.338-339), através de políticas de massas, e a grande maioria dessas tradições tornaram-se universais. A criação de roupas como distinção de classes e os esportes de massa foram as tradições inventadas na Inglaterra que o mundo todo começou a utilizar e a afirmar como sendo seus próprios e que sempre existiram em seus territórios. “Tanto o esporte das massas quanto o da classe média uniam a invenção de tradições sociais e políticas de uma outra forma: constituindo um meio de identificação nacional e comunidade artificial” (HOBSBAWM, 2020a, p. 374).

Essa identificação nacional, por um tempo relativamente grande, foi importante para a coesão nacional, principalmente o esporte: primeiro porque “unia todos os habitantes do Estado nacional, independente de diferenças locais e regionais”, segundo, pela constituição dos campeonatos esportivos internacionais, sendo as Olimpíadas o grande torneio internacional (*Ibidem*). Carvalho (2016) segue a mesma linha de pensamento de Hobsbawm ao expor que a tradição e a história são importantes para a construção de um nacionalismo. Segundo o autor,

A invocação do passado pelos nacionalismos busca legitimar a nação por meio da tradição e da continuidade. Nesse sentido, a hegemonia da interpretação histórica é importante para a legitimação do processo político independentista. Trata-se de convencer os cidadãos da Catalunha e do resto da Espanha de que o status de Estado soberano é a condição “natural” da Catalunha, de tal modo que a realidade atual deve ser alterada para a “correção de uma injustiça”. Para os nacionalismos, essa percepção por parte é mais importante do que a “verdade” histórica objetiva. A criação da identidade nacional envolve uma narrativa da continuidade da existência da nação através dos tempos, bem como da sua singularidade, que, por sua vez, é construída por meio de um constante processo de diferenciação do “outro”. (CARVALHO, 2016, p.84).

As ideias apresentadas anteriormente visam mostrar a construção dos nacionalismos ainda na e pela modernidade, contudo, Castells (2018a) aborda sobre o nacionalismo na modernidade tardia, trazendo algumas diferenças quanto ao anterior. Ele afirma que os nacionalismos da modernidade tardia, primeiro podem ou não estar voltados para a construção de um Estado-nação soberano, e que as nações são entidades independentes do Estado, seja do ponto de vista histórico quanto analítico. Segundo, as nações e os Estados-nação não estão limitadas historicamente ao Estado-nação moderno constituído na Europa nos 200 anos após a Revolução Francesa. Terceiro, não é somente as elites que produzem esses nacionalismos, e muitas vezes o nacionalismo contemporâneo é contra estas. E quarto, os nacionalismos contemporâneos tendem a ser mais reativos que ativos, mais culturais que políticos, sendo assim mais direcionados à uma defesa de uma cultura já institucionalizada do que à construção ou defesa de um Estado. Assim, “restringir a ideia de nações e nacionalismos unicamente ao processo de construção do Estado-Nação inviabiliza qualquer justificativa para a ascensão do nacionalismo pós-moderno concomitante ao declínio do Estado moderno” (CASTELLS, 2018a, p.79-81).

O nacionalismo catalão não é apenas pós-moderno, ele existe desde antes do Franquismo (1939-75). Entretanto, é na alta modernidade, mais especificamente após a aprovação do novo Estatuto de Autonomia de 2006, e com os referendos simbólicos municipais e regionais em toda a Catalunha entre 2008 e 2017, com ênfase para o referendo de 2012, que a Comunidade Autônoma abraça fortemente os ideais separatistas, e que são ligadas, principalmente, aos governantes de centro e de direita. A Catalunha se encaixa em todos os quesitos que Castells aborda, como dito anteriormente, apesar de que nos últimos anos, os movimentos nacionalistas possuem uma tendência de serem mais políticos, não excluindo as características culturais que ainda possuem muita força na Comunidade Autônoma, através principalmente do *Òmnium Cultural*²². Será abordado sobre no capítulo seguinte.

Após esse colóquio, permanece mais duas questões a serem discutidas: a questão das identidades e a questão da globalização nos movimentos nacionalistas. Nos nacionalismos, novos ou antigos, a globalização está presente. Esta faz ressurgir os nacionalismos, ao invés

²² *Òmnium Cultural* é uma entidade sem fins lucrativos fundada em 1961 que trabalha pela promoção da língua e da cultura catalã, da educação, da coesão social e da defesa dos direitos nacionais da Catalunha.

de apagá-la, como sugeriu alguns pesquisadores (CASTELLS, 2018a). A globalização internacionalizou as economias e as políticas públicas, e universalizou a educação, a urbanização, a cultura e a modernização. Santos (2017) assegura que na e com a globalização o local tornou-se global, tudo está acessível a todo instante para aqueles que possuem como acessar. Segundo o autor,

O processo de globalização, em sua fase atual, revela uma vontade de fundar o domínio do mundo na associação entre grandes organizações e uma tecnologia cegamente utilizada. Mas a realidade dos territórios e as contingências do “meio associado” asseguram a impossibilidade da desejada homogeneização” (SANTOS, 2017, p.45).

Em outras palavras, não há como o mundo ser totalmente homogêneo, nem mesmo um dado território ou região, ou no caso desta pesquisa, uma Comunidade Autônoma. Cada lugar tem suas próprias culturas, e mesmo que a universalização esteja presente, não será vista e nem utilizada da mesma forma, eles se tornam cada vez mais “únicos” (SANTOS, 2014, p. 38). E nesse sentido, Harvey (2008) também afirma que o global se tornou local, e o local, global,

À medida que o espaço parece encolher numa “aldeia global” de telecomunicações e numa “espaçonave terra” de interdependências ecológicas e econômicas – para usar apenas duas imagens conhecidas e corriqueiras –, e que os horizontes temporais se reduzem a um ponto em que só existe o presente (o mundo do esquizofrênico), temos de aprender a lidar com um avassalador sentido de *compressão* dos nossos mundos espacial e temporal (HARVEY, 2008, p.219).

É desta maneira que os autores catalães Joan Font e Joan Rufí também desenvolvem suas teorias sobre o papel do lugar e das identidades no contexto de globalização, porque, “ao falar de globalização, estamos falando especificamente das peculiares relações dialéticas que se estabelecem entre o local e o global, entre os espaços mais próximos do cidadão e os mais distantes do mesmo” (FONT e RUFÍ, 2006, p.31), e essa “compreensão do mundo que intensifica a consciência global”, estimulada pela comunicação de massas, as redes sociais (*Ibidem*, p.37). Os autores afirmam que essa globalização na alta modernidade aumentou os “nacionalismos de Estado e sub-Estatais, de regionalismos e localismos” (*Ibidem*, p.32), esta desempenhou a particularização do universal e a universalização o particular. Segundo os autores,

...a globalização e a localização são dois processos sociais, econômicos e políticos determinantes no mundo contemporâneo, que se realimentam, já que são os dois lados da mesma moeda. São maioria os autores que argumentam que a globalização, contrariamente do que se poderia supor, estimula a consolidação do local, de

lugares, uma vez que geram mecanismos de homogeneização. Para a globalização, os lugares são pontos de territorialização, de materialização (FONT e RUFÍ, 2006, p.119).

O local torna-se muito importante no global também para Hall (2004). O autor garante que a globalização explora, de fato, a diferenciação do local, e afirma da mesma forma que não se deve confundir o local com velhas identidades, “é mais provável que ela [globalização] vá produzir, simultaneamente, *novas* identificações ‘globais’ e *novas* identificações ‘locais’” (HALL, 2004, p.78). Há outras análises que o autor faz sobre a globalização, afirmando que esta não é feita de forma homogênea no globo, que é um fenômeno moderno e ocidental – e isto inclui o Japão também. Na Catalunha pode-se afirmar que ela não é uma periferia do Reino de Espanha, mas se coloca nessa posição para que sua luta identitária fique mais forte, porque afirma que sua identidade está se perdendo. Entretanto, não é apenas a identidade que está se perdendo, mas a economia e a questão da imigração que se sobressai nos discursos.

Hobsbawm (2007), em seu livro com copilados de conferências e palestras, afirma que “a globalização avançou em quase todos os aspectos – econômico, tecnológico, cultural, até linguístico –, menos um: do ponto de vista político e militar, os Estados territoriais continuam a ser as únicas autoridades efetivas” (HOBSBAWM, 2007, p.28). Assim, todos os Estados independentes²³ são militar e politicamente soberanos sobre os seus territórios, mesmo que o livre mercado e a cultura trabalhem, às vezes, em uma direção contrária àquela proposta pelo Estado.

O autor ainda faz três observações sobre a globalização, afirmando que esta acentuou as “desigualdades econômicas e sociais no interior das nações e entre elas”, o impacto da globalização é “mais sensível para os que menos se beneficiam dela” e seu “impacto político e cultural é desproporcionalmente grande”, gerando problemas quanto a imigração nas grandes economias (*Ibidem*, p.11-12). Assim, a globalização acentuou alguns conflitos internos, muitos estavam adormecidos, incitando-os a se mostrarem ao mundo seu direito, como no caso catalão. “A globalização acentua o desejo de identidade, seja de uma identidade individual, seja de uma identidade coletiva. É um desejo que pode formalizar-se por meio de

²³ Por Estados independentes e soberanos entende-se, no contexto, todos aqueles nos quais a democracia e o livre arbítrio existam, de preferência em níveis moderados a altos, em que os capitais são nulos ou minimamente controlados pelo Estado, há uma diversificação cultural sem restrições e há a universalidade dos Direitos Humanos.

confiança ou de temor, como abertura para o outro ou como rechaço à diferença” (PUJALS, 2011). Pujals (2011) completa afirmando que

Vemos, neste final de século, uma época de grandes mudanças. A rapidez com que hoje circulam as trocas de mercadorias e os fluxos de informação de toda sorte nos levaram a uma globalização econômica e comunicacional como nunca antes existira na história da humanidade. As fronteiras tradicionais se vão apagando, e as culturas entram em contato à medida que os mercados se intercomunicam e as informações vão e vêm de um lado a outro do mundo em tempo real (PUJALS, 2011).

Segundo Hall (2004, p.69), há três possibilidades quanto aos efeitos da globalização nas identidades culturais: primeiro, que “as identidades estão se *desintegrando*, como resultado do crescimento da homogeneização cultural e do ‘pós-moderno global’”; segundo, que “as identidades nacionais e outras identidades ‘locais’ ou particularistas estão sendo *reforçadas* pela resistência à globalização”; e terceiro, que “as identidades nacionais estão em declínio, mas *novas* identidades – híbridas – estão tomando seu lugar”. Assim, no caso da Catalunha, todas as possibilidades são, de certo modo, aceitáveis, já que ela é uma miscelânea de identidades e que luta para impor a cultura catalã, vista como a “certa”, mas sem perceber que esta não é “pura”, é um híbrido formado ao longo dos anos e que foi fortemente incrementada pela globalização e o retorno ao lugar.

Santos (2021) apresenta a globalização através de três vertentes, se assim pode-se dizer, sendo elas: a globalização como fábula, a globalização como perversidade e a globalização como possibilidade. A globalização como fábula é como esse processo global é apresentado a todos e todas no globo, o mundo está ao alcance de todo o mundo, ele se contraiu, a informação chega a todo o lugar a todo instante, é a morte do Estado. Entretanto não é exatamente assim que ocorre essa globalização midiaticizada, ela não existe no mundo real, somente no imaginário, por isso ser uma fábula, uma utopia.

A globalização como perversidade é a globalização *de facto*, como ela está se impondo em todo o mundo. O mercado cada vez mais forte e controlando cada vez mais a sociedade com o discurso neoliberal. A hegemonia capitalista se instalando em todos os lugares, mas afetando de modo diferente em todos eles, nunca sendo igual. A última forma, a globalização como possibilidade é essa outra globalização que Santos (2021) apresenta, uma globalização mais humana. É a globalização idealizada e possível de ser hegemônica, diferentemente da como fábula. Esta globalização como possibilidade é utilizar todo o conhecimento planetário, as diferentes técnicas e a convergência do momento para produzir uma globalização que atue

igualmente e sem ser destrutiva em todos os lugares do globo, é permitir que toda a humanidade usufrua dessa globalização igualmente, mas mantendo suas características locais, mesclando local com global. É não permitir que o dinheiro, o capital, seja maior que o desenvolvimento locais e/ou regionais.

Hroch (2000) sustenta que foram os conflitos nacionais de caráter econômico, iniciados no século XIX, foram matrizes para que muitos movimentos nacionalistas surgissem ao longo dos anos, evento que se pode associar, também, à Catalunha, uma vez que a economia catalã possui uma grande contribuição na economia espanhola, montante financeiro esse que não retorna à Comunidade Autônoma tanto quanto os políticos e a população catalães gostariam que ocorresse. Gellner (2000, p.115) também faz uma relação nacionalismo-economia, afirmando que “o crescimento econômico é o primeiro princípio de legitimação” de uma nação; e que a segunda legitimação é o nacionalismo *per se*.

No entanto, para a Catalunha, não somente é a globalização e os problemas financeiros e/ou econômicos que esta trouxe que possuem um peso há mais nos seus movimentos nacionalistas, mas também a questão da identidade. Antes, a identidade pode ser analisada sob diversas óticas, mas será utilizado, principalmente, através dos conceitos aludidos por Castells (2018a), Hall (2004) e Font e Rufí (2006). Antes, estes últimos afirmam que

O tema das identidades culturais coletivas é fundamental no contexto da globalização. A circulação de pessoas, tanto de forma voluntária (viagens de turismo e lazer), quanto por necessidade (migração por motivos de trabalho, ou êxodos devidos a conflitos armados), confronta o autóctone, o cidadão que não se transferiu, com sua própria identidade. Ao contemplar e conviver com outras identidades culturais, este cidadão vê-se inevitavelmente exposto a checar sua própria identidade, a compará-la com a dos demais. E aí que se produz o conflito identitário que pode se resolver satisfatoriamente ou não, em função de variáveis múltiplas e diversas (FONT e RUFÍ, 2006, p.40).

De acordo com Castells (2018a, p.54) identidade é uma “fonte de significado e experiência de um povo”, mas no que tange os atores sociais, o autor entende por identidade “o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(is) prevalece(m) sobre outras fontes de significados”. A identidade não necessariamente é única para um mesmo ator social, ela pode ser múltipla, como no caso dos catalães, que, em alguns casos, se identificam como catalães e espanhóis. Mas é esse nacionalismo identitário que é uma das “respostas mais genuínas” que podem ser dadas à globalização (PUJALS, 2011).

As identidades, todas e quaisquer, são construídas por e através de relações de poder (CASTELLSa, 2018, p.55). Segundo o autor há três formas e origens de construção de identidades:

- *Identidade legitimadora*: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais [...]
- *Identidade de resistência*: criada por atores que se encontram em posições/ condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos [...]
- *Identidade de projeto*: quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social (*Ibidem*, p.55-56).

Entretanto, nenhuma identidade é identificada como apenas uma das acima citadas. Toda e qualquer identidade transita entre as formas acima, dependendo do contexto histórico na qual está inserida. A identidade catalã, por exemplo, atualmente, pode ser classificada como uma identidade de resistência, visto que há uma resistência diante da cultura e política castelhana, fazendo com que os catalães se agarrem à uma cultura que é diferente, e o que levou a criação de uma comunidade. No entanto, a identidade catalã é também, no presente, uma identidade legitimadora, pois atua através de instituições dominantes – a *Generalitat* e o Parlamento –, também através de ONGs, com a meta de expandir e fazer prevalecer sobre a identidade castelhana. Mas se voltar para o passado, essa mesma identidade catalã já foi uma identidade de projeto, porque foi criada uma nova identidade que buscava modificar o ambiente cultural existente. Voltaremos à questão identitária catalã posteriormente, através dos movimentos separatistas e/ou independentistas desta.

É ousado, e ingênuo, afirmar que os catalães são deveras um povo totalmente diferente do restante do Reino de Espanha, que possuem uma etnia completamente diferente. Os catalães, pelo menos boa parte de sua população, visto que há uma grande miscigenação na Comunidade Autônoma, principalmente nas grandes cidades, são etnicamente semelhantes à grande parte da Península Ibérica. A etnia catalã tem muitas raízes associadas ou parecidas com do restante da península, seja a língua derivada do latim, seja a cultura “readaptada”, se assim pode-se dizer, dos castelhanos, muçulmanos, cristãos, derivadas da globalização ou de casamentos reais e guerras. É o que Bauman (2013, p.28) declara, que hoje as identidades, sejam elas quais são, são “camaleões”, ou seja, muda de forma constantemente. Pode-se

afirmar que a identidade catalã também teve que se reformular ao longo do tempo, e não só colocar a língua como forma distinta, porque no mundo atual a língua não é sobressalente.

Hall (2004, p.7) expõe que “as velhas identidades, que por muito tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado”. A questão é: para quem existiu esse “sujeito unificado”? Uma das respostas seria o fato de que governos centralizadores, sejam ditatoriais ou democráticos, impuseram uma cultura, uma identidade cultural, mesmo que minorias culturais pudessem exercer seus ritos e tradições, desde que fizessem dentro de suas casas, no privado.

As velhas identidades, como a “espanhola”, a “francesa” e a “britânica”, só estão em declínio porque outras velhas identidades – chamadas de novas identidades, como por exemplos a catalã, a bretã e a escocesa – estão ascendendo. É errôneo afirmar que a identidade catalã surgiu após o Franquismo e a identidade escocesa surgiu no final de século passado. Na grande maioria dos casos, as chamadas novas identidades são tão velhas quanto as “velhas identidades”. Sennett (2006), ao analisar a cultura do novo capitalismo, aborda alguns fatos que se encaixam perfeitamente na presente análise, como a recontextualização dos fatos.

Isto significa que mesmo em uma comunidade, a cultura se mantém coesa devido a vários outros fatores, e não só pela comunidade em si. A recontextualização dos fatos, como o autor diz, é um importante caminho para manter essa coesão, mesmo que haja uma miscigenação de pessoas, cada uma delas com uma cultura, uma vivência própria. O modo como conta-se uma história, cria-se um mito e/ou uma tradição, faz com que as pessoas de determinada comunidade se mantenham unida em prol de algo em comum, no caso presente, manter a Catalunha unida para uma possível separação do Reino de Espanha.

Damo-nos conta da identidade quando a perdemos, ou quando nos vemos no perigo de perdê-la. A nossa civilização europeia tinha erguido o indivíduo imaginado – o distinto e diverso de todo ser humano, e o Romantismo tinha estendido esse ideal a todos os povos. Cada povo é diferente e representa uma história e uma mentalidade únicas. A modernidade era, portanto, em teoria, uma civilização construída para que florescesse a diferença, a personalidade, a realização livre de cada um segundo a sua vontade e o seu comportamento, desde que respeitados os direitos iguais e universais de todos. O projeto, portanto, tinha dois vieses: um universalista e outro particularista. A identidade pertence à faceta particularista da nossa civilização (PUJALS, 2011).

Hall (2004, p.21) apresenta também que a identidade na modernidade tardia se tornou altamente politizada, e que essa política deixou de ser uma política de identidade e passou a ser uma política de diferença, uma política do “eu” e do “outro”, no qual o estrangeiro, mesmo que sejam pessoas do mesmo Estado, são vistos como diferentes ao ponto de não haver uma convivência mútua. A identidade tornou-se algo que separa, não que unifica. O autor fala também que as identidades são formadas ao longo do tempo

...através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada” (HALL, 2004, p.38).

A identidade, assim como o nacionalismo, nunca foi algo inerente ao ser humano, mas sim sempre foi construída e reconstruída a partir da modernidade, e mais ainda na alta modernidade. A identidade nasceu devido a uma crise de pertencimento, para aqueles que foram “marginalizados pela globalização” (Bauman, 2005). A identidade e o nacionalismo são frutos recentes e juntos formam as culturas nacionais de uma nação, seja ela com Estado ou não. É comumente aceito que essas são intrínsecas a todos nós ao nascimento, entretanto é incorreto afirmar isso; “a identidade é um processo histórico e não essência intocável” (PUJALS, 2011) e são “formadas e transformadas no interior da *representação*” (HALL, 2004, p.48), que, em concordância com Anderson (2016), a língua vernacular tem um papel fundamental na criação de uma cultura nacional, tanto na modernidade como na pós-modernidade, como também a identidade nacional é uma comunidade imaginada.

As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um *discurso* – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos. As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre a “nação”, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas (HALL, 2004, p.50-51).

Segundo Font e Rufí (2006, p.38) as identidades territoriais, como os autores chamam, se formam através de “um processo mais coletivo que individual” e que a identidade “não está apenas associada a características tais como o sexo e a origem étnica, mas também ao espaço geográfico e cultural; todos nascemos em um âmbito cultural determinado e em um lugar específico”. É o lugar de origem que faz com que o indivíduo e o grupo originem a identidade,

mesmo que o lugar de origem não seja o mesmo de nascimento, mas sim com o lugar de origem que seus antepassados escolham como principal para sua cultura.

É esse retorno ao lugar que os autores argumentam. O discurso identitário vincula identidade, território e política, é o retorno diante da globalização perversa, é a ascensão dos discursos nacionalistas (FONT e RUFÍ, 2006, p.201). É o “pensar globalmente e atuar localmente” que se converteu em uma ordem fundamental (*Ibidem*, p.203).

Estamos, pois, sem dúvida frente a uma revalorização econômica do lugar, não apenas uma revalorização econômica: ele aparece também em suas dimensões culturais, sociais e políticas. Diante da crise do Estado-nação e dos processos de homogeneização cultural, as línguas e as culturas minoritárias reafirmam sua identidade e reinventam sua identidade e reinventam o território, já que é inegável que uma cultura com base territorial resiste muito melhor aos embates da cultura de massa mundializada (*Ibidem*).

Este é o ponto em que se encontra a Catalunha. Pós-crise de 2008, o Reino de Espanha sofreu duramente com as consequências que este gerou, desempregos em índices altos, dívida externa aumentando, população tendo sua qualidade de vida reduzida, além dos escândalos envolvendo a Coroa Espanhola, já fragilizada há algum tempo, levando ao Rei abdicar do trono e ascender seu sucessor. Assim, a Comunidade Autônoma, responsável em torno de 20% do PIB espanhol, viu seu dinheiro ser distribuído entre as outras Comunidades Autônomas e não recebendo o que a *Generalitat* considerava justo. O “Estado-nação espanhol” ficou mais fragilizado do que já era pós-franquismo, e a Catalunha reafirmou sua identidade, querendo mais autonomia e, no extremo, a sua independência. O esforço catalão é ser “uma cultura, um Estado”, como afirma Gellner (2000, p.124), mesmo que é sabido que nunca um Estado terá apenas uma cultura. “De fato, os momentos em que o indivíduo corre o risco de perder a sua identidade são definidos justamente como momentos de crise. Da mesma forma, o que vale para um indivíduo também vale para a identidade nacional” (PUJALS, 2011)

É importante frisar que a Catalunha não tenta se defender do processo da globalização no que tange a economia, mas o contrário, ela quer poder usufruir livremente da globalização, tendo o poder final de fazer negócios e comércio, tendo todo o investimento e lucro sendo direcionados apenas para a Comunidade Autônoma, sem precisar redistribuir para outras comunidades autônomas que não geram renda e que necessitam do apoio financeiro do Governo Central espanhol. A Catalunha quer ser globalizada em toda sua essência, ela quer sair do jugo espanhol e poder controlar as próprias rédeas.

Movimentos separatistas na Europa

Os movimentos separatistas existem em praticamente toda a Europa, do Reino de Espanha à Rússia, do Reino Unido aos países balcânicos, e em diferentes instâncias. O caso da Catalunha é o mais emblemático, visto que após a Declaração Unilateral de Independência de 2017 o caso foi noticiado nos principais jornais de todo o mundo. Movimentos separatistas e/ou independentistas estão na ordem do dia no século XXI, presentes em todos os continentes, e alguns são reconhecidos internacionalmente – mesmo que apenas por uma pequena parcela de nações, como os casos de Espanha e Escócia; outros, nacional e/ou regionalmente, como os casos da França e Itália, todos abordados a seguir.

Optou-se pela análise dos países acima citados por dois motivos. Primeiro, porque o centro da análise é a Catalunha e, o Reino de Espanha, a França e a Itália possuem territórios reivindicados pelo nacionalismo catalão, como as regiões de Rossilhão (Pirineus Orientais) (Catalunha do Norte segundo os catalães), na França, e Algueiro, uma cidade italiana da Sardenha. Por esse motivo ponderar, brevemente, sobre esses países e seus movimentos separatistas e/ou independentistas é importante para a presente análise. Segundo, o caso da Escócia é emblemático na pesquisa, uma vez que após a Declaração de Independência de 2017 e a saída do Reino Unido da UE – o caso Brexit –, a Escócia solicitou um novo referendo para a independência ao Primeiro-Ministro inglês, que foi negada. A Escócia é uma grande apoiadora do movimento independentista catalão.

A seguir será abordado brevemente sobre os nacionalismos do Reino de Espanha – exceto os catalães –, do Reino Unido, este com ênfase na Escócia e a questão que o Brexit abriu nos nacionalismos britânicos, da França e da Itália – esses dois serão abordados sem aprofundamento, focando apenas nas regiões nas quais o movimento independentista catalão possui influências, no caso: Rossilhão (França) e Algueiro (Itália). Este trabalho não visa abordar todos os conceitos e sistemas que os nacionalismos citados abrangem, uma vez que essa não é a intenção primeira deste. Do mesmo modo, considerar o partido europeu que aglutina os partidos nacionais e/ou regionais dos países do bloco europeu é fundamental para entender como as nações sem Estado se comunicam e ajudam umas às outras.

O Partido Aliança Livre Europeia

O Partido Aliança Livre Europeia (*European Free Alliance* – EFA, sigla em inglês), segundo seu site, é um partido pró-europeu sob a forma de uma coligação, ou seja, é uma união de alguns partidos europeus regionais de diversos espectros que apoiam os movimentos separatistas dentro da União Europeia, cuja sede é na cidade de Bruxelas, Bélgica. Na lei belga, a EFA é classificada como Organização Não-Governamental.

A EFA foi fundada em 1981 sob a forma de uma “federação” com a assinatura da “Declaração da Convenção de Bruxelas” e luta pela liberdade, pela democracia e pelo direito dos povos de decidir sobre seu próprio futuro. Entretanto participou das primeiras eleições europeias em 1979. Em 1994, através do artigo 138º do Tratado da União Europeia, a EFA constitui-se oficialmente como uma federação partidária europeia. Somente em 26 de março de 2004 a EFA é refundada como um partido pan-europeu reconhecido pelo Parlamento Europeu, e em 13 de outubro do mesmo ano é reconhecida *de jure* como uma formação partidária europeia.

Juntos, trabalhamos pela autodeterminação, por uma Europa dos Povos, pela Paz e Justiça linguística, por um planeta sustentável, por mais igualdade de gênero e justiça social. Fazemo-lo solidariamente com todos os povos e com o seu direito de decisão, incluindo as gerações jovens²⁴ (EFA, 2021, tradução do autor).

O princípio de autodeterminação dos povos é a pedra angular da ideologia da EFA, apoiando todas as causas recentes na UE, inclusive na Catalunha (2017) e Escócia (2014). É tornar a Europa uma “Europa dos Povos” baseada nas regiões. Chamada pela própria como uma “organização guarda-chuva”, o partido reúne 47 partidos nacionalistas, regionalistas, autonomistas e independentistas em toda a UE, representando nações apátridas, novos Estados emergentes, regiões e minorias tradicionais na Europa.

Dentre os 47 partidos políticos da EFA, 6 são espanhóis. Destes, 1 atua na política catalã: a *Esquerra Republicana de Catalunya*; 1 atua na política baleárica com ideologia do pancatalanismo: o *PSM-Entesa Nacionalista*; e 1 atua na política catalã francesa, a *UC* que também almeja a independência. Presentes na maioria dos governos regionais europeus, os

²⁴ Together we work for self-determination, for a Europe of the Peoples, for Peace and Linguistic justice, for a sustainable planet, for more gender equality and social justice. We do this with solidarity for all peoples and their right to decide, including the young generations.

membros da EFA atuam na política não só regional, como também em âmbito nacional como internacional.

Enquanto líderes nacionais e regionais, a Catalunha tem Pere Aragonès (ERC) como Vice-Presidente da Catalunha, Presidente interino da Catalunha – desde 28 de setembro de 2020 – e Ministro da Economia e Finanças da Catalunha; Roger Torrent (ERC) como deputado e Presidente do Parlamento Catalão; e Oriol Junqueras (ERC) como ex-Vice-Presidente da Catalunha. No Parlamento Europeu há dois deputados catalães: Jordi Solé Ferrando e Diana Riba, ambos filiados à ERC, e pertencentes ao Grupo Verdes da EFA. Jordi Solé Ferrando também é o Secretário Geral da EFA. Na equipe administrativa da EFA está Sergi Esteve i Garcia como Oficial de Atendimento e Organização de Membros, que antes de ingressar à EFA trabalhou no Ministério de Relações Exteriores da Catalunha e é cofundador do Observatório dos Partidos Catalães (OPCAT).

A política catalã dentro da EFA é consideravelmente importante, visto que há cargos importantes exercidos por catalães, como a Secretaria Geral. Percebe-se que a EFA tem um papel importante na pauta independentista catalã, cujo apoio é necessário para se consolidar no âmbito internacional, principalmente dentro da UE, no qual já afirmou que não aceitará a Catalunha como um novo membro caso a separação ocorra. Uma membra da EFA e líder importante é Nicola Sturgeon, Primeira-Ministra da Escócia, que apoia a autodeterminação catalã e foi uma das apoiadoras abertas da Declaração de Independência da Catalunha de 2017.

Os casos do Reino de Espanha

A Catalunha é um de 10 movimentos independentistas e/ou separatistas do Reino de Espanha, sendo eles: Catalunha (que subdivide em somente a Catalunha se separar ou os Países Catalães, com a união da Comunidade Valenciana e as Ilhas Baleares); Comunidade Valenciana; País Basco e Navarra; Galiza; Andaluzia; Aragão; Astúrias; Ilhas Canárias; Cantábria; e Leão (província de Castela e Leão). No primeiro momento será abordado os movimentos nacionalistas das Nacionalidades Históricas, e no segundo momento das Comunidades Autônomas sem reconhecimento nos Estatutos de Autonomia e/ou na Constituição Espanhola de Nação Histórica. Optou-se por deixar as cidades autônomas de Melilla e Ceuta fora das abordagens, visto que ambas as cidades possuem disputas territoriais com o Marrocos, sendo casos a parte e que não condescendem com a presente pesquisa.

Atualmente é o movimento de independência da Catalunha é o mais conhecido, contudo outro movimento já foi bastante abordado, o do País Basco, representado na cor azul na imagem 7. O País Basco é uma Comunidade Autônoma e Nacionalidade Histórica do Reino de Espanha. O movimento independentista basco é antigo, mas ficou mundialmente conhecido através do grupo terrorista ETA, fundado nos finais da década de 1950, e que causou vários ataques ao longo dos anos. Entretanto, no final da década de 2000, o ETA começou seu desmantelamento e o não-uso dos ataques terroristas.

A ideologia de separatismo basco é bem próxima da catalã: afirmam ter uma história, cultura e língua diferente do restante do Reino de Espanha (LINACERO, 2016). Quanto à língua, há um ponto interessante, porque a língua basca não possui raízes linguísticas com nenhuma outra língua, sendo considerada uma língua isolada e motivo de discussões entre os linguistas. Também o País Basco e a Comunidade Foral de Navarra possuem suas próprias forças policiais totalmente autônomas, a *Ertzaintza* e a Polícia Foral de Navarra, respectivamente, assim como a Catalunha.

O movimento independentista basco é um exemplo de movimento que ultrapassa o próprio território, como o caso da Catalunha, no qual nesse caso engloba a Comunidade Foral de Navarra, que possui ligações com o País Basco, e utiliza o basco como língua oficial, bem como uma parte da França, o País Basco Francês. O nacionalismo basco quer a total independência do Reino de Espanha e da França. O principal partido político que quer a independência é o *Eusko Alkartasuna* (Solidariedade Basca), de espectro esquerdista a centro-esquerdista.

Imagem 7: Movimentos nacionalistas, independentistas e/ou separatistas do Reino de Espanha.



Fonte: Disponível em <<https://www.cerebriti.com/juegos-de-geografia/encuentra-las-provincias-de-espana-en-el-mapa>>. Acesso em 23/03/2021. Modificado.

A Galiza, localizada em amarelo na imagem 7, é uma Comunidade Autônoma e Nacionalidade Histórica do Reino de Espanha, e seu movimento é um tanto quanto diferente dos demais. O movimento separatista galego, também conhecido como reintegralista, não pretende se separar do Reino de Espanha para se tornar um país independente, mas separar para unir-se a Portugal. A justificativa principal é em relação à língua galega, considerada como uma variante do português (XUNTA). Mesmo havendo aqueles que defendem o surgimento de uma nova nação totalmente independente (BERAMENDI, 2016).

Além da região em amarelo na imagem 7, o movimento separatista galego também engloba algumas regiões a oeste da província de Leão e das Astúrias, sob a justificativa de que essas regiões foram incorporadas a outras regiões durante a construção das divisões das comunidades espanholas. O nacionalismo galego tem o espectro político que vai desde a esquerda radical à centro-esquerda, tendo o partido União do Povo Galego (UPG) como seu principal representante.

Andaluzia, localizada em laranja na imagem 7, é uma das Comunidades Autônomas mais pobres do Reino de Espanha e a segunda maior, perdendo apenas para Castela e Leão, e é também considerada uma Nacionalidade Histórica. Diferentemente do restante dos movimentos separatistas e/ou independentistas do Reino de Espanha, a Andaluzia não possui uma língua própria, mas um dialeto, o andaluz, que não faz muito frente aos movimentos.

A Andaluzia foi a última região do Reino de Espanha a sair do poder mulçumano e ainda possui muitas particularidades islâmicas, como sua cultura e arquitetura. Seguindo essa vertente, há o nacionalismo andaluz “islamizante”, que quer a recuperação da cultura islâmica na região, deixada de lado desde a “Reconquista” (STALLAERT, 1998). Na questão política, a Andaluzia tem vários partidos políticos que apoiam a separação, de diversos aspectos políticos, contudo, todos não possuem muito poder e nem conseguem mobilizar uma parcela razoável da população andaluz.

Há também várias formas de regionalismos dentro da Andaluzia. Esses regionalismos são formados a partir das províncias da Comunidade Autônoma, cujo objetivo é se separar da Andaluzia e formar novas Comunidades Autônomas dentro do Reino de Espanha, como por exemplo as províncias de Granada, Almería e Málaga.

Aragão, localizada em vinho na imagem 7, é uma das regiões mais antigas, junto com Castela, cuja união resultou no início do Reino de Espanha. Atualmente tem o estatuto de Comunidade Autônoma e Nacionalidade Histórica, possuindo também língua própria, o aragonês, falado por uma pequena parcela da população, concentrada ao norte da região, na fronteira com a França. O movimento nacionalista aragonês se baseia na Idade Média, quando o Reino de Aragão tinha uma grande importância política e militar, como CANAL (2015) aborda.

Os principais partidos políticos nacionalistas aragoneses a favor da independência são a *Chunta Aragonesista*, *Puyalón*, este abertamente pró-independência, e o Partido Aragonês, este com um nacionalismo mais moderado. Os dois primeiros são partidos de esquerda, e o último, centro-direita com ideologia mais conservadora.

O nacionalismo aragonês tem algo mais que vai na contramão: o nacionalismo catalão, mais especificamente dos Países Catalães. A Faixa do Poente, localizada na porção leste de

Aragão, na divisa com a Catalunha, tem bastante influência daquela região, e possui muitos falantes de catalão, visto que no passado esta região e o Condado de Barcelona se uniram. Por esses motivos, a Faixa do Poente faz parte da política independentista catalã para a formação dos Países Catalães.

O arquipélago das Ilhas Canárias, localizada em rosa na imagem 7, é uma Comunidade Autônoma e Nacionalidade Histórica reconhecida pelo Reino de Espanha. O nacionalismo canário é voltado mais para uma maior autonomia da região diante do centralismo do Governo Central Espanhol. Há aqueles que querem a independência das Ilhas Canárias com a justificativa anticolonialista, como os partidos políticos Alternativa Popular Canária, Alternativa Nacionalista Canária e Unidade do Povo, todos partidos de esquerda.

A Comunidade Valenciana, localizada em verde na imagem 7, é uma Nacionalidade Histórica e Comunidade Autônoma do Reino de Espanha. Atualmente existem duas vertentes do nacionalismo valenciano: o independentista e o regionalista. O primeiro é um movimento independentista que visa a independência da região do Reino de Espanha, a criação do País Valenciano. Um fato importante a frisar é que o movimento valenciano é, em muitas vezes, um “braço” do movimento de independentismo catalão – a criação dos Países Catalães – que abarca também as Ilhas Baleares (CUCÓ, 1998). Sobre a língua valenciana e balear, no caso das Ilhas Baleares, são consideradas por muitos como uma variação da língua catalã, de acordo com o site da Academia Valenciana da Língua.

O segundo movimento é o regionalismo valenciano, que é um movimento nacionalista que quer mais autonomia política para a região e trazer de volta a Lei Foral da Idade Média. Ambos os movimentos não possuem muito poder político nos últimos anos dentro da Comunidade Autônoma, tendo o Bloco Nacionalista Valenciano e o partido *Compromís*, único partido com presença parlamentar na Comunidade Valenciana. O primeiro defende o pancatalanismo, e ambos defendem o independentismo valenciano.

Astúrias, localizada em roxo na imagem 7, é uma Comunidade Autônoma do Reino de Espanha, cujo nome oficial é Principado das Astúrias. O movimento asturiano de nacionalismo não tem como foco principal o separatismo, mas sim uma maior autonomia e na autodeterminação como uma Nação Histórica do Reino de Espanha. O movimento é basicamente extraparlamentar, tendo pouca força na política asturiana, e quando o tem, é nos

conselhos municipais. Existe também uma vertente mais cultural do nacionalismo asturiano, conhecida como *Rexonalismu*. A língua asturiana possui poucos falantes e não tem grande força na política de autodeterminação.

Cantábria, localizada em marrom na imagem 7, é uma Comunidade Autônoma do Reino da Espanha. Seu movimento nacionalista é voltado para uma autodeterminação da Cantábria enquanto uma Nacionalidade Histórica do Reino de Espanha e ter o reconhecimento da língua cantábrica ou *montañés*, contudo, essa língua está desaparecendo na região, sendo muito utilizada pelos poetas do século XIX. Atualmente o Partido Regionalista da Cantábria tem assentos 14 dos 35 assentos no Parlamento Cantábrico.

Por último, mas não menos importante, a província de Leão, localizada em vermelho na imagem 7, O movimento nacionalista de Leão é diferente de todas as outras, visto que não um nacionalismo de uma Comunidade Autônoma, mas de uma província pertencente à Comunidade Autônoma de Castela e Leão, a maior comunidade do Reino de Espanha.

A principal proposta do Leonesismo, a corrente nacionalista de Leão, é um movimento cultural regionalista de caráter político, social e autonomista que busca o reconhecimento dos territórios do antigo Reino de Leão, que atualmente são as províncias de Leão, Samora e Salamanca, todas pertencentes a Castela e Leão. O objetivo é criar uma comunidade autônoma com reconhecimento de Nacionalidade Histórica com essas 3 províncias. Na última pesquisa feita nas 3 províncias, 81% dos leoneses, 59% dos samoranos e 55,7% dos salamancos são a favor da criação da Comunidade Autônoma de Leão (ELECTOMANÍA, 2020). Leão também não possui partidos com forças parlamentares e a língua asturo-leonês não representa forças para o discurso nacionalista leonês em qualquer instância.

Percebe-se que os movimentos separatistas e/ou independentistas do Reino de Espanha são diversos e estão em todos os espectros políticos. Para não ser repetitivo durante a leitura e entendimento do assunto, optou-se por retirar a parte sobre as bandeiras, hinos e demais símbolos regionais, uma vez que todas as Comunidades Autônomas possuem os seus, e cada um tem um valor único.

A partir das últimas eleições autônomas do Reino de Espanha – 2018 a 2021 – é possível analisar como está o poder dos partidos que são abertamente nacionalistas e/ou

regionalistas nos assentos das Assembleias, Parlamentos, Cortes e Junta das Comunidades Autônomas, dependendo da região. A fonte dos dados para construção da imagem e suas porcentagens foi feita a partir dos sites dos respectivos governos autônomos espanhóis. Um fato importante é que o PSOE é o partido que mais ganhou assentos nas Comunidades Autônomas em geral, bem como foi também o mais votado para o Congresso dos Deputados e o Senado espanhóis.

Na imagem 8 pode-se perceber que as regiões que mais possuem candidatos que apoiam os nacionalismos e/ou regionalismos são, respectivamente, País Basco (65,43%), Catalunha (54,81%), Cantábria (40%) e Ilhas Canárias (35,71%). Se levarmos em conta País Basco e Navarra, visto que possuem um movimento nacionalista “unificado”, a região tem 52,67% dos assentos de apoiadores, ficando atrás apenas da Catalunha, e possuindo força parlamentar para uma possível secessão. No caso da formação dos Países Catalães, a região teria apoio parlamentar de apenas 36,86%, número muito inferior ao da Catalunha.

As áreas da imagem 8 que possuem 0% de apoio parlamentar para a independência da Comunidade Autônoma é referente às comunidades que não possuem movimentos separatistas do Reino de Espanha, sendo elas: Múrcia, Castela-Mancha, Comunidade de Madri, Estremadura e La Rioja. A Comunidade Autônoma de Castela e Leão tem um baixo índice, de apenas 0,33% porque contabiliza apenas o movimento da província de Leão (3,16%), único movimento nacionalista da comunidade.

Os casos da República Francesa

Neste, e nos subtópicos seguintes, será abordado brevemente sobre os movimentos separatistas e/ou independentistas de três países da Europa, a saber: França, Reino Unido e Itália. Esses países possuem ligações com a Catalunha no que tange o movimento independentista da Comunidade Autônoma. Primeiro porque a proposta de formação dos Países Catalães abarca regiões da França e da Itália. Segundo, pois, o caso da Escócia, no Reino Unido, é particularmente próximo ao da Catalunha.

Na República Francesa há 10 movimentos nacionalistas com partidos políticos que apoiam as causas²⁶, alguns desses partidos são membros da EFA. As regiões com movimentos nacionalistas são: Borgonha, Alsácia-Lorena, País Basco Francês (*Iparralde*), Bretanha, Córsega, Normandia, Catalunha do Norte (Rossilhão), Saboia, Occitânia e Flamengos. O Estado francês reconhece algumas nacionalidades dentro do país, sendo os franceses, os bretões, os occitanos, os lorenos, os alsácios, os bascos, os catalães e os córsegos. Destes, os catalães, os bascos, os occitanos, os bretões e os córsegos são os que mais pressionam o Estado francês para uma maior autonomia e/ou independência, e são os que possuem partidos políticos membros da EFA. Entretanto, nem todos possuem uma proposta de criação de um novo Estado, apenas reivindicam maior autonomia política.

Um movimento independentista catalão visa a criação de um novo Estado soberano, os Países Catalães. Assim, um pedaço do território francês, o departamento dos Pirineus Orientais – Catalunha do Norte para os catalães – faria parte desse novo país europeu. A língua falada na região, além do francês, são o catalão e o provençal, o primeiro em mais de 90% do território. Os Pirineus Orientais querem a separação da República Francesa e a união com a região da Catalunha, visto que são historicamente pertencentes ao Principado da Catalunha.

O País Basco Francês (*Iparralde*) são 3 províncias do departamento francês dos Pirineus Atlânticos, e é uma região histórica do povo basco. Assim como a Catalunha, o País Basco possui propostas para a criação de um novo Estado, e são um forte grupo com ideias independentistas, tanto no Reino de Espanha quanto na República Francesa.

²⁶ Para o presente trabalho só se utiliza os movimentos nacionalistas da França continental e da Ilha de Córsega, excluindo todos os demais territórios ultramarinos e dependências.

Outros três movimentos nacionalistas de grande importância na França são os bretões, os occitanos e os córsegos, todos com partidos pró-independência filiados a EFA. A Bretanha é uma das 6 nações celtas reconhecidas pela Liga Céltica²⁷. Possuem cultura diferente da francesa e uma língua própria também, o bretão. A Occitânia é uma região histórica cujo território se estende pela França, Mônaco, Itália e Reino de Espanha. A língua occitana vem perdendo cada vez mais falantes, uma vez que a língua não é ensinada nas escolas, apenas nas chamadas “escolas associativas”. A Occitânia atualmente é uma região administrativa francesa, contudo a região que luta pelo nacionalismo abarca a porção sul e central da Nova Aquitânia e toda Provença-Alpes-Costa Azul.

A Ilha de Córsega, localizada no Mar Mediterrâneo, é uma região administrativa da França metropolitana. A ilha foi ocupada pelo Reino da França em 1768, sendo até o presente momento. A língua corsa é bastante falada na ilha e possui aproximações com o dialeto toscano, que se baseia na língua italiana. O nacionalismo corso existe desde a década de 1960, no qual a autonomia e o direito de autodeterminação do povo corso são os mais reivindicados.

Após Rossilhão e *Iparralde*, a Bretanha, a Córsega e a Occitânia são as regiões que possuem forte movimento separatista dentro da França metropolitana. A língua e a cultura são os pontos centrais dos movimentos nacionalistas dessas regiões.

Os casos da República Italiana

A República Italiana, assim como a França, possui movimentos nacionalistas que possuem força política e outros que ainda não conseguiram o status dentro da comunidade. A Itália tem 17 movimentos nacionalistas, sendo eles: Tirol do Sul, Vale de Aosta, Vêneto, Padânia, Piemonte, Lombardia, Trentino, Friul-Veneza Júlia, Ligúria, Emília, Romanha, Toscana, Marche, Úmbria, Sardenha, Sicília e Itália do Sul. Destes, apenas os três primeiros citados possuem partidos políticos pró-independência filiados a EFA. Como a unificação italiana, ou seja, a formação do Estado italiano, ocorreu tardiamente, a Itália ainda possui fortes movimentos nacionalistas dos antigos Estados existentes na Península Itálica.

²⁷ A Liga Céltica é uma organização política, linguística, cultural e social nas nações célticas modernas, sendo elas Escócia, Ilha de Man, Cornualha, País de Gales, Irlanda (República da Irlanda e Irlanda do Norte, Reino Unido) e Bretanha.

Tirol do Sul, também chamada de província autônoma de Bolzano, é uma região do norte da Itália e historicamente pertencente à Áustria, que foi anexada à Itália após a Primeira Guerra Mundial. Tem o alemão, junto com o italiano, como línguas oficiais, sendo o primeiro falado por mais de $\frac{3}{4}$ da população. A região quer a separação da Itália para reunificar-se com a Áustria. O Vale de Aosta está localizada no noroeste italiano e possui um estatuto especial de autonomia. É oficialmente bilíngue, utilizando as línguas italianas e francesas. O movimento nacionalista do Vale de Aosta pede mais autonomia regional. Vêneto é uma região localizada no nordeste italiano, que antes da unificação, era um reino soberano. Possui a língua vêneto como oficial reconhecida apenas pelo parlamento regional. O movimento nacionalista vêneto quer maior autonomia e o direito de autodeterminação e/ou a independência da Itália.

Os demais movimentos nacionalistas italianos, assim como os franceses, não possuem grandes proporções, sendo exclusivamente locais e/ou regionais. Entretanto, assim como no caso francês, a Itália possui um território que é reivindicado pela Catalunha, a cidade de Algueiro, localizada na Ilha de Sardenha. A Ilha de Sardenha já pertenceu à Coroa de Aragão na Idade Média, por isso possui ligações com a Catalunha, já que esta pertencia à Aragão. A língua catalã possui um dialeto local, o alguerês, que é reconhecido; além de ser falado a língua valenciana, e os dialetos rossellonês e balear. É chamada pelos habitantes como “Barceloneta”, devido à proximidade linguística e cultural.

Os casos do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte

O Reino Unido possui 7 movimentos separatistas, incluindo territórios associados/dependências na Europa e excluindo os demais territórios ultramarinos. As regiões que querem a separação são: Escócia, País de Gales, Irlanda do Norte, Cornualha, Ilha de Man, Ilha de Jései e Ilha de Guernsey; estes 3 últimos são dependências da Coroa Britânica. País de Gales, Escócia e Cornualha, além do condado de Yorkshire, possuem partidos políticos filiados à EFA. A imagem 9 apresenta as regiões com movimentos separatistas nas Ilhas Britânicas.

O Reino Unido foi formado a partir da invasão de regiões pelos ingleses, como no caso do País de Gales e Cornualha, e da união de várias coroas britânicas através de tratados, começando com o Tratado de União de 1707 (união do Reino da Inglaterra com o Reino da Escócia), passando pelo Ato de União de 1800 (união do Reino da Irlanda à Grã-Bretanha) e

finalizando com o Tratado Anglo-Irlandês, que instituiu a República da Irlanda, nesse caso, um desmembramento.

Imagem 9: Movimentos separatistas nas Ilhas Britânicas

Movimentos separatista nas Ilhas Britânicas: Irlanda Unida (lilás), Cornualha (laranja), Ilha de Man (vermelho), Escócia (azul escuro), Inglaterra (verde), Gales (amarelo), Guernesei (azul claro) e Jérsei (marrom).



Fonte: Disponível em <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Map_of_Celtic_Nations.svg>. Acesso em 18/04/2021.

Como no caso da Bretanha na França, Cornualha, País de Gales, Irlanda do Norte, Escócia, além da Ilha de Man, fazem parte da Liga Céltica, e querem a independência do Reino Unido. Todas as regiões possuem línguas próprias, mesmo que elas estejam entrando em extinção devido aos poucos falantes atualmente. A língua cônica na Cornualha é falada por menos de 2000 falantes. A língua galesa é oficial no País de Gales, mas existem poucos falantes também. A língua gaélica irlandesa praticamente não existe mais falantes na Irlanda do Norte, sendo encontrado em pequenos vilarejos na Ilha da Irlanda. A língua gaélica

escocesa possui cerca de 60 mil falantes, sendo a língua céltica mais falada nas Ilhas Britânicas.

Diferente dos casos acima abordados, o Reino Unido não possui nenhuma região no qual o movimento independentista da Catalunha reivindique para a formação do Países Catalães, entretanto, a Escócia é uma grande apoiadora da causa catalã, visto que quer se separar do Reino Unido, e até já fizeram um plebiscito em 2014 – este totalmente legalizado pelo Reino Unido – para que a população escocesa escolhesse se queriam se tornar um país independente. Com participação de 85%, os eleitores optaram por não serem independentes do Reino Unido, com 55% dos votos válidos.

O *Brexit* e suas influências no movimento separatista britânico: Escócia e o novo pedido de referendo

A saída do Reino Unido da UE, conhecida por *Brexit* – uma junção em inglês das palavras *British* (britânico) com *exit* (saída) – aconteceu devido a um referendo no qual a maioria da população optou pela saída do país do bloco europeu. O referendo ocorreu em junho de 2016, com 72,1% do eleitorado comparecendo, e votando 51,8% para sair da UE. No entanto, a Escócia foi a única região em que todas as áreas de conselho – como são chamadas as áreas de governo local na Escócia – votaram pela permanência no bloco europeu, com 62% dos eleitores a favor da permanência na UE. O Reino Unido oficializou sua saída do bloco europeu em janeiro de 2021, depois de anos de negociações com a UE e vários conflitos ideológicos internos e a mudança de Primeiro-ministro britânico 2 vezes.

Após a declaração unilateral de independência da Catalunha em outubro de 2017, a Escócia foi uma das apoiadoras do resultado. A Primeira-ministra escocesa Nicola Sturgeon, do Partido Nacional Escocês, é a favor de um novo referendo escocês para que a população decida se quer permanecer ou sair do Reino Unido. Um novo pedido de referendo foi solicitado após a Catalunha fazer o seu, mas o Primeiro-ministro britânico Boris Johnson negou o pedido.

O Partido Nacional Escocês é um partido de ideologia centro-esquerda e que apoia o independentismo e o nacionalismo escoceses, e é um dos membros da EFA. Atualmente possui 48 dos 59 assentos na Câmara dos Comuns (Mandatos da Escócia); 63 dos 129 assentos no Parlamento da Escócia; 418 dos 1227 assentos nos Governos Locais Escoceses; e, de 2019

a 2020, possuía 3 dos 6 assentos destinados aos escoceses dentro dos assentos britânicos no Parlamento Europeu.

A União Europeia, após a saída do Reino Unido do bloco, já deixou claro que aceitaria a Escócia como membro de “braços abertos” se houvesse, de fato, a independência do Reino Unido, e se tudo ocorresse conforme as leis britânicas. O caso é diferente da Catalunha, porque a UE não a aceitará como membro devido o Reino da Espanha votar contra a entrada da Comunidade Autônoma no bloco.

3. O NACIONALISMO NA CATALUNHA E SUAS VARIAÇÕES

Em 27 de outubro de 2017, o então Presidente da *Generalitat* Carles Puigdemont fala ao Parlamento Catalão que a Comunidade Autônoma da Catalunha é um Estado independente sob a forma de uma República. Apenas 5 horas após Puigdemont fazer a declaração unilateral de independência, o Senado da Espanha votou e aprovou a instituição do Artigo 155 da Constituição Espanhola, retirando toda a autonomia da Comunidade, destituindo o Governo da *Generalitat* e do Parlamento, e convocando novas eleições regionais para 21 de dezembro daquele ano. De fato, a Constituição Espanhola permite que uma Comunidade Autônoma perca sua autonomia, visto que o país não é feito aos moldes do federalismo, mas sim no unitarismo²⁸; assim, o artigo 155 diz o seguinte:

Si una Comunidad Autónoma no cumpliere las obligaciones que la Constitución u otras leyes le impongan, o actuare de forma que atente gravemente al interés general de España, el Gobierno, previo requerimiento al Presidente de la Comunidad Autónoma y, en el caso de no ser atendido, con la aprobación por mayoría absoluta del Senado, podrá adoptar las medidas necesarias para obligar a aquélla al cumplimiento forzoso de dichas obligaciones o para la protección del mencionado interés general²⁹ (ESPAÑA, 1978).

Antes, o processo de referendo e de independência foi muito conturbado. Em 06 de setembro de 2017, o Parlamento Catalão vota pela realização de um referendo pela independência da Catalunha. Os partidos pró-independência possuem 72 cadeiras, contra 63 dos que não apoiam. É nessa data que se considera a ruptura jurídica e institucional a respeito da lei estatal. Os 63 deputados contra o referendo saíram da assembleia antes da votação, ou abstiveram seus votos. E nos dias 20 e 21 de setembro houve manifestações pacíficas em Barcelona a favor do referendo de independência. Entretanto, no dia 16 de outubro, o Supremo Tribunal ordena a prisão preventiva dos líderes da *Òmnium Cultural* e da ANC, Jordi Sànchez e Jordi Cuixart acusados de rebelião e sedição pelas manifestações.

No dia 1º de outubro de 2017 houve um referendo em toda a Catalunha sobre se a Comunidade Autônoma deveria ser um Estado independente do Reino de Espanha, e se sim,

²⁸ Unitarismo é um sistema político baseado na unidade, na centralização do poder executivo.

²⁹ Se uma Comunidade Autônoma não cumprir as obrigações que a Constituição ou outras leis lhe impõem, ou atuarem de forma que atente gravemente ao interesse geral de Espanha, o Governo, com prévio requerimento ao Presidente da Comunidade Autônoma e, em caso de não atendimento, com a aprovação da maioria absoluta do Senado, poderá adotar as medidas necessárias para obrigá-lo ao cumprimento forçoso das referidas obrigações ou para a proteção do referido interesse geral – tradução própria.

qual tipo de governo este seria. Com mais de 90% dos votos válidos em “sim” e uma participação de 43,7% do eleitorado – 2.262.000 votos foram contabilizados –, o povo catalão optou pela independência e que o “novo país” deveria ser uma República – a República Catalã. A repressão policial ordenada pelo Governo Central deixou cerca de 800 pessoas feridas, e condições precárias para a votação nos locais onde a polícia não conseguiu dismantelar (CASTELLS, 2018b, p.131-132). A repressão policial causou o oposto que o Governo Central queria: muitas pessoas, inclusive entre muitos jovens, que não eram independentistas tornaram-se depois do ocorrido, porque mostrou que o Governo Central trata a Catalunha e os nacionalistas como coisas a serem extirpadas.

Já no dia 03 de outubro o Rei vai até a TV e fala que as autoridades catalãs não têm cumprido a Constituição Espanhola e o Estatuto de Autonomia. O Rei assumiu o papel de chefe de Estado, contudo a fala foi vista tanto pejorativa quanto atrativa. Logo após o discurso, muitas empresas deixaram a Catalunha, algo em torno de 3 mil, inclusive dois bancos que possuíam sede na Comunidade Autônoma. A Primeira Vice-Presidente do Governo Central³⁰ María Soraya Sáenz de Santamaría Antón também vai à TV e afirma que nunca houve um 1º de outubro, nunca houve um referendo na Catalunha, deixando a população mais inflada, até mesmo aqueles que foram votar contra a independência no referendo. No dia 08 de outubro há uma manifestação em Barcelona pela unidade do Reino de Espanha, reclamando que também são catalães, mas não são independentistas. É nesse ponto que o fanatismo de ambas as partes começa.

Até este ponto, ambos os governos tentavam manter um diálogo para que nenhuma das partes conseguissem um acordo. Mariano Rajoy (PP), então primeiro-ministro do Reino de Espanha consegue um acordo junto com o PSOE no Senado para que o Artigo 155 entre em vigor na Catalunha se Puigdemont não acatar o pedido de Rajoy de anular o referendo e convocar novas eleições autônomas. O dia de 27 de outubro era a data limite para Puigdemont convocar novas eleições ou declarar independência.

Se o Artigo 155 não for aplicado, se voltarmos à normalidade para realizar eleições, ao dois Jordis são soltos da prisão, se se retiram os 15 mil policiais enviados para

³⁰ No Reino de Espanha, pode haver mais de um vice-presidente ao mesmo tempo, e quando isso ocorre, se refere-se a ele ou ela na ordem ao qual foram escolhidos pelo Presidente (Primeiro-Ministro) do Governo Central: Primeiro Vice-Presidente (Primeiro Vice-Primeiro-Ministro), Segundo Vice-Presidente (Segundo Vice-Primeiro-Ministro), etc.

assustar o povo da Catalunha, e as finanças do governo sejam restabelecidas, eu convoco eleições (DOS CATALUÑAS, 2018)

Puigdemont ainda afirma que o uso do Artigo 155 é um golpe à democracia e é anticonstitucional, porque fechava um Parlamento democraticamente eleito e fechava um governo legítimo. Naquela noite do dia 27 de outubro, Puigdemont já havia decidido convocar novas eleições, mas os políticos do ERC o acusaram de traidor, de *botifler*³¹. No final ele cedeu e, nos votos do Parlamento Catalão, 70 deputados presentes votaram a favor de acatar a decisão do povo pela independência, 10 foram contras e 2 abstiveram. E em 1º de novembro os líderes políticos independentistas têm prisão preventiva decretada, incluindo Puigdemont, que se exila na Bélgica, e depois na Alemanha. O movimento de independência da Catalunha em 2017 foi um movimento da direita conservadora comandada por Puigdemont, mas que possuía caráter da esquerda progressista.

O Artigo 155 é ativado e Rajoy convoca novas eleições autônomas para a Catalunha, marcadas para o dia 21 de dezembro de 2017 e coloca a Primeira Vice-Presidente do Governo Central como Presidente Interina da *Generalitat*. O ERC conseguiu 33 cadeiras no Parlamento catalão e o *Junts*, 32, e o CUP 9 cadeiras, formando a maioria absoluta. Já o PSOE conseguiu 33 cadeiras, *Em Comú Podem*, 8, o *Ciudadanos*, 6, o PP, 3, e o VOX, 11. Essas eleições, as últimas até o presente momento na Catalunha, mostrou que o povo catalão ainda anseia pelo independentismo, principalmente após a violência policial vista em 1º de outubro de 2017.

Existem atualmente 8 partidos no Parlamento da Catalunha. O bloco independentista agrupa 3 partidos e que obteve maioria em 2015, depois de 40 anos de democracia. Esses partidos são o *Junts*, o partido antissistema CUP e a ERC. Já o bloco unionista ou constitucionalistas é formado pelo partido liberal *Ciudadanos*, o PSOE, o conservador PP (sempre minoritário na Catalunha, mas que governa grande parte do Reino de Espanha). O partido *Em Comú Podem* e o extrema-direita VOX (que obteve assentos pela primeira vez nas eleições de 2021) também não apoiam a independência da Catalunha.

³¹ Traidores do povo catalão, maus catalães, aqueles que não são independentistas e usam o castelhano como primeira língua.

Os Nacionalismos catalães

O nacionalismo catalão surgiu no findar de 1918 e início de 1919 como um movimento político intencionalmente inovador. Cinquenta anos depois, em 1968, surgiu o independentismo catalão, derivado do primeiro, mas muito diferente. Antes que o nacionalismo catalão surgisse de fato, em 1901 é fundado o partido *Lliga Regionalista*, de ideologia catalanista, conservadora, liberal, regionalista e monarquista. O interessante é que apesar de querer mais autonomia para a Comunidade Autônoma, o partido era a favor da monarquia conservadora. O separatismo catalão não fazia parte do vocabulário partidário. Em 6 de abril de 1914 a *Mancomunitat* – a antecessora da *Generalitat* – é criada, e Prat de la Riba, da *Lliga*, é seu primeiro presidente. A função da *Mancomunitat* era melhorar a Catalunha cultural, social, política e economicamente, além de linguística, colocando o catalão como língua comum.

Com o decorrer dos anos, com a queda da monarquia espanhola duas vezes, o surgimento das repúblicas espanholas, a ascensão do fascismo através da ditadura de Franco e a redemocratização, o nacionalismo catalão sofreu reverses e teve promoções, dependendo do contexto e época. Por muitos anos o catalanismo regeu sozinho, entretanto, com a criação do independentismo catalão, a própria Catalunha se viu dividida, principalmente após 2012, porque mesmo o independentismo ser antigo, só na última década que ganhou força para se tornar relevante entre a população catalã e ter tomado as manchetes dos principais jornais em todo o mundo.

Antes, em 2005-2006 foi votado e estabelecido o Estatuto de Autonomia da Catalunha com 90% do Parlamento votando a favor – a única exceção foi do PP. Após ser acordado entre a Comunidade Autônoma e o Governo Central o Estatuto, o próprio PP, partido de Rajoy, leva-o para o Tribunal Constitucional, que retira muitas partes e contestando que há interpretações ambíguas, mesmo já sendo aprovado pelos Parlamentos Espanhol e Catalão, quebrando a frágil nova ligação entre Madri e Barcelona. E a aprovação do Tribunal Constitucional só se deu em 2010. Surge assim um movimento moderno de independência. Primeiro foi na forma de referendos municipais simbólicos entre 2009 e 2011 nos mais de 550 municípios catalães. No segundo momento ocorreram manifestações nas grandes cidades da Comunidade Autônoma, sendo a primeira organizada em 2010 pela *Òmnium Cultural*. Nos

anos seguintes, no dia 11 de setembro, o Dia Nacional da Catalunha, sempre houve grandes manifestações a favor da independência da Comunidade Autônoma. O PP é considerado o problema do Reino de Espanha por muitos outros partidos.

O movimento nacionalista catalão ganhou mais força após 20 de setembro de 2012. As manifestações de 11 de setembro, o Dia Nacional da Catalunha, daquele ano foram uma das maiores em anos, e houve muita pressão sobre o então presidente da *Generalitat* Artur Mas para negociar o pacto fiscal com Rajoy, acordo esse sendo considerado um “concerto basco” para a Catalunha. Entretanto, Rajoy rejeitou a proposta, convocou eleições e a ERC ganhou na Catalunha. A partir desse momento, a política espanhola e catalã nunca mais se encontraram, e a relação entre os governos só foi decaindo, até o estopim de 27 de outubro de 2017 (EL PAÍS, 2021).

Indubitavelmente, a maior autonomia fiscal da Catalunha carrega uma dimensão simbólica, uma vez que robustece a ideia de “diferenciação” entre ela e as outras Comunidades, mormente pelo fato de ser a área mais rica do país (em 2016, registrou um produto interno bruto de 211,9 bilhões de euros, enquanto Madri assinalou 210,8 bilhões de euros), assim como encaminharia o processo de independência. Também apresenta um aspecto prático: se as Comunidades Autônomas são responsáveis por boa parte dos serviços públicos, a maior autonomia fiscal geraria maior equilíbrio entre as receitas e despesas e, por conseguinte, uma melhor oferta destes serviços ao povo catalão já que menos impostos de lá seriam drenados pelo governo espanhol e redirecionados a outras Comunidades. Por fim, o fato de Navarra e País Basco terem um regime fiscal diferenciado (foral) tem evidenciado uma evolução destas Comunidades sob o ponto de vista econômico... (CHAGAS, 2017, p.169).

Percebe-se que este foi e continua sendo um dos motores para os movimentos nacionalistas que ocorrem na Catalunha. Após a grande manifestação de 11 de setembro de 2012, o Parlamento catalão vota e aprova em janeiro de 2013 a “Declaração de Soberania e do Direito a Decidir do Povo da Catalunha”, “que identificava o povo da Catalunha como sujeito político e jurídico soberano” (CHAGAS, 2017, p.170). A proposta era aumentar o diálogo entre a Catalunha e o Estado espanhol e a União Europeia. Em menos de 3 meses depois o Tribunal Constitucional suspendeu a Declaração. Esse direito de decidir é geralmente usado pelos povos sem nação, como o foi com o Kosovo em 2008, e o Direito Internacional reconhece esse direito quando o novo Estado possui diferenças com o velho Estado, como exemplos a língua e a cultura.

A Catalunha enquanto nação é reconhecida tanto pelos independentistas e nacionalistas quanto pelos unionistas/constitucionalistas, que reconhecem a Nacionalidade

Histórica do povo catalão. A diferença entre eles é “o nacionalismo e o catalanismo político sempre defenderam o direito de implantar sua própria divisão territorial” (FONT e RUFÍ, 2006, p.224), enquanto os unionistas/constitucionalistas defendem a unidade do Estado, e os independentistas defendem que só podem ser uma nação de fato se forem independentes do Reino de Espanha, porque consideram o nacionalismo espanhol como pejorativo desde a época do Franquismo. O patriotismo das Comunidades Autônomas é considerado bom pelo Governo Central desde que não entre em discordância com o nacionalismo espanhol e a Constituição Espanhola.

Grande parte da culpa desses movimentos nacionalistas e independentistas, segundo alguns catalães, vêm da questão da globalização, porque existe o medo de que a globalização diminua os catalães como um povo, então busca-se esse lugar confortável, a Catalunha do passado, com a sua história. Contudo, busca-se essa história onde convém, quando a Catalunha era um condado rico e independente, com suas leis, moedas e autonomia total. Mas como Hobsbawm (2016) lembra,

Os pequenos povos, línguas e culturas ajustavam-se ao progresso apenas no caso de aceitarem um status subordinado a alguma unidade maior ou caso se retirassem da batalha para se tornar um repositório de nostalgia e de outros sentimentos [...] O qual, é claro, muitas das pequenas comunidades e culturas do mundo parecem ter aceitado (HOBSBAWM, 2016, p.57).

Esse é o caso da Catalunha, que se uniu territorialmente à Aragão, e depois à Castela, porque no contexto era favorável para si próprio, contudo não quiseram permanecer unidos depois que sofreram repressões absolutistas, ditatoriais, e, agora, fiscais. A Catalunha é o coração industrial da Espanha – tanto pelo poder de seus portos e comércio têxteis, como, mais recentemente, pelas finanças, serviços e empresas de alta tecnologia. É a região mais rica do país, responsável por em torno de 20% do PIB de 2015 (INE, 2021). Agora, será abordado a diferença entre catalanismo e independentismo catalão.

O Catalanismo

Como já abordado, a *Renaixença* foi um movimento que queria a restauração da cultura, língua e história catalã na Catalunha, além de começar a literatura em língua catalã. Ocorreu entre 1830 e 1880 e teve influência direta do Romantismo que ocorria em boa parte da Europa. Esse movimento não ocorreu apenas na Catalunha, mas em todos os locais onde o catalão era falado, chegando até em Algeiro, na Sicília, Itália. O movimento também teve

por iniciativa colocar locais e paisagens como sendo essencialmente catalãs, como Montserrat. A “Catalunha, em plena *Renaixença*, participa também dessa mudança na valorização estética e simbólica da montanha. Assim, este elemento da paisagem converte-se agora em uma peça essencial para a simbologia nacionalista catalã” (FONT e RUFÍ, 2006, p.227), e é considerada sagrada pela Igreja Católica e pelos catalães.

Para além da cultura e história catalã, a Catalunha também investiu em ciência e na industrialização que começava na Europa ocidental. Nas ciências, a cartografia catalã estava à frente do movimento científico (PUJALS, 2011) e se destacou, principalmente a cartografia no mediterrâneo, visto que a Catalunha tentava dominar o *Mare Nostrum*, o Mar Mediterrâneo.

A partir da última década do século XIX, o nacionalismo catalão procurou elevar a identidade regional catalã à condição de nacional. Respalado por setores da burguesia, o catalanismo passou a defender a Catalunha como nação em razão de sua singularidade, mas longe de promover a secessão, restringiu-se a demandar autonomia política e maior proteção espanhola à indústria catalã (CARVALHO, 2016, p.90).

Com o *fin de siècle*, a *Renaixença* começa a tomar outra forma e assim surge o nacionalismo catalão, também conhecido como catalanismo, que prezava pelos mesmos ideais da *Renaixença*, mas que agora possuía um viés político-administrativo. O catalanismo queria e ainda quer o federalismo no Reino de Espanha, uma maior autonomia e um direito de autodeterminação. O catalanismo é

...um movimento transversal estruturante tanto político quanto cultural – ou seja, é um movimento que aglutina todos os partidos políticos, sejam eles de esquerda, centro ou direita, bem como todos os cidadãos catalães –, que propõe o reconhecimento da personalidade política, histórica, cultural, linguística e nacional da Catalunha (VIEIRA, 2018, 33).

Segundo Pujals (2011), “o catalanismo sempre tendeu a ser respeitoso, aberto e dialogante. E tem fundamentado uma consciência da identidade catalã baseada num eixo central muito sólido, embora aberto a outras identidades, em círculos concêntricos”. Ou seja, o catalanismo nunca quis a extinção de outras identidades e nacionalidades dentro da Catalunha ou nas áreas onde o catalão era falado, a ideia primeira e central sempre foi fazer a cultura e memória catalãs se sobressaíssem nessas áreas. Apesar disso, “na Catalunha, a consciência da identidade eclodiu no nacionalismo” (PUJALS, 2011).

A identidade catalã começa a se formar no processo da *Renaixença* e torna algo mais sólido apenas através do catalanismo, principalmente por este último ser mais politizado, tornando obrigatório a língua catalã, afetando as classes mais baixas na época. Pujals (2011) associa a identidade catalã como mote para o catalanismo.

A identidade nacional tem sido, historicamente, e ainda hoje o é, como toda a força, o eixo vertebral da Catalunha. É o fundamento da nossa atividade econômica, da nossa cultura, da nossa produção intelectual, das relações humanas e da vida cotidiana das pessoas, embora nem todos tenham consciência disso. A identidade nacional é o traço determinante da nossa vida coletiva (PUJALS, 2011).

Essa identidade nacional catalã começa a surgir. Antes de afetar as classes mais baixas, o catalanismo era algo essencialmente das classes médias locais, como Hobsbawm (2016) observa, e foi as repetidas repressões culturais e identitárias pelo absolutismo e/ou centralismo do Governo Central que tornaram o catalanismo pertencente a todas as pessoas.

O catalanismo ainda pertencia fundamentalmente às classes médias locais, aos notáveis provincianos de pequenas cidades, e aos intelectuais, uma vez que a classe trabalhadora militante e predominantemente anarquista, tanto catalã como imigrante, guardava certa desconfiança do nacionalismo nas bases. A literatura do movimento anarquista era deliberada e conscientemente publicada em espanhol. Mais uma vez, a direita e esquerda regionais só se uniram sob Primo de Rivera, por meio de um tipo de liderança popular contra a monarquia de Madri, com base na autonomia para a Catalunha. *A república e a ditadura de Franco iriam reforçar o catalanismo de massa*, o qual, nos últimos anos e desde a morte de Franco, pode realmente ter conduzido a uma *mudança linguística maciça* na direção do que, agora, não é apenas um idioma falado, mas uma *linguagem cultural estabelecida e institucionalizada* [...] o catalanismo tornou-se, e podia se tornar, uma força de massa apenas movendo-se para a esquerda, a fim de integrar-se a um movimento trabalhista poderoso e independente [...] o catalanismo tenha sido espetacularmente mais bem-sucedido em assimilar os imigrantes (principalmente das classes trabalhadoras) em sua região (HOBBSAWM, 2016, p.193-194 – grifos próprios).

A identidade catalã é o que determina a sociedade catalã, mesmo que esta não perceba. Tudo gira em torno dessa identidade, e é ela que sustenta a Comunidade Autônoma, porque sem ela, a Nação Histórica se perde e deixa de possuir diferenças com as outras Comunidades do Reino de Espanha. Todos os catalães – ou sua grande maioria – são catalanistas, mesmo que não o percebam.

O catalanismo político teve, e tem, um peso decisivo para a Catalunha. Porque as suas propostas se concretizam a partir dessa identidade nacional. De fato, o catalanismo político, o nacionalismo, não inventa essa realidade: interpreta-a. O nacionalismo não é uma formulação baseada no vazio. Ao contrário: é justamente a resposta mais fiel à realidade da Catalunha concebida como nação.

O catalanismo é o aglutinador, a chave-mestra, do sentimento de pertencimento e da vontade de melhoramento da realidade catalã. Pode-se inclusive afirmar que o nacionalismo impregna e influencia todas as propostas e toda a ação política na

Catalunha. É que o catalanismo político, o nacionalismo, tem muitos, muitíssimos anos de história: é herdeiro da Catalunha milenar, das ideologias do Oitocentos e do Novecentos, da Renascença e do ressurgimento, dos momentos de luz e dos momentos de sombra. Sem falar na herança desses últimos vinte [quarenta] anos de autogoverno (PUJALS, 2011).

De acordo com Fiol (2005, tradução própria), “a cultura catalanista, por regra geral, tem interpretado a História da Catalunha em um conjunto nacionalista e, neste sentido, [...] se esforçou em demonstrar a existência de uma nação catalã que se remontava à Idade Média³²”. Apesar do catalanismo ser um movimento nacionalista moderno, e muito contemporâneo, ele foi constituído de muito passado, remontando ao Condado de Barcelona e a Raimundo Berengário IV.

A partir do catalanismo, e das Revoluções Francesa e Americana, é que o conceito de nação surge na Catalunha, que derivou da identidade. Antes fizeram o como é ser catalão, depois, o que é o catalão, que segundo Pujals (2011) “a nação catalã se fundamentou, com ou sem estruturas político-administrativas, nessa vivência profunda da identidade”. Essa “vivência profunda da identidade” só se tornou possível porque nenhum Estado grande – num contexto europeu –, como o Reino de Espanha é, consegue manter uma unidade cultural, mesmo se retirar a globalização, tendo em conta que durante a Idade Média houve muitas trocas culturais entre povos europeus e não-europeus.

As soberanias perderam a razão de ser, não obstante suas antigas e insistentes pretensões estatais. Contudo, autodeterminação e independência não precisam ser necessariamente sinônimas; o mundo, em cada sucessiva globalização, comprova o crescimento maior das interdependências de regionais a continentais e universais. Os Estados tendem à plurinacionalidade, à medida que crescem. O Estado-nação puro existiu raras vezes e, com o tempo, cada vez menos (PUJALS, 2011).

A questão central com o aumento da plurinacionalidade numa determinada região é que faz com que a cultura daquela região floresça, as vezes de forma pacífica, mas em alguns casos, de forma violenta. Analisando o catalanismo contemporâneo no contexto de globalização, este é muito diferente daquele surgido no *fin de siècle*. A globalização permitiu que as distâncias fossem diminuídas e a comunicação favoreceu os movimentos nacionalistas, como o catalão. O ressurgimento do nacionalismo é um efeito da globalização, porque “grande parte da reconstrução das identidades vem sendo pautada na questão da nacionalidade”

³² La cultura catalanista, por regla general, ha interpretado la Historia de Cataluña en clave nacionalista y, en este sentido, [...] se esforzó en demostrar la existencia de una nación catalana que se remontaba a la misma Edad Media.

(CHAGAS, 2014, p.754). Se antes o catalanismo era mais pacífico, tolerável, e possuía mais ideias conservadoras, hoje pode-se dizer que o catalanismo possui uma vertente mais agressiva, mais intolerável, mesmo que algumas ideias permaneçam conservadoras.

Transformar a fraqueza individual (bastante real) no poder (ilusório) de uma comunidade leva à ideologia conservadora e à pragmática da exclusividade. O conservadorismo (uma “volta às raízes”) e o exclusivismo (“eles” em conjunto são uma ameaça a todos “nós”) são indispensáveis para que o verbo se faça carne, ou seja, para que a comunidade imaginada dê a luz uma rede de dependências que a tornará real, juntamente com seu poder; em outras palavras, são indispensáveis para que se transforme em verdade a famosa frase de W.I. Thomas, segundo a qual, “quando as pessoas definem situações como reais, estas de tornam reais em suas consequências (BAUMAN, 2013, p.78).

Antes tem-se que compreender que o catalanismo é considerado um movimento separatista, mas não independentista. Mesmo parecendo iguais e o segundo derivando do primeiro, como diz Ucelay-Da Cal (2018), são muito diferentes. O separatismo catalão apareceu “não mais como noção, ideia ou insulto, mas sim como um movimento político intencionalmente inovador –, era uma forma “supernacionalista”, mais radical e extrema que qualquer outro enfoque catalanista que existia e, foi acreditado, para haver³³” (UCELAY-DA CAL, 2018, tradução própria). O nacionalismo catalão, o catalanismo, resultou em mais autonomia, e não para ser secessionista. Essa confusão existe até mesmo entre os catalães, muitos colocam no mesmo pote catalanistas e independentistas – são parecidos, mas não iguais.

O catalanismo existe há pelo menos um século, e mudou muito de lá até o presente. O ponto que reascendeu o catalanismo foi durante o Franquismo, e após. Com a redemocratização e a volta das autonomias das Comunidades, Jordi Pujol, afiliado a *Convergència i Unió*, assumiu a *Generalitat* de 1980 a 2003. Período que ficou conhecido como Pujolismo.

Na década de 1980, o governo Pujol popularizou ideias de ampliação das relações entre Madri e Catalunha e fomentou o catalão como a expressão fundamental do caráter nacional como idioma de todos os setores. Além disso, lutava por mais autonomia nos gastos e advogava por uma Europa das Regiões (CHAGAS, 2017, p.162).

³³ ...no ya como nocion, idea o insulto, sino como un movimiento político intencionalmente innovador –, era una forma supernacionalista, más radical y extrema que cualquier otro enfoque catalanista habido y, se creía, por haber.

O pujolismo pode ser considerado como um braço do catalanismo, porque é um movimento nacionalista catalão, identitário, populista, pragmático, personalista e retórico-vitimista. Apesar de querer maior autonomia, o pujolismo não anseia pela separação, ele preza pela unidade do Reino de Espanha, mas abertamente plurinacionalista. Possuía políticas pela língua catalã ser falada por todos as pessoas, até mesmo pelos imigrantes e defendia o princípio da solidariedade para com as demais Comunidades Autônomas, distribuindo com as mais pobres as riquezas das mais ricas (CHAGAS, 2017). As Olimpíadas de Verão de Barcelona em 1992 foi uma forma de fortalecer a identidade catalã e apresentar ao mundo o que era a Catalunha e sua cultura, principalmente após anos de repressão do Franquismo, fortalecendo a identidade catalã diante ao mundo todo.

A política externa catalã também é um fato que chama a atenção. Mesmo sendo uma Comunidade Autônoma do Reino de Espanha, a Catalunha possui certas liberdades quanto às políticas externas que produz, na grande maioria na questão cultural, que para os catalanistas e independentistas são formas para se chegar a uma cooperação econômica, “o objetivo não é somente a projeção dos interesses catalães, mas a internacionalização da Catalunha” (CHAGAS, 2017, p.209), que através de ações paradiplomáticas tornem-se protodiplomáticas (*Ibidem*).

A (proto)diplomacia catalã tem trabalhado no sentido de obter apoio internacional à sua independência, demonstrando seu potencial do ponto de vista econômico e comercial (se houvesse cisão em relação à Espanha), além de justificar sua separação, entre outras razões, por ter tradições culturais muito dessemelhantes às hispânicas (CHAGAS, 2017, p.210).

O catalanismo possui uma ideologia política mais voltada para a direita conservadora – assim como o independentismo também é –, e ambos possuem partidos da esquerda que defendem os ideais catalanistas e/ou independentistas. O progresso e o conservadorismo batem de frente na questão catalã, mesmo que ambos queiram uma maior autonomia. O caso do catalanismo, mesmo sendo produzido pela direita política, possui ideias progressistas, desde que mantenham a identidade catalã intacta. O catalanismo quer a separação política apenas, e não territorial. Ponderando sobre os partidos políticos catalães que atuam no

Parlamento catalão e nos Parlamentos espanhol e europeu, há catalanistas e independentistas³⁴ nos dois espectros. Primeiro os partidos que são catalanistas no Parlamento catalão.

Apesar de ser todos os partidos independentistas serem catalanistas, o único que atua no Parlamento catalão que é somente catalanista é a coligação partidária *Em Comú Podem*. Esta coligação é da esquerda a extrema esquerda, de ideologia socialista, ambientalista, regionalismo e feminista. *Em Comú Podem* é contra a independência da Catalunha, mas é a favor de um referendo de autodeterminação, que as Comunidades Autônomas tenham mais autonomia iguais aos moldes federalistas, tendo como exemplo os EUA. Esta coligação pretende fazer com que a Catalunha tenha mais poder sobre suas fronteiras e que o pacto fiscal exista de fato, que os impostos arrecadados sejam usados na Catalunha. Os demais partidos catalanistas possuem um viés mais independentistas e serão abordados no tópico a seguir.

O Independentismo Catalão e os Países Catalães

Apesar de ser um movimento que nasceu do catalanismo e que possui muitas de suas ideias, o independentismo catalão propõe, como o próprio nome diz, a independência total da Comunidade Autônoma da Catalunha do Reino de Espanha. No que tange as similaridades, o independentismo catalão defende o princípio de que a Catalunha é uma Nação Histórica que precisa preservar a língua, a história, a cultura e os direitos civis dos catalães. A diferença é que a única forma para que se alcance isso é ocorrer uma secessão entre a Comunidade Autônoma e o Reino de Espanha, ou seja, a Catalunha precisa de um autogoverno, uma autogestão financeira e um modelo socioeconômico que melhor solucione os problemas da sociedade catalã.

Em 1968, cinquenta anos depois da fundação do separatismo político, surgiu o independentismo catalão como algo claramente diferenciado do separatismo, para confusão de muitos. Assim que o separatismo e o independentismo estão estreitamente relacionados: o independentismo deriva do separatismo, mas não é a mesma coisa³⁵ (UCELAY-DA CAL, 2018, tradução própria).

³⁴ Alguns partidos políticos se consideram catalanistas e independentistas ao mesmo momento, e isso está correto, mas optou-se por separá-los para que não haja confusão durante a leitura, também porque acredita-se que os independentistas possuem um viés mais radical que os catalanistas.

³⁵ En 1968, cincuenta años después de la fundación del separatismo político, surgió el independentismo como algo claramente diferenciado del separatismo, para confusión de muchos. Así que el separatismo y el independentismo están estrechamente relacionados: el independentismo deriva del separatismo, pero no es lo mismo.

O independentismo catalão foi inspirado, na sua origem, no republicanismo irlandês que se iniciou na primeira década do século XX³⁶. Mesmo sendo um derivado do catalanismo, o independentismo permaneceu dormente por muitos anos, tendo pouca atuação partidária no Parlamento catalão e na vida pública das pessoas da Catalunha, tendo em conta o contexto histórico no qual foi inserido: o Reino de Espanha passava pelo Franquismo, a violenta ditadura espanhola. Grande parte do independentismo catalão ocorria no exílio, assim como a *Generalitat* e boa parte dos políticos. Entretanto, antes da criação do independentismo, um “órgão público” foi criado em 1961, o *Òmnium Cultural*.

Òmnium Cultural é uma organização sem fins lucrativos que defende os direitos civis e as liberdades dos catalães. Desde 1961, trabalha pela promoção da língua catalã, da coesão social, da educação e da cultura e tem como objetivo construir, através destes valores, uma sociedade ativa, crítica, inclusiva e cívica. A importância do trabalho da *Òmnium* está em sua trajetória e consistência. Promovemos campanhas de denúncia e conscientização, eventos e projetos culturais, coesão social e educação³⁷ (*ÒMNIUM CULTURAL*, 2021, tradução própria, grifos próprios).

Fundado em 11 de julho de 1961, no auge do Franquismo, o *Òmnium* surgiu para combater a censura e a perseguição à cultura catalã e preencher o vazio deixado pelas instituições políticas e civis catalãs proibidas pela ditadura. O *Òmnium* chegou a ser fechado pela ditadura, mas continuou trabalhando no exílio em Paris. Atualmente, é uma das maiores e principais entidades sem fins lucrativos do Estado espanhol e uma das organizações culturais mais relevantes na Europa. É financiado 100% com contribuições privadas e 1% vem de convênios com a administração pública catalã para a realização de projetos e eventos culturais.

O *Òmnium* é, sem dúvida, um pilar de promoção da cultura e da língua catalã, e um defensor dos direitos humanos e civis, com uma participação crescente a nível europeu e mundial. A entidade possui em torno de 185 mil membros – números que aumentaram muito após 2012 –, 44 sedes regionais espalhadas pela Catalunha, 90 trabalhadores e mais de 14 mil voluntários (*ÒMNIUM CULTURAL*, 2021). Desde 2010, o *Òmnium* tem promovido mobilizações pacíficas massivas na Catalunha e na Europa, juntamente com a ANC, a favor

³⁶ O republicanismo irlandês é uma ideologia e um movimento político que defende que toda a Ilha da Irlanda se torne uma república unificada, igualitária e independente da presença britânica na ilha.

³⁷ *Òmnium Cultural* és una entitat sense ànim de lucre que defensa els drets civils i les llibertats dels catalans. Des del 1961, treballa per fomentar la llengua catalana, la cohesió social, l'educació i la cultura ité com a objectiu construir, a través d'aquests valors, una societat activa, crítica, integradora i cívica. La importància de la tasca d'Òmnium radica en la seva trajectòria i la seva coherència. Impulsem campanyes de denúncia i sensibilització, esdeveniments i projectes culturals, de cohesió social i d'educació.

do direito dos catalães de escolher democrática e livremente o seu futuro político através de um referendo de autodeterminação, apesar de ser totalmente a favor da independência da Catalunha e ansiar por isso.

Como alguns movimentos nacionalistas, o independentismo é mais radical, e essa radicalização é produzida, em grande parte pelo *Òmnium* e pelos partidos independentistas que incentivam não só a população catalã, mas também a nível mundial, mostrando apenas um lado da história. Essas pessoas mais radicais consideram que a Catalunha é tratada como Colônia espanhola, porque não podem usar sua língua como primeira língua e não podem exprimir sua cultura totalmente. O Reino de Espanha continua sendo uma ditadura, uma metrópole, para esses independentistas catalães, levando esse discurso até o futebol, como percebe-se a rivalidade “histórica” entre Real Madri e Barcelona, tendo este último o “slogan” “Mais que um clube” (*Més que un club*) estampado no estádio e campanhas publicitárias, mostrando que o time Barcelona não é apenas esportista, mas também político.

Essa radicalização pode ser percebida quando afirmam que os nacionalismos não são os problemas no Reino de Espanha, mas sim o próprio Reino de Espanha. Que os nacionalismos são os sintomas, mas o Reino de Espanha e a União Europeia é que são os problemas e que estes são sistemas falidos que não possuem projetos de futuro, além da monarquia espanhola ser muito corrupta. O Estado espanhol é antidemocrático e o neoliberalismo feito por ele empobrece a Catalunha (DOS CATALUÑAS, 2018).

Um dos pontos que é mais abertamente falado tanto pelos independentistas quanto pelos nacionalistas e constitucionalistas é que o criador do independentismo catalão contemporâneo é Mariano Rajoy. Quando ele iniciou seu mandato em dezembro de 2011, o apoio ao independentismo na Catalunha era de 17%, e atualmente está em torno de 50%. Rajoy menosprezou os catalães, como todos aqueles do PP, não fez nenhuma concessão, como poderia ter feito o pacto fiscal, porque isso poderia ser a sua desgraça na Catalunha entre os não-independentistas, e achava que assim poderia ser um homem muito poderoso no Reino de Espanha (*Ibidem*). É certo que houve muitos diálogos entre Rajoy e a *Generalitat*, mas esses diálogos nunca foram ouvidos pelo primeiro.

O PP, assim como os demais partidos constitucionalistas, coloca o nacionalismo e o populismo como sendo a mesma coisa, afirmando que eles querem acabar com a unidade

européia, que a identidade é mais forte que a cidadania, que a Europa é um lugar de diversidade, e não de imposição de ideologias, e que só o liberalismo e a democracia liberalista conseguirão deter o populismo e o nacionalismo (*Ibidem*). O interessante desse discurso é que apesar de falarem do liberalismo, o PSOE, um dos partidos que afirmam isso, é de espectro político de esquerda e vai contra o liberalismo, pelo menos abertamente. E também tem o VOX, o partido de extrema direita que é totalmente contra a unidade europeia, são eurocéticos³⁸, mas também são populistas abertamente, como todos os partidos de extrema direita o são.

Já os independentistas afirmam que a Europa perdeu muito ao querer colocar a diversidade, mas sem olhar para baixo, para os povos minoritários e sem representação, forçando uma homogeneização e negando a própria identidade europeia. Esse é um olhar um tanto quanto egoísta, porque o projeto da UE é acolher a todos (*Ibidem*). A representatividade dos povos minoritários e sem Estado deveria ser mais presente, seja no Parlamento Europeu ou em cargos importantes dentro das agências da EU, mesmo que no Tratado da União Europeia/Maastricht garanta que as minorias nacionais e/ou regiões tenham direitos plenos e são segurados pelo Conselho da Europa, segundo o Artigo 128, no qual “A Comunidade contribuirá para o desenvolvimento das culturas dos Estados-membros, respeitando a sua diversidade nacional e regional, e pondo simultaneamente em evidência o patrimônio cultural comum” (CONSELHO DA EUROPA, 1992).

Apesar do discurso do Conselho da Europa através do Tratado de Maastricht sobre as minorias nacionais e/ou línguas regionais, a realidade é algo muito diferente. Os povos europeus minoritários quase nunca possuem representações nos altos cargos europeus – Conselho da Europa, União Europeia, Banco Central Europeu, Zona Euro, entre outros. Assim, pode-se pensar que o independentismo catalão é uma forma de salvaguardar e de garantir que o povo catalão possua as devidas representações que a eles foram garantidos, e o único modo de garantir isso seria na forma de um novo Estado, mesmo havendo a consequência de nunca serem aceitos pela União Europeia³⁹ e por muitas outras organizações

³⁸ Euroceticismo é uma ideologia política assentada na desconfiança e/ou na descrença acerca da União Europeia.

³⁹ Para que um país seja admitido na União Europeia é preciso de uma série de fatores políticos e econômicos, entre eles: Estabilidade das instituições democráticas, o Estado de direito, os direitos humanos, a defesa das minorias, a existência de uma economia de mercado funcional, etc. Se possuir todos os fatores, todos os países do bloco devem aprovar a entrada do novo Estado. A admissão é sempre unânime.

internacionais, visto que o Reino de Espanha, bem como vários outros países da UE, principalmente aqueles que possuem problemas com as minorias de seus respectivos Estados, como Bélgica, França, Itália, já deixaram explícitos que não aprovaram a entrada da Catalunha como um novo Estado ao bloco.

O independentismo catalão é mais uma reação à globalização, à austeridade, a todos esses problemas, e isto está óbvio quando se analisa os fatos, principalmente pós-crise de 2008, no qual a Catalunha se viu enganada pelo Governo Central, que retirou grande parte do dinheiro da Comunidade Autônoma e reinvestiu em outras Comunidades, deixando um déficit na balança catalã. Juntando-se a isso com o que foi dito anteriormente sobre os problemas entre Catalunha e o Tribunal Constitucional e o Governo Central em relação ao Estatuto de Autonomia, a Catalunha tornou-se um barril de pólvora a ponto de explodir, e que acabou explodindo em 2017.

Com isso, partidos e coligações que apoiam o independentismo catalão começaram a ganhar força na Comunidade Autônoma, como a ERC, o *Partit Demòcrata Català*, a CUP, e o *Junts*. Dentre esses partidos, os espectros políticos variam da extrema esquerda a direita, sendo: ERC de centro-esquerda a esquerda; *Partit Demòcrata Català* de centro a centro-direita (partido de Puigdemont quando da declaração unilateral de independência da Catalunha); CUP de extrema esquerda; e *Junts* de centro-direita (este sendo uma coligação até as eleições de 2017 e atualmente é um partido fundado em 2020 por Puigdemont).

Esses partidos políticos, mesmo com vieses muito diferentes, alguns mais liberais, outros progressistas, outros conservadores, conseguiram se unir em prol de algo que acreditam que seja a solução da Catalunha: a sua independência. Atualmente, a ERC possui 33 cadeiras no Parlamento catalão, o *Junts* tem 32 e o CUP tem 9, formando uma maioria independentista no Parlamento. Com a maioria formada, o atual Presidente da *Generalitat* é Pere Aragonès i Garcia, da ERC. Ele possui as mesmas visões de Puigdemont quanto à independência da Catalunha, mas é mais sensato, se assim pode-se dizer. Prefere a via escocesa, aquela de 2014, no qual o referendo foi acordado entre os governos inglês e escocês. Pere acredita que o referendo de autodeterminação é de suma importância para o povo catalão, e que a reforma na economia e saúde, abaladas pela pandemia de Covid-19 (Sars-Cov-2), devam ser reestruturadas e reformuladas.

A despeito da ERC ser um partido de centro-esquerda a esquerda, o independentismo catalão é majoritariamente um movimento sempre encabeçado pelo centro ou pelo centro-direita, causando uma certa “confusão” na população, já que a direita política é vista como conservadora e a esquerda, progressista. Mas essas diferenças são deixadas de lado dentro do Parlamento catalão quando o assunto é a independência da Catalunha. O fato é que a esquerda teve que se aliar à direita para conseguir lutar pela independência e permanecer.

Mesmo sendo um projeto que abraça pelo menos metade dos catalães, o independentismo catalão já se tornou um projeto regional dentro da Europa, se não mundial. Além dos partidos políticos catalães que defendem a independência da Comunidade Autônoma, há dois partidos que não são catalães e que são pró-independência da Catalunha, são eles: *EH Bildu* de esquerda a extrema-esquerda; e Partido Nacionalista Basco de centro-direita a centro-esquerda, ambos atuando no País Basco. Há também um partido que é contra a independência, mas que é a favor de um referendo de autodeterminação, a *Coalición Canária* de centro a centro-direita e atua nas Ilhas Canárias.

Desse modo, pode-se montar nas tabelas abaixo onde os partidos políticos pró-independência atuam e quais seus espectros políticos, e quais partidos que estão no Parlamento da Catalunha e que também atuam no Parlamento Espanhol. Na tabela 1 está distribuído os partidos e quais os espectros políticos eles possuem, já na tabela 2 como os partidos estão alocados nos Parlamentos. O único partido que não possui representação em nenhum dos dois Parlamentos é o *PSM – Entesa Nacionalista*, um partido cuja atuação se restringe nas Ilhas Baleares, incluindo seu Parlamento.

Tabela 1: Espectros políticos dos partidos pró-independência da Catalunha ou a favor de um referendo de autodeterminação.

	<i>Centro-direita</i>	<i>Centro</i>	<i>Centro-esquerda</i>	<i>Esquerda</i>	<i>Extrema esquerda</i>
ERC			X	X	
CUP					X
<i>Partit Demòcrata Català</i>	X	X			
<i>En Comú Podem</i>				X	X
<i>Junts</i>	X				
<i>EH Bildu</i>				X	X
Partido Nacionalista Basco	X	X	X		
<i>Coalición Canária</i>	X	X			
<i>PSM – Entesa Nacionalista</i>				X	

Fonte: Sites dos partidos políticos do Reino de Espanha⁴⁰. Organização própria do autor, 2021.

Tabela 2: Parlamentos que os partidos políticos pró-independência catalã possuem deputados eleitos.

	<i>Parlamento Catalão</i>	<i>Parlamento Espanhol</i>
ERC	X	X
CUP	X	
<i>Partit Demòcrata Català</i>	X	
<i>En Comú Podem</i>	X	X
<i>Junts</i>	X	
<i>EH Bildu</i>		X
Partido Nacionalista Basco		X
<i>Coalición Canária</i>		X
<i>PSM – Entesa Nacionalista</i>		

Fonte: Sites dos partidos políticos do Reino de Espanha⁴⁰. Organização própria do autor, 2021.

⁴⁰ERC: <https://www.esquerra.cat/ca/inici>; CUP: <http://cup.cat/>; *Partit Demòcrata Català*: <https://www.partitdemocrata.cat/>; *En Comú Podem*: <https://encomupodem.cat/>; *Junts*: <https://junts.cat/>; *EH Bildu*: <https://ehbildu.eus/>; Partido Nacionalista Basco: <https://www.eaj-pnv.eus/>; *Coalición Canária*: <http://coalicioncanaria.org/>; *PSM – Entesa Nacionalista*: <http://www.psm-entesa.cat/>.

Percebe-se, novamente, que os espectros políticos são variados e que as atuações deles acabam convergindo para a independência, mesmo que de forma diferenciada. Ademais, a título de melhores explicações, a tabela 3 apresenta os demais partidos que atuam no Parlamento da Catalunha, quais são aos seus espectros políticos e quantas cadeiras possuem (dados coletados da eleição autônoma em 14 de fevereiro de 2021).

Tabela 3: Partidos políticos com cadeiras no Parlamento da Catalunha e seus espectros políticos.

	<i>Extrema direita</i>	<i>Direita</i>	<i>Centro-Direita</i>	<i>Centro-Esquerda</i>	<i>Esquerda</i>	<i>Extrema Esquerda</i>
ERC (33)				X	X	
PSOE (33)					X	
<i>Junts</i> (32)			X			
<i>En Comú</i>					X	X
<i>Podem</i> (8)						
CUP (9)						X
<i>Ciudadanos</i>			X			
(6)						
PP (3)			X			
VOX (11)	X	X				

Fonte: Sites dos partidos políticos do Reino de Espanha⁴¹. Organização própria do autor, 2021.

Como apresentado anteriormente, a coligação entre ERC, *Junts* e CUP permitiu que os independentistas conseguissem maioria no Parlamento Catalão e formassem um governo na Comunidade Autônoma. Porém, além do Hemiciclo do Parlamento Catalão, os partidos independentistas praticamente não possuem poder, seja no Parlamento Espanhol quanto no Parlamento Europeu. O PSOE é o partido que possui mais cadeiras tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado das Cortes Gerais do Reino de Espanha, além de ser o partido espanhol com mais assentos no Parlamento Europeu. A única vantagem dos partidos pró-independência dentro do Parlamento Europeu é que eles possuem apoios de outros partidos europeus, como o Partido Nacionalista Escocês e a *UC*, partido nacionalista da Catalunha do Norte (Rossilhão-Pirineus Orientais, França).

⁴¹ ERC: <https://www.esquerra.cat/ca/inici>; PSOE: <https://www.psoe.es/>; *Junts*: <https://junts.cat/>; *Em Comú* *Podem*: <https://encomupodem.cat/>; CUP: <http://cup.cat/>; *Ciudadanos*: <https://www.ciudadanos-cs.org/>; PP: <https://www.pp.es/>; VOX: <https://www.voxespana.es/>.

A isso, o independentismo leva a outra vertente, que possui os mesmos ideais deste, mas que abarca uma região maior do que a Catalunha, mais conhecido como os Países Catalães⁴² (*Països Catalans* em catalão), e os territórios abarcados são: Catalunha, Comunidade Valenciana, Ilhas Baleares, Faixa de Poente (extremo leste de Aragão), Carce (nordeste da Múrcia) – todos pertencentes ao Reino de Espanha –, Rossilhão (Pirineus Orientais) (conhecida como Catalunha do Norte pelos catalães) na França, Principado de Andorra, e a cidade italiana de Algueiro, em Sardenha, totalizando 70.520km² de território e uma população estimada em pouco mais de 14 milhões.

Os Países Catalães são os territórios de cultura catalã onde a língua autóctone é o catalão, ou os territórios que fazem parte de uma unidade geográfica, histórica, cultural e linguística de domínio catalão, e também são os territórios onde os catalães vivem ou viveram (L'ENCICLOPÈDIA CATALANA). Quanto à língua catalã, é o critério mais forte para falar sobre as fronteiras dos Países Catalães, e o imagem 10 apresenta as regiões dos Países Catalães onde a língua catalã é falada (cinza escuro e vermelho) e quais são regiões históricas (cinza claro).

O termo *Països Catalans* foi documentado pela primeira vez na obra *Historia del Derecho en Cataluña, Mallorca y Valencia. Código de las Costumbres de Tortosa, I*, pelo valenciano Benvingut Oliver i Esteller em 1876, na *Renaixença*. Em 1886 o termo voltou a aparecer na revista *L'Arc de Sant Martí* em um artigo de Josep Narcís Roca i Farreras. E em 1899 o termo pancatalanismo surge, outro termo para descrever a independência de todos os territórios de língua catalã. No entanto, o termo *Països Catalans* foi popularizado pelos ensaios *Nosaltres, els valencians* e *Qüestió de noms* por Joan Fuster, publicado em 1962. Fuster definiu um conceito territorial dos Países Catalães estritamente linguístico, cuja língua seria a base para a proposição de seu projeto nacional, sendo provisório o nome *Països Catalans* até que ocorresse a unificação nacional de todos os territórios de língua catalã, que deveriam se chamar Catalunha. Fuster pensou que a pluralidade do nome Países Catalães poderia refrear os impulsos particularistas de algumas regiões (EL TALP). O autor também considerou que

⁴² *Països Catalans* é o termo mais aceito e amplamente utilizado para designar esses territórios, mas também são utilizados os termos Países de Língua Catalã, Grande Catalunha, Catalunha Grande, ou, simplesmente, Catalunha.

os condados de língua espanhola não só eram dispensáveis, mas também um obstáculo ao sucesso desse projeto nacional (*Ibidem*).

Imagem 10: Regiões onde a língua catalã é falada (cinza escuro e vermelho) e quais são regiões históricas (cinza claro).



Fonte: Própria do autor, 2021.

A maioria dos catalães, isto é, aqueles que moram e possuem direitos de voto na Catalunha apoiam mais a independência apenas da Comunidade Autônoma da Catalunha e não dos Países Catalães, visto que a realidade desses outros locais é muito diferente, seja político-econômico como cultural, este no sentido de haver uma miscigenação maior e diferente daquelas ocorridas na Catalunha. Reino de Espanha, França, Itália e Andorra são países culturalmente parecidos, mas também bem diferentes devido ao que a História “causou”

em cada um deles e de que forma. A língua é o que une esses territórios e apenas ela é capaz de sustentar essa união.

Em suma, o irredentismo é um conflito territorial externo, que se delineia porta a fora e não porta adentro. São territórios que se reclamam a alguém (a outra nação, ao Estado do qual fazem parte, ou a outro Estado), e que se consideram imprescindíveis para poder fixar, enfim, o âmbito territorial da nação (FONT e RUFÍ, 2006, p.214).

Font e Rufí (2006) não poderiam estar mais certos com essa afirmação quanto ao irredentismo, e aqui sobre o independentismo catalão dos Países Catalães. A Comunidade Autônoma da Catalunha possui sim movimentos nacionalistas e separatistas, como já foi analisado na presente pesquisa, mas a questão independentista atualmente é algo que abarca uma região maior e que a Catalunha não possui controle algum, dificultando todos os processos de separação, uma vez que no momento em que a Catalunha se torne independente do Reino de Espanha, outro problema surgirá. E esse problema virá de fora das novas fronteiras nacionais estabelecidas pela “República Catalã”, virá desses territórios cuja língua catalã é usada e que também sofreram fortes repressões durante a ditadura franquista como antes também.

Memória e História

A memória, coletiva e individual, é muito importante para analisar a construção da identidade, seja ela qual for. Memória é um aparato da construção identitária e política de qualquer sociedade, porque ela é aquilo que une as pessoas em um ou mais pontos em comuns. Para a Catalunha, a paisagem – cuja abordagem está no subtópico seguinte – é um ponto importante para a construção da identidade, uma vez que é através dela que os catalães explicam o porquê serem diferentes do restante do Reino de Espanha.

É comumente sabido que nenhuma identidade atual data dos primórdios da História, ou seja, nenhuma delas é tão antiga quanto a humanidade; as identidades e as nações derivadas delas são historicamente recentes. As identidades e as nações são um advento da Modernidade, e muitas delas modificadas pela e na Alta Modernidade, e não querem dizer independência e unidade política, mas sim um conjunto de pessoas com a mesma cultura, ou que façam parte de um círculo cultural parecidos (HOBSBAWM, 2016). A nação, para os pensadores do final do século XIX, é o mais importante na construção da memória nacional, dentro desta há diversos grupos que produzem memória coletiva diferentes de acordo com os grupos, contudo não se sobrepõem à memória nacional. No século XXI, essa memória coletiva diferente da

memória nacional começa a se sobrepor em determinadas regiões esperando por um lugar à luz, como o caso da Catalunha.

Pollak (1989) afirma que memória é um instrumento de luta, como também é um espólio de luta. Na Catalunha, quando ocorrem manifestações acerca do pedido de independência, memórias sempre são resgatadas para justificar o ato: memórias da época do franquismo, no qual a língua e cultura catalãs quase desapareceram, memórias da Idade Média, quando o Principado da Catalunha era um “Estado” independente na Península Ibérica, memórias recentes de crises políticas e econômicas espanholas que afetam a Catalunha direta e indiretamente, como a crise financeira de 2008-09.

Giddens (2002, p.28) fala que “a linguagem e a memória estão intrinsecamente ligadas, tanto no nível da lembrança individual quanto ao da institucionalização da experiência coletiva”. E Nora (1993, p.12) afirma que “com a emergência da sociedade no lugar e espaço da Nação, a legitimação pelo passado, portanto pela história, cedeu lugar à legitimação pelo futuro”, ou seja, o passado serve para ficar no passado e para que se aprenda com ele para não cometer os mesmos erros, mas o futuro serve para projetar as novas ideias, prepará-lo.

Sempre a memória é resgatada nos discursos catalães, sejam eles independentistas ou não. Todorov (2000) fala que toda memória é seletiva, e os catalães utilizam essa seletividade da memória para mostrar apenas as coisas que os diferem do restante do Reino de Espanha, nunca as utilizam para mostrar as semelhanças. O autor também afirma que manipular a memória é importante para os regimes totalitários, e durante o franquismo, o General Francisco Franco manipulou toda a memória existente na Espanha para impor uma única memória e convencer, a partir da força bruta, de que só existia uma única memória espanhola, uma única identidade espanhola, mesma que este sejam a memória e a identidade castelhana. A memória e a identidade caminham lado a lado.

No espírito dos preceitos de Comte, aniversários e comemorações invadiam os calendários para organizar as memórias com a esperança de unificá-las, de tal maneira que elas pudessem participar do jogo identitário no sentido desejado pelos grupos ou indivíduos: legitimação, valorização, conjuração, exclusão, adesão aos acontecimentos fundadores, manutenção da ilusão comunitária, da ficção da permanência e do sentimento de uma cultura comum, revitalização, “enrijecimento” ou “congelamento” da identidade quando considerada ameaçada (CANDAUI, 2014, p.147).

É por isso que os catalães separatistas buscam comemorar datas importantes para eles, como a Diada, para que a consciência coletiva da nação seja reavivada. E, segundo Candau (2014), as memórias que apresentam o sofrimento são mais importantes que as de alegria, e para a Catalunha, o dia 11 de setembro de 1714, é tão importante e sempre comemorado, porque prova que os catalães irão resistir até a morte, a memória e a identidade continuarão sobrevivendo, é essa vitalidade do nacionalismo que mantém mesmo após a brutalidade de um regime ditatorial igual foi o Franquismo.

As paisagens catalãs e o Observatório da Paisagem da Catalunha

A paisagem para os catalães, principalmente os separatistas e/ou independentistas, é um objeto de análise para a construção da identidade catalã, como Sauer (1998) sustentava que a paisagem é um produto da ação humana e que possui uma dimensão histórica. Deste modo, grande parte da Europa firmaram um acordo, o primeiro tratado internacional com foco na paisagem, a Convenção Europeia da Paisagem ou Convenção de Florença, em 2000, e que entrou em vigor a partir de 2004 nos Estados Signatários⁴³. E da convenção se originou o Observatório da Paisagem da Catalunha, cuja investigação será feita após as elucidações sobre a Convenção e a paisagem.

Dentre os objetivos da Convenção Europeia da Paisagem, alguns chamam a atenção, como salvaguardar os patrimônios comuns naturais e culturais, as culturas locais e fomentar as economias dos Estados Signatários através do turismo e uso destas (CONSELHO DA EUROPA, 2000). Também a Convenção aglutinou algumas outras convenções a nível internacional para a gestão e proteção do patrimônio natural e cultural, no ordenamento do território, na autonomia local e cooperação transfronteiriça, sendo estes:

...a Convenção Relativa à Conservação da Vida Selvagem e dos Habitats Naturais da Europa (Berna, 19 de Setembro de 1979), a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Arquitetônico da Europa (Granada, 3 de outubro de 1985), a Convenção para a Proteção do Patrimônio Arqueológico da Europa (revista) (Valletta, 16 de janeiro de 1992), a Convenção Quadro Europeia para a Cooperação Transfronteiriça entre Comunidades e Autoridades Territoriais (Madrid, 21 de maio de 1980) e seus protocolos adicionais, a Carta Europeia da Autonomia Local (Estrasburgo, 15 de outubro de 1985), a Convenção sobre Diversidade Biológica (Rio, 5 de junho de 1992), a Convenção relativa à Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural

⁴³ Os Estados Signatários são: Andorra, Armênia, Azerbaijão, Bélgica, Bósnia e Herzegovina, Bulgária, Croácia, Chipre, Tchécua, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Finlândia, França, Geórgia, Hungria, Islândia, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Macedônia do Norte, Malta, Moldávia, Montenegro, Noruega, Países Baixos, Polônia, Portugal, Romênia, San Marino, Sérvia, Suécia, Suíça, Turquia, Ucrânia, Reino da Espanha e Reino Unido. Destes, somente Islândia e Malta ainda não ratificaram a Convenção Europeia da Paisagem.

(Paris, 16 de novembro de 1972), e a Convenção sobre o Acesso à Informação, Participação do Público no Processo de Tomada de Decisão e Acesso à Justiça em Matéria de Ambiente (Åarhus, 25 de junho de 1998) (CONSELHO DA EUROPA, 2000).

Constata-se que a Convenção é um grande programa europeu que visa a conservação das paisagens europeias sem alterá-las profundamente, porque uma boa parte dessas paisagens são consideradas patrimônios pela Unesco. Outro ponto importante é a definição que a Convenção tem sobre paisagem, esta “designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo caráter resulta da ação e da interação de fatores naturais e/ou humanos” (*Ibidem*).

Assim, o termo paisagem surgiu, de acordo com Claval (2004, p.245), no século XV nos Países Baixos através dos quadros que representavam um pedaço da natureza, era como uma perspectiva da vista da janela. Já na Geografia, o conceito de paisagem foi um dos primeiros a serem analisados. Monbeig (1940) declarava que o campo de estudo do geógrafo era a paisagem e que esta é o reflexo de uma civilização, a sociedade constrói sua identidade a partir da paisagem. Para Sauer (1998, p.23) paisagem é definida como “uma área composta por uma associação distinta de formas, ao mesmo tempo físicas e culturais” e que “os fatos da geografia são fatos de lugar; sua associação origina o conceito de paisagem”. Isto é, cada lugar possui uma paisagem única devido ao que aquela comunidade identifica como parte de sua paisagem, possui uma individualidade, uma dimensão histórica. A paisagem cultural é um produto da ação humana e das suas culturas sobre uma paisagem natural.

Berque (1995) afirmava que nenhuma paisagem é universal, que existem infinitas paisagens, e todas elas totalmente diferentes umas das outras, porque cada civilização produziu uma história no lugar, desse modo, paisagem e o ser humano não indissociáveis (MENESES, 2002). Berque (1995) também propõe quatro critérios empíricos para as civilizações, são elas: haver uma ou mais palavras para manifestar a paisagem representações literárias orais ou escritas que descrevam a paisagem ou enalteçam suas características, ter representações pictóricas da paisagem e, mas não menos importante, haver jardins para usufruto (BERQUE, 1994). Portanto, os catalães, através dos seus programas, como o Observatório, possuem um senso de paisagem que exaltam não só a “paisagem clássica” – a paisagem da pintura, dos quadros – que substanciam o sublime, mas também as suas paisagens urbanas, industriais, rurais ou degradadas possuem um valor histórico inestimável para essa comunidade.

Besse (2006, p.68) afirma que “a paisagem é um artefato”, no qual cada comunidade, cada sociedade infringe no lugar suas características, produzindo uma paisagem cultural, corroborando com Sauer (1998). Toda e qualquer paisagem é espacial e temporal, seguindo de acordo com cada sociedade, é um processo constante de desenvolvimento ou dissolução e substituição (SAUER, 1998, p.42). Besse (2014, p.12) reconhece que as paisagens possuem cinco “entradas” quanto ao conceito: a) como uma representação cultural e social – a pintura sendo o grande “expositor” –; b) como um território produzido pelas sociedades na sua história – a paisagem é um somatório de costumes, práticas, técnicas de uma sociedade em um determinado lugar –; c) como um complexo sistêmico – o mundo vivido, fabricado e habitado pelas sociedades em cooperação com a natureza –; d) como um espaço de experiências sensíveis – lugares de encontros, de experiências –; e) como um local ou contexto de projeto – a paisagem enquanto um projeto para a visibilização de algo, nas palavras de Besse (2014, p.62) “a invenção revela o que já estava aí, ela revela e desvenda um novo plano de realidade”, aquilo que estava envolto em sombras agora está sob à luz.

Há uma codificação nacional e política do olhar paisagístico [...] que a nação existe em grande parte nas construções – ao mesmo tempo imaginárias e materiais – que lhe dão uma aparência apreensível para os olhos dos membros da comunidade que reúne, como aos olhos daqueles que rejeita no exterior e que designa como estrangeiros (BESSE, 2014, p.19-20).

Deste modo, ao se falar em Catalunha, a paisagem tornou-se um ponto de referência para os movimentos nacionalistas, no qual asseguram, a grosso modo, que os catalães são diferentes do restante do Reino de Espanha porque a paisagem que eles produziram no passado – mesmo que esse passado seja muito próximo ao de toda a Península Ibérica –, é diferente e que seus significados são, também, distintos. Font e Rufí (2006), ambos catalães, abordam sobre a paisagem afirmando, e concordando com Besse (2014), que

...a paisagem deveria definir-se com o resultado final e perceptivo da combinação dinâmica de elementos abióticos (substrato geológico), bióticos (fauna e flora) e antrópicos (ação humana), combinação que converte o conjunto em algo único e em contínua evolução. Em nossas latitudes, o termo paisagem é na verdade o resultado de uma transformação coletiva da natureza: nossa paisagem é em grande medida uma paisagem cultural, um produto social. A paisagem é na verdade a projeção cultural de uma sociedade em um espaço determinado. Neste sentido, a paisagem está cheia de lugares que encarnam a experiência e as aspirações das pessoas. São lugares que se convertem em centros de significado; símbolos que expressam sentimentos, ideias e várias emoções. Alguns deles evocam um sentimento marcado de pertencer a uma coletividade determinada, à qual outorgamos um símbolo de identidade. Convertem-se, na verdade, em verdadeiros símbolos de caráter puramente nacionalista. Os nacionalismos servem-se de uma grande quantidade de símbolos – também paisagísticos – que tendem a estreitar os laços nacionais, com

os quais a população pode identificar-se como “povo”, como comunidade. A mitologia nacionalista criou uma verdadeira ordem de lugares de identificação coletiva, entendendo aqui por lugar uma zona limitada, uma concreta porção do espaço carregada de simbologia que atua como centro transmissor de mensagens culturais (FONT e RUFÍ, 2006, p.225-226).

É o que Berque (1998, p.84-85) fala sobre a paisagem ser, ao mesmo tempo, marca e matriz, uma vez que enquanto marca porque ela “expressa uma civilização”, e enquanto matriz porque ela “participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação – ou seja – que canalizam, me certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza e, portanto, a paisagem do seu ecúmeno”. O indivíduo produz sobre o espaço deixando uma *marca* e esse mesmo indivíduo constrói uma identidade sobre essa *marca*, produzindo, pois, uma *matriz*; no qual “a cultura e a língua catalãs também fazem parte da paisagem catalã” (PUJALS, 2011). De acordo com Font e Rufí (2006),

...a paisagem pode se converter num determinado momento em um símbolo de identidade para uma coletividade nacional. Uma vez estabelecida, difundida e confirmada como tal paisagem-estereótipo, qualquer crítica ou discussão sobre sua essência ou razão de ser será implacavelmente rechaçada pelos guardiões da identidade nacional.

[...]

...também existe uma iconografia nacionalista da paisagem, quer dizer, um conjunto de signos e de emblemas nacionalistas impressos na paisagem. Seria realmente estranho que um fenômeno tão importante não se refletisse de algum modo na paisagem visível de qualquer nação, e mais especialmente na paisagem arquitetônica (FONT e RUFÍ, 2006, p.229-232).

Essa paisagem arquitetônica é importante para a Catalunha, uma vez que Antoni Gaudí, o mais famoso arquiteto catalão, deixou inúmeras obras espalhadas pela cidade de Barcelona, cidade esta que possui a maior quantidade de obras arquitetônicas de Gaudí. Desse modo, associar Gaudí à paisagem urbana-arquitetônica de Barcelona, e conseqüentemente da Catalunha, é associar estas ao movimento nacionalista catalão.

Ao urbanismo e à arquitetura devem-se somar os monumentos de caráter nacionalista, ou seja, as estatuas, os obeliscos, as colunas e os arcos que reverenciam acontecimentos, ideias ou personagens nacionais. O monumento é um excelente meio de transmitir emoções coletivas, já que atua como ponte, como elemento de continuidade e de interação entre as gerações. Qualquer monumento tem vocação para a eternidade; é concebido para ser permanente (FONT e RUFÍ, 2006, p.234).

As construções urbanas, sejam elas quais forem, produzem uma paisagem diferente daquelas comumente vistas como paisagem – a ruralidade, o meio ambiente intocado – e, pois, a paisagem da cidade de Barcelona, centro da política catalã, possui uma arquitetura única, com obras únicas e que se tornaram uma matriz para os movimentos nacionalistas catalães. É o que Cosgrove (1998) afirma ao dizer que existem dois tipos de paisagem: a paisagem de

cultura dominante e as paisagens alternativas. A primeira é a paisagem no qual um grupo dominante exerce seu poder; e a segunda, são as paisagens residuais, emergentes, excluídas. Enquanto uma Comunidade Autônoma que está lutando por sua independência, a Catalunha é posta na segunda categoria, porque utiliza suas paisagens sob forma de identidade para afirmar suas diferenças, que, segundo Meneses (2002)

...é no campo da identidade e dos processos identitários que a paisagem tem sido mobilizada. Antes de mais nada, é indiscutível o papel que ela desempenhou como componente na fixação das identidades nacionais. A paisagem, com efeito, sempre foi entendida como constitutiva e expressiva do caráter nacional.

[...]

Falar de identidade não é pressupor uma harmonia capaz de produzir, por sua própria força, unidade e solidariedade. Ao contrário, a instrumentalização da paisagem como vetor de identidade nacional muitas vezes fez-se no conflito. Pode-se falar, sem excesso, em guerras de paisagens (MENESES, 2002, p.41).

A identidade nacional criada na Catalunha não é apenas em torno da língua, da sua história, mas também é através da sua paisagem, e Meneses (2002) é genial ao afirmar sobre as “guerras de paisagens”. Mesmo que não seja visível como as outras formas, a paisagem tem produzido muito para o nacionalismo catalão. Portanto, estudar as paisagens catalãs é de suma para os movimentos nacionalistas catalãs, e, assim, foi-se criado o Observatório da Paisagem da Catalunha, que, segundo o seu site, é

...uma entidade consultiva da administração catalã e da consciência da sociedade em geral no campo da paisagem. Sua criação responde à necessidade de estudar a paisagem, desenvolver propostas e promover medidas de proteção, gestão e ordenação paisagística da Catalunha no âmbito do desenvolvimento sustentável.

Um dos principais objetivos do Observatório da Paisagem é aumentar o conhecimento que a sociedade catalã tem das suas paisagens e apoiar a aplicação na Catalunha da Convenção Europeia da Paisagem. A este respeito, o Observatório será o ponto de encontro entre a *Generalitat* da Catalunha, autoridades, universidades, grupos profissionais e sociedade local como um todo em tudo relacionado com a gestão e a conservação da paisagem.

O Observatório da Paisagem, portanto, pretende tornar-se um centro de estudo e monitoramento da evolução das paisagens na Catalunha e dos atores que condicionam seu dinamismo. Pretende também tornar-se um ponto de referência para a pesquisa científica e técnica no campo da paisagem. O Observatório, em suma, é concebido como um centro de pensamento e ação em relação à paisagem.

O Observatório é organizado na forma de um consórcio e está incluído na Lei de Proteção, Gestão e Ordenação da Paisagem da Catalunha. Foi legalmente constituída em 30 de novembro de 2004 e seus estatutos foram publicados no DOGC (Resolução PTO/3386/2004)⁴⁴. (OBSERVATORI DEL PAISATGE, 2021) (tradução própria).

⁴⁴ El Observatorio del Paisaje es una entidad de asesoramiento de la administración catalana y de concienciación de la sociedad en general en materia de paisaje. Su creación responde a la necesidad de estudiar el paisaje, elaborar propuestas e impulsar medidas de protección, gestión y ordenación del paisaje de Cataluña en el marco de un desarrollo sostenible.

O Observatório é um órgão do Departamento de Política Territorial e Obras públicas do Governo da Catalunha, sendo uma das funções produzir os Catálogos da Paisagem – estes possuem a função de fornecer orientações de maneira semelhante a um guia –, que está regido pelo Art. 10, § 1º da Lei 8/2005, e que subdivide a Comunidade Autônoma em sete regiões, da mesma forma que se organiza a sua estrutura política administrativa. Entretanto, os Catálogos da Paisagem também produzem trabalhos a partir da subdivisão dos Planos Territoriais Parciais (subdivididos em oito regiões a Catalunha), também realizados pelo Departamento (imagens 8 e 9 abaixo). Esses catálogos são

...as ferramentas que nos permitem conhecer como é a nossa paisagem e que valores têm, que fatores explicam que tenhamos um determinado tipo de paisagem e não outro, como a paisagem evoluiu em função de suas dinâmicas econômicas, sociais e ambientais, definen que tipo de paisagem queremos e como podemos conseguirla⁴⁵ (NOGUÉ; SALA, 2006, p.10, tradução própria).

Uno de los principales objetivos del Observatorio del Paisaje es incrementar el conocimiento que tiene la sociedad catalana de sus paisajes y aprobar la aplicación en Cataluña del Convenio Europeo del Paisaje. En este sentido, el Observatorio será el espacio de encuentro entre la Generalitat de Cataluña, la Administración local, las universidades, los colectivos profesionales y el conjunto de la sociedad en todo aquello relacionado con la gestión y conservación del paisaje.

El Observatorio del Paisaje, por tanto, pretende erigirse en un centro de estudio y seguimiento de la evolución de los paisajes en Cataluña y de los actores que condicionan su dinamismo. Aspira también a convertirse en un punto de referencia para la investigación científica y técnica en materia de paisaje. El Observatorio, en definitiva, está concebido como un centro de pensamiento y de acción con relación al paisaje.

El Observatorio se organiza en forma de consorcio y se incluye en la Ley de protección, gestión y ordenación de paisaje de Cataluña. Se constituyó legalmente el 30 de noviembre de 2004 y sus Estatutos se publicaron en el DOGC (Resolución PTO/3386/2004).

⁴⁵ Dit d'una altra manera, els catàlegs de paisatge són les eines que ens permetran conèixer com és el nostre paisatge i quins valors té, quins factors expliquen que tinguem un determinat tipus de paisatge i no un altre, com evoluciona el nostre paisatge en funció de les actuals dinàmiques econòmiques, socials i ambientals i, finalment, definiran quin tipus de paisatge volem i com podem assolir-lo.

Imagem 11: Áreas territoriais de aplicação dos Catálogos da Paisagem.



Fonte: Prototipus de catàleg de paisatge. Disponível em <<http://catpaisatge.net/fitxers/Prototipus2006.pdf>>. Acesso em 10/07/2021.

A catalogação é feita por profissionais competentes, contudo os próprios catálogos afirmam que não existe um método para identificar, avaliar e catalogar as paisagens. Esses catálogos são feitos da seguinte forma: primeiro caracteriza-se e identifica-se a paisagem; segundo é feita a avaliação da paisagem; e por fim qualifica-se estas paisagens, ou seja, caracterizam-nas em rurais, urbanas, históricas, arquitetônicas, degradadas, naturais.

Imagem 12: Planos Territoriais Parciais da Catalunha.



Fonte: Observatori del Paisatge. Disponível em <<http://www.catpaisatge.net/esp/index.php>>. Acesso em 10/07/2021.

Um outro resultado de mapeamento das paisagens da Catalunha pode ser observado abaixo, na imagem 13, no qual as áreas territoriais de aplicação dos Catálogos da Paisagem e Planos Territoriais Parciais da Catalunha são subdivididos e é produzido a regionalização das paisagens, sendo cada uma delas classificadas quanto aos tipos dito acima. E desse modo, são feitas políticas direcionadas para cara seguimento pós-regionalização paisagística.

Os Catálogos da Paisagem e os mapeamentos que o Observatório produz, catalogando todas as paisagens da Comunidade Autônoma, também podem ser interpretadas como um “jogo geopolítico” no qual se afirmarem e produzirem material que provem suas diferenças, é mais fácil convencer àqueles que ainda refutem os movimentos nacionalistas, nas palavras de Font e Rufí (2006, p.123): “Novas cartografias que respondem, como sempre, a novas mensagens geopolíticas”.

A paisagem, transformada em patrimônio e monumento, possui uma força relevante para que os movimentos nacionalistas também ganhem força, porque ela, por fim, significa pertença e territorialidade. É a História de um povo, que dá a ideia de se estender até às brumas do tempo, mesmo que tenham um pouco mais de 1000 anos, e enquanto nação, não mais de 300 anos.

Isto posto, enquanto paisagem é uma fonte de poder para os movimentos nacionalistas, é também enquanto uma fonte para a patrimonialização. Através da paisagem enquanto patrimônio é possível afirmar que o “eu” é diferente do “outro”, excluindo-o. Segue uma lista com as paisagens históricas da Catalunha que possuem uma proteção maior na Comunidade Autônoma de acordo com a lei catalã de 1993 que define o patrimônio cultural, no qual “o patrimônio cultural é um dos testemunhos essenciais da trajetória histórica e identitária de uma comunidade nacional⁴⁶” (GARCIA, 2015), e a seguir, a imagem 14, com as localizações dessas paisagens históricas. Antes, além dessas paisagens históricas, há, também na Catalunha, seis Patrimônios Mundiais da UNESCO.

- a) Vall Cerdana: Localiza-se no norte da Catalunha, nos Pireneus, na fronteira com a França. Possui muitas construções agrícolas, canais e ruas do tempo dos romanos. Cereais e ovelhas existiam na região durante o Império Romano. Várias cidades surgiram ao redor da planície. Existe o turismo de inverno na região, como o esqui, que influenciou à construção de hotéis.
- b) Terraprimis: Localiza-se no nordeste da Catalunha, próximo à fronteira com a França. Paisagem caracterizada por mosaicos agroflorestais de campos de cereais e bosques de pinheiros com carvalhos. A partir da segunda metade do século XX começa o plantio de milho, maçã e uvas. Existem moinhos do século XIII. Infraestruturas de comunicação e transportes cortam a região atualmente.
- c) Horta de Pinyana: Localiza-se a leste da Catalunha. Paisagem dedicada à agricultura, especialmente árvores frutíferas de frutas doces e plantas herbáceas. Há um canal construído no século XII que facilita a irrigação. A área urbana de Lleida fica próxima (dentro da localidade). Há resquícios da ocupação muçulmana no norte da região.

⁴⁶ Le patrimoine culturel est l'un des témoignages essentiels sur la trajectoire historique et identitaire d'une collectivité nationale.

- d) Conca de Poblet: Localiza-se no sudoeste da Catalunha. Paisagem eminentemente agrícola, com cultivo de vinha. A reconquista, no século XII, coincidiu com a origem dos núcleos habitados hoje. A partir de 1970 há um processo de industrialização na área.
- e) Comarca del Priorat: Localiza-se no sudoeste da Catalunha. Esta paisagem diferencia das demais porque é um conjunto de 9 regiões, sendo elas Garrigues Altes, Muntanyes de Prades, Montsant, Vall del Silenci, La Mussara, Serra del Tormo, Priorat Històric, Baix Priorat e Sierra de Llaberia. Faz parte da preparação da nomeação Priorat-Montsant-Siurana, Paisatge agrícola de muntanya mediterrània como Patrimônio Mundial da UNESCO. Sobre esta paisagem, pouco está disponível por ainda estar em construção, mas entra na categoria de paisagem agrícola.

participaram as milícias de Raimundo Berengário III⁴⁷ (CANAL, 2015, p.36, tradução própria).

Os catalães foram construídos a partir da Igreja Católica, que os identificaram diferentes do restante da Península Ibérica. É nesta época que a cultura catalã floresce em todas as áreas; e “as línguas modernas da península apareceram por volta do século X, espalhando-se para baixo a partir do norte (UCELAY-DA CAL, 2019, p.79). O acesso a língua catalã data do século XI, tratando-se de frases extensas em documentos latinos ou de breves textos (CANAL, 2015, p.75). A Comunidade Autônoma da Catalunha começa a seguir uma identidade particular e necessitava ser reconhecida de outra maneira em vez de simplesmente iberos, tendo a Igreja Católica na dianteira da cultura e da escrita catalã, como uma forma de manipulação dessa cultura (*Ibidem*, p.37).

Entre os séculos XVI e XVIII o catalão compartilhou amplos espaços com o castelhano e o latim, sem esquecer, nos primeiros momentos modernos, o italiano. A união entre as coroas de Aragão e Castela significou a adoção do castelhano por uma parte da aristocracia catalã. A ascensão social e política era um decisivo para que os usos da língua se refere.

Na língua escrita e, sobretudo, na literária, o catalão, o latim e o castelhano coexistiram, mesmo com uma tendência do último em converter-se no principal⁴⁸ (CANAL, 2015, p.116, tradução própria).

A união entre Castela e Aragão foi um ponto importante no uso do catalão, visto que seu uso foi sendo deixado de lado em algumas instâncias, sendo mais utilizado entre familiares; na vida pública, o castelhano e o latim eram as “línguas padrões”. Ainda no século XVIII

...o catalão continuou sem uma renovação do modelo de língua, se manteve como dominante no terreno oral e familiar, o pastoral e na correspondência privada e comercial, assim como no ensino primário e na literatura popular. Mas a língua castelhana avançou na administração e na alta cultura. A burguesia próspera adotou decididamente⁴⁹ (CANAL, 2015, p.117, tradução própria).

⁴⁷ ¿Desde cuándo empezaron a utilizarse el gentilicio “catalanes” y el topónimo “Cataluña”? Aparecen por vez primera en un texto escrito a finales de la década de 1110: el *Liber Maiorchilinus de gestis Pisanorum illustribus*, obra seguramente del monje Enrique de Pisa, donde se narra la cruzada contra las Baleares en la que participaron las milicias de Ramón Berenguer III.

⁴⁸ Entre los siglos XVI y XVII el catalán compartió amplios espacios con el castellano y en latín, sin olvidar, en los primeros momentos modernos, el italiano. La unión de las coronas de Aragón y Castilla significó la adopción del castellano por una parte de la aristocracia catalana. En la lengua escrita y, sobre todo, la literaria, catalán, latín y castellano coexistieron, aunque con una tendencia del último en convertirse en principal.

⁴⁹ El catalán, que siguió sin una renovación del modelo de lengua, se mantuvo como dominante en el terreno oral y familiar, la pastoral y en la correspondencia privada y comercial, así como en la enseñanza primaria y la literatura popular. Pero la castellana avanzó en la administración y la alta cultura. La pujante burguesía la adoptó decididamente.

A repressão linguística do catalão existiu na Catalunha durante todos os processos, algumas vez mais violenta, outras, por “debaixo dos panos”, o processo castelhanizador deveu-se tanto a fatores exógenos quanto endógenos (CANAL, 2015, p.117). O primeiro devido ao Decreto da Nova Planta, que afirmava que o castelhano era a língua “oficial” do Reino de Espanha; o segundo, com a ajuda da Igreja Católica, que apoiava o castelhano e o latim como línguas “oficiais”. Como Pujals (2011) apresenta que toda “língua é a expressão de uma cultura”.

Em outras palavras, a língua torna-se importante não apenas como um repositório da cultura e da memória nacionais, um armazém de mitos, mas também como uma questão de interesse político, econômico, jurídico e educacional. (BREUILLY, 2000, p.162).

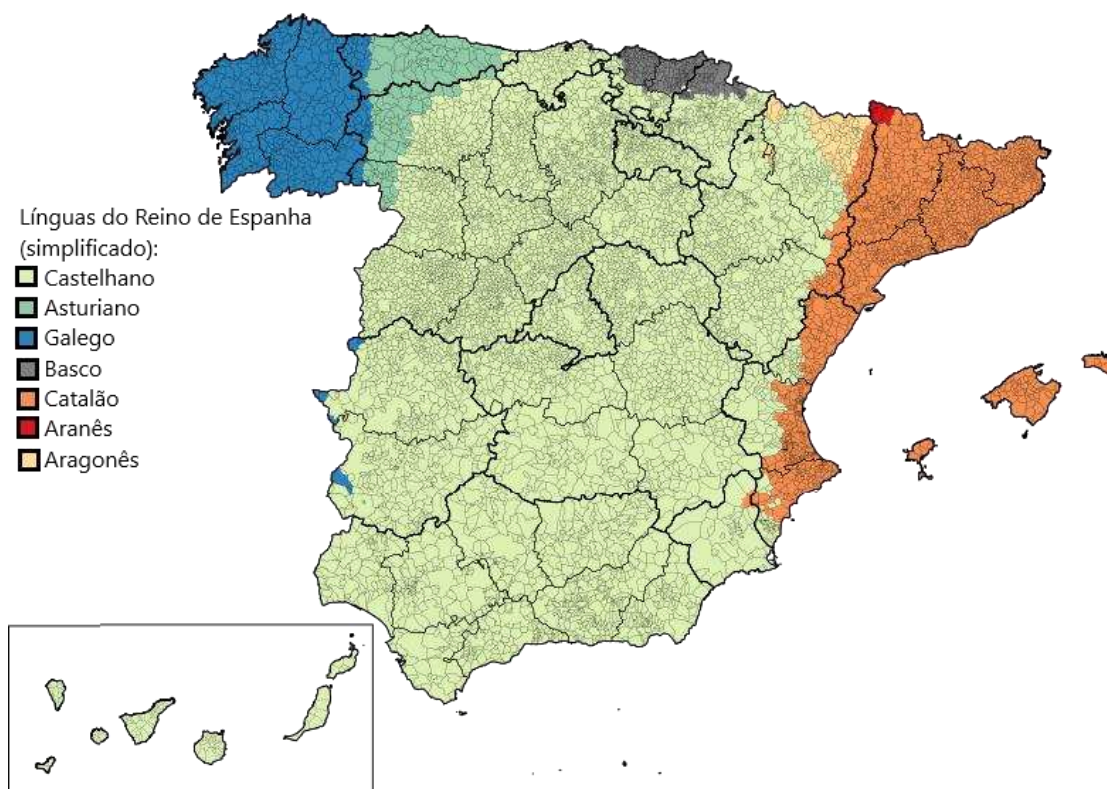
Raffestin (1993, p.97) deixa claro que toda língua “é, sem nenhuma dúvida, um dos mais poderosos meios de identidade de que dispõe uma população”, e que a língua pertence a uma cultura, e que uma cultura é uma “língua”. É esta a teoria de Anderson (2008) também, que afirma que a língua é formadora da nação, mas não a única. Henri Gobard (*apud* Raffestin) fala de quatro tipos que uma língua pode ser utilizada, a saber, como:

1. Uma linguagem vernácula, local, falada espontaneamente;
2. Uma linguagem veicular, nacional ou regional, aprendida por necessidade, destinada às comunicações na escala das cidades;
3. Uma linguagem referencial, ligada às tradições culturais, orais ou escritas e que assegura a continuidade dos valores por uma referência sistêmica às obras do passado;
4. Uma linguagem mítica que funciona como último recurso, magia verbal com a qual se compreende a incompreensibilidade como prova irrefutável do sagrado (GOBART *apud* RAFFESTIN, 1993, p.98).

Uma única língua pode assumir todas essas características, entretanto, o catalão, a língua em análise, pode se encaixar nos três primeiros porque ela é uma língua vernácula, falada por 80,4% da população catalã e entendida por 94,6% na Comunidade Autônoma (INFORMECAT, 2018); é uma língua veicular por ser regional e reconhecida como uma língua oficial da Comunidade Autônoma da Catalunha pelo Estatuto de Autonomia da Catalunha de 2006, além de ser reconhecida pela Comunidade Valenciana e Andorra; e, por fim, é uma língua referencial por estar ligada às tradições culturais, sejam elas orais ou escritas. No contexto geral, o catalão é uma língua regional – e ousa-se dizer que da parte noroeste do Mar Mediterrâneo – falada não só na Catalunha, mas também na Comunidade Valenciana, Ilhas Baleares, Faixa de Poente (extremo leste de Aragão), Carche (nordeste da Múrcia) – todos pertencentes ao Reino de Espanha –, Rossilhão (Pirineus Orientais)

(conhecida como Catalunha do Norte pelos catalães) na França, Principado de Andorra, e a cidade italiana de Algueiro, em Sardenha – a imagem 15 a seguir apresenta os locais, no Reino de Espanha, onde o catalão, em laranja, é utilizado.

Imagem 15: Línguas do Reino de Espanha (simplificado)



Fonte: Disponível em: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/f0/Spain_languages-en.svg>. Acesso em: 05/10/2020.. Modificado.

A língua catalã, ou qualquer outra língua, é um recurso, e sendo recurso, a partir do momento em que deixa de ser utilizada torna-se uma língua morta, como exemplo o latim, uma língua considerada morta devido ao limitado recurso que hoje existe dela: apenas alguns eclesiásticos a utilizam, e não é no dia a dia, é apenas em momentos específicos, e na sua maioria, dentro dos muros do Estado da Cidade do Vaticano, a sede da Igreja Católica. A língua precisa de territórios e lugares para realizar relações no espaço e no tempo (RAFFESTIN, 1993, p.100).

A linguagem, como sistema sêmico, não é o lugar do poder mas, ao contrário, manifesta um poder. É o meio de encenar o espetáculo do poder. Isso nos incita a tirar uma primeira conclusão: não há conflitos linguísticos no sentido habitual do termo, mas conflitos mais profundos que nascem na reprodução social e que, eventualmente, se exprimem sob uma forma linguística. É claro que isso não tira nada do caráter necessário da língua e de seu papel nas relações (*Ibidem*).

Desse modo, entende-se que a língua catalã não é utilizada como uma base para se chegar à independência da Catalunha, mas sim é utilizada como um meio para se chegar a um fim, a língua é vista como uma arma, um instrumento de poder, uma forma de manipulação, visto que toda “língua é um instrumento de ação social” que atua no campo do poder (*Ibidem*, p.108). É assim que, durante o Franquismo, a guerra contra a língua catalã imposta pelo General Francisco Franco tinha o objetivo de aniquilar o catalão, porque assim, no ideário franquista, iria destruir a identidade catalã e sobrepor a identidade castelhana, a cultura castelhana. Entretanto, a História mostrou que isso não funcionou como o general gostaria.

A resistência por meio da língua se coloca nos mesmos termos da religião, da etnia ou da raça. Toda tentativa de eliminação das diferenças está repleta de um poder opressor que procura realizar, no espaço e no tempo, um campo de ação para se manifestar. Todo poder que se estabelece unifica, centraliza, concentra, homogeneiza, comprime, esmaga de maneira a só trabalhar com uma massa isotrópica. O poder se nutre da isotropia. A anisotropia oferece resistências. Em toda política de integração e de unificação existe uma vontade de apagar as diferenças. Por quê? Porque as resistências se engancham nessas diferenças, que são outros tantos obstáculos ao desenvolvimento de um poder total. Poder total e diferenças são incompatíveis. Contudo, as diferenças existem e sua supressão não tem nenhum fundamento teórico senão eventualmente um fundamento prático. É a “naturalização” do conceito de unidade (RAFFESTIN, 1993, p.118).

A Catalunha, na busca por sua independência política do Reino de Espanha, procura fomentar o uso da língua catalã em todas as instâncias, tornando-a obrigatória em todos os locais públicos e privados. Atualmente, toda pessoa que nasce na Catalunha (que tenham pais residentes na Comunidade Autônoma) tem o catalão e o castelhano como línguas maternas, já que o catalão está na ordem do dia.

Um ponto que não se pode deixar de falar sobre é que o Hino do Reino de Espanha, conhecido como Marcha Real, não possui nenhuma letra oficial, enquanto na Comunidade Autônoma da Catalunha existe um hino oficial, *Els Segadors* (Os Ceifadores), cuja origem remete a Guerra dos Segadores entre 1639 e 1640, no qual os catalães se revoltaram contra a presença de soldados do restante do Reino de Espanha no território catalão durante a Guerra dos Trinta Anos contra a França. A música foi composta em 1892, oficializada em 1993 e presente no Estatuto de Autonomia da Catalunha como um símbolo da cultura catalã.

As bandeiras catalãs

A bandeira da Catalunha, também conhecida como *Senyera Reial*, tem suas origens nos primeiros séculos da Idade Média e permanece praticamente inalterada até a atualidade.

Entretanto, somente no século XX que se torna a bandeira da Comunidade Autônoma da Catalunha. Já o brasão de armas da Catalunha (imagem 16) foi um brasão dinástico ou familiar, nunca foi territorial (CANAL, 2015, p.42). Ou seja, os catalães nunca reconheceram um brasão de armas para o seu território. O brasão de armas tem suas origens um tanto quanto obscuras, uma vez que a *Generalitat* considera como sendo o brasão familiar dos Condes de Barcelona e que foi adotado pelos descendentes de Raimundo Berengário IV enquanto Reis de Aragão e Condes de Barcelona. Já outros dizem que este sempre foi o brasão de armas dos Reis de Aragão. Este brasão de armas é considerado um dos mais antigos da Europa, remontando a 1150.

Imagem 16: Brasão de Armas da Comunidade Autônoma da Catalunha.



A atual bandeira oficial da Catalunha é constituída de quatro barras vermelhas horizontais sobre um fundo amarelo (imagem 17). Ela foi importante para a *Renaixença*, e mais tarde o foi e é também importante para os movimentos nacionalistas e reivindicativos. A bandeira é tão presente e forte na Catalunha que até o time de futebol Barcelona a utiliza em seus uniformes oficiais.

Imagem 17: Bandeira Oficial da Comunidade Autônoma da Catalunha



Fonte: Disponível em: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/53/Si%C3%B1al_d%27Arag%C3%B3n.svg>. Acesso em 21/04/2021.

A bandeira nacionalista da Catalunha, a *Senyera Estelada* – a bandeira estrelada – (imagem 18), utiliza o mesmo padrão da bandeira oficial, entretanto possui um triângulo azul do lado esquerdo com uma estrela branca, estes últimos inspirados nas cores das Revoluções Francesa e Estadunidense. A *Senyera* surge em 1918 devido à Guerra de Independência de Cuba em 1898. Esta é o símbolo do independentismo catalão. O ERC a utiliza como sua, mostrando abertamente suas ideologias independentistas.

Imagem 18: A *Senyera Estelada* – Bandeira Nacionalista da Catalunha



Fonte: Disponível em: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/8/87/Estelada_blava.svg>. Acesso em: 21/04/2021.

Outra variação da bandeira catalã é a Bandeira Independentista (imagem 19), que segue o mesmo padrão da bandeira nacionalista, entretanto o triângulo azul é substituído pelo triângulo amarelo, surgida em 1972. Deste modo, as cores da Catalunha continuam e assim, fazendo referência direta à “bandeira original” e ao brasão de armas de Raimundo Berengário IV.

Imagem 19: Bandeira Independentista da Catalunha



Fonte: Disponível em: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/50/Estelada_roja.svg>. Acesso em: 21/04/2021.

Além dessas três bandeiras acima citadas, há uma quarta, pouco utilizada e a mais recente delas, trata-se da Bandeira do Principado da Catalunha proposta por Armand de Fluvià em 2010 no caso da criação dos Países Catalães. A mudança proposta é no lado esquerdo ter um fundo branco com uma cruz vermelha, a cruz de São Jorge, padroeiro da Catalunha.

Imagem 20: Bandeira do Principado da Catalunha no caso da criação dos Países Catalães.



Fonte: Armand de Fluvià. Disponível em <<http://www.armanddefluvia.com/>>. Acesso em 21/06/2021.

Afirmado Canal (2015, p.44, tradução própria), “a guerra das bandeiras está na ordem do dia”⁵⁰. Em muitos prédios da cidade de Barcelona, a bandeira da Catalunha e suas variações estão penduradas em sacadas e varandas, e é raro ver a bandeira espanhola estampada com o mesmo fervor. As bandeiras catalãs são vistas como “essenciais” para o nacionalismo, enquanto a bandeira espanhola é vista como desnecessária e um resquício do franquismo (BEJAR, 2010).

Há um forte simbolismo por trás das bandeiras. A Bandeira Nacional, juntamente com o Hino Oficial e o Brasão de Armas, são símbolos que toda nação utiliza para mostrar que é independente e soberana, além de apresentar que estes são os símbolos e os signos da identidade desse povo, dessa comunidade (HOBSBAWM, 2020). Ao analisar alguns locais da cidade de Barcelona, foi possível perceber como as bandeiras eram usadas e em quais locais, que está no subtópico a seguir.

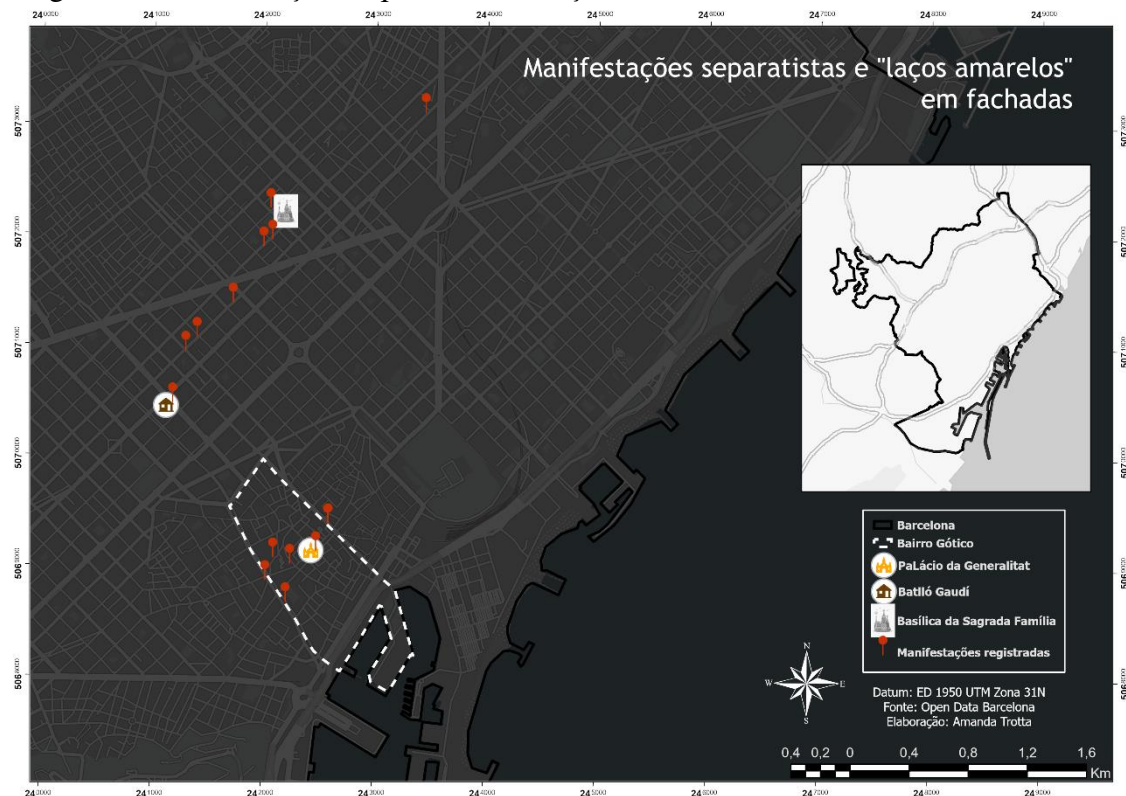
Mapeamento de Barcelona

A partir de um breve trabalho de campo na cidade de Barcelona, foi observado onde se concentra a população que apoia o movimento separatista. Neste tópico, será feito um mapeamento a partir do que foi observado, com a produção de um mapa onde se concentra essa população que apoia abertamente a independência da Catalunha. Por ser uma cidade

⁵⁰ La guerra de las banderas está a la orden del día.

grande, e pelo tempo de pesquisa de campo ser de apenas 3 dias, não foi possível analisar toda a cidade, mas a os principais pontos turísticos foram observados, bem como locais mais afastados. A conclusão que se chegou foi que as manifestações através de bandeiras e cartazes se encontravam exclusivamente entre alguns pontos turísticos, que está representado na imagem 21 abaixo.

Imagem 21: Manifestações separatistas e “laços amarelos” em fachadas em Barcelona.



Fonte: Amanda Trotta, 2021.

As manifestações se deram pela colocação das bandeiras da Catalunha ou das bandeiras nacionalista e independentista nas fachadas e/ou janelas de prédio no entorno da Basílica da Sagrada Família, da casa Batlló Gaudí e no Bairro Gótico – neste também havia pintado no chão dizeres como Liberdade aos presos políticos por boa parte do caminho –, principalmente próximo ao Palácio da *Generalitat*. Todos esses locais possuem um forte turismo e, numa época pré-pandemia de Covid-19 (Sars-Cov-2), era bastante movimentada por turistas do mundo todo, inclusive do próprio Reino de Espanha.

Além das bandeiras, havia outro tipo de manifestações, como uma forma de repúdio aos presos políticos, seja através de cartazes com dizeres pela liberdade de opinião e

expressão e dos presos políticos, como através de laços amarelos pendurados ao lado das bandeiras. Todas essas formas de manifestações encontradas estão no mapa acima.

Os “laços amarelos” e as consequências políticas

Desde 2018, os “laços amarelos” são vistos em sacadas e janelas de prédios por toda a Barcelona e em várias outras cidades da Catalunha. Esses laços representam, em um primeiro momento, a solidariedade que as pessoas que os impõem em suas janelas e/ou fachadas para com os presos e os exilados políticos que defenderam e/ou ainda defendem a independência da Catalunha. Dentre estes, o ex-presidente da *Generalitat*, Charles Puigdemont, que se encontra, até o momento, exilado na Bélgica. Há mais de 3 anos alguns presos políticos estão confinados, acusados de sedição e malversação de fundos. A pena de alguns chega até 13 anos de prisão em regime fechado.

Entre eles há também eurodeputados, como Junqueras, eurodeputado eleito antes da declaração de independência da Catalunha de 1º de outubro de 2017, ou seja, ele usufruía da imunidade parlamentar da União Europeia, que não foi respeitada pelo tribunal espanhol, sendo, aos olhos da Nações Unidas, como uma violação dos direitos humanos, visto que não houve liberdade de expressão e de opinião. A União Europeia mantém um silêncio “ensurdecedor” sobre os presos políticos, mas há um fato importante nesse silêncio: a UE não concorda com a separação da Catalunha, como deixou bem claro desde a declaração de independência.

Os “laços amarelos” também é uma forma de internacionalizar o que vem ocorrendo na Catalunha desde 2017. É impossível não reparar nas bandeiras e nos laços expostos por toda a região, em especial Barcelona, a capital, por ser uma das cidades que mais recebe turistas da Comunidade Autônoma e do Reino de Espanha. Algumas placas estão em inglês, considerada a língua mundial, o que internacionaliza ainda mais o processo.

O Palácio da *Generalitat*, em fevereiro de 2020, estampava em sua fachada uma placa com os dizeres: “*Llibertat d’opinió i d’expressió – article 19 de la Declaració Universal dels Drets Humans*⁵¹” (imagem 22). Desde 2018 foi proibido pelo Supremo Tribunal a colocação

⁵¹ Liberdade de opinião e de expressão – artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos – tradução própria.

dos “laços amarelos” no palácio, visto que os laços se tornaram um dos símbolos independentistas da Catalunha. Quim Torra, eleito presidente da *Generalitat* em 2018, um político independentista, havia colocado os laços e a placa para sua posse. Após as acusações, Torra foi proibido de exercer suas funções políticas e condenado a uma multa de 30 mil euros. A ANC denunciou a inabilitação de Torra como um exemplo de abuso das autoridades espanholas contra a minoria nacional catalã e uma violação dos direitos de expressão e de opinião.

Imagem 22: Palácio da *Generalitat*, Barcelona, Catalunha.



Fonte: Arquivo próprio – 25/02/2020.

No dia 22 de junho de 2021, o Governo Central espanhol aprovou um perdão a nove condenados pela Declaração de Independência catalã no dia 10 de outubro de 2017, numa clara finalidade de se aproximar e para promover a coexistência, novamente, entre o Governo Central e a *Generalitat* da Catalunha, e, conseqüentemente, diminuir os ideários independentistas que a Comunidade Autônoma possuem, sobretudo no presente momento em que o mundo passa: a pandemia da Covid-19 (Sars-Cov-2). Essa reparação, se assim pode-se dizer, entre os governos é uma clara tentativa de amortecer as manifestações catalãs em prol

de uma retomada da econômica espanhola em conjunto e sem atritos, economia essa que houve queda durante a pandemia.

Entretanto, dos nove condenados perdoados, todos estavam presos no Reino de Espanha. Os outros, como o ex-presidente Charles Puigdemont, já tinham sido retirados em 19 de julho de 2018 todos os mandatos de prisão europeus para aqueles que fizeram o autoexílio. E atualmente Charles Puigdemont é um eurodeputado no Parlamento Europeu pelo Reino de Espanha, cargo assumido em 02 de julho de 2019, e preside o Conselho da República Catalã, instituição privada criada por ele em 30 de outubro de 2018, cuja função primeira é organizar e promover o movimento para a independência da Catalunha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2017 o Reino de Espanha se viu diante de uma crise constitucional de tamanho não visto em sua história recente. A Comunidade Autônoma da Catalunha declarou uma independência unilateral firmada por processos vistos inconstitucionais por grande parte do país e da comunidade internacional, e vista como totalmente dentro da lei pelos independentistas, tanto catalães quanto de outras Comunidades e países. Todo o processo, desde a aprovação do Parlamento Catalão para o referendo até a declaração unilateral de independência foi conturbado. A cisão partidária foi tanta que os extremistas de ambos os lados lutavam por uma verdade que somente eles viam, e continuam vendo.

Entretanto, várias questões permanecem abertas até o presente momento, quase quatro anos depois daquele 27 de outubro de 2017: O Reino de Espanha deve ceder a todos os pedidos – fiscais, de autodeterminação, jurídicos – da Catalunha? O pacto fiscal deve ser feito de acordo com o que a Catalunha quer? O direito de autodeterminação deve ser votado e decidido entre os cidadãos e todos devem aceitar as consequências deste? As organizações internacionais, como a UE e a ONU devem aceitar a entrada da “República Catalã” como um novo membro? E o reconhecimento da Catalunha enquanto uma Nação independente pelos países do mundo não geraria crises com o Reino de Espanha? Infelizmente, todas as respostas a essas perguntas são difíceis de responderem, e talvez nunca sejam respondidas em definitivo.

O Reino de Espanha tem orgulho de dizer que é um dos países mais antigos da Europa, e do mundo. Tem um histórico de ser um país muito centralizador, que exerce o poder com uma “mão de ferro” e que lutou muito para permanecer unido através do tempo, como pode-se perceber através das incontáveis guerras e conflitos que o país sofreu. Talvez, o problema que o Reino de Espanha possui é exatamente essa centralização histórica, no qual o poder está concentrado nas mãos de apenas uma pessoa, nesse caso, o Presidente do Governo (Primeiro-Ministro), que possui poderes excepcionais para com as Comunidades Autônomas podendo, como o fez com a Catalunha, usar o Artigo 155 da Constituição Espanhola e tirar temporariamente todos os poderes que uma Comunidade Autônoma possui, dissolvendo seu Parlamento e convocando novas eleições autônomas.

O caso da Catalunha não é muito diferente dos outros movimentos nacionalistas que ressurgiram no mundo todo pós-globalização, principalmente os da Europa, como na Escócia,

na Bélgica e na França. A diferença mais marcante é que a Catalunha optou por canais mais radicais que todos os demais, cortando diálogos que poderiam ser feitos com mais tempo, acelerando processos visto antidemocráticos e inconstitucionais por muitos países e dentro do Reino de Espanha.

Sem dúvida alguma, a crise econômica iniciada em 2008 nos EUA e que se alastrou pelo mundo todo, teve na Europa uma força maior nos PIIGS, juntamente com a “rejeição” de um pacto fiscal feita pelo PP para a Catalunha acentuou ainda mais a vontade dos políticos independentistas por uma maior autonomia na força de independência. Tendo a Catalunha em torno de 20% do PIB espanhol, ela não vê com bons olhos o modo como o dinheiro é retornado para a Comunidade pelo Governo Central. Ademais, não só a economia que gera movimentos nacionalistas como foi e está sendo na Catalunha, processos históricos, culturais, étnicos, tradições (mesmo que inventadas e recentes) e símbolos estão e sempre estarão no cerne dessa vontade de independência ou dos nacionalistas, para uma maior autonomia fiscal, política e jurídica, e o direito de autodeterminação.

Entretanto um problema poderá surgir caso o Reino de Espanha conceda mais autonomia para a Catalunha: as demais Comunidades Autônomas quererem, também, essa maior autonomia que seria concedida à Catalunha. A crise institucional que isso causaria seria, ousa-se dizer, igual ou até mesmo maior que a crise com a declaração unilateral de independência da Catalunha causou em todo o país ibérico. Contudo se o Reino de Espanha continuar ignorando a Catalunha como vem sendo feito há anos, principalmente nos governos do PP, a atual crise nunca terminará. A faísca da independência foi acesa, resta saber se o Reino de Espanha tentará apagá-la com acordos e negociações com a Catalunha – como aceitar o catalão como língua oficial da Catalunha em vez de cooficial e dar plenos direitos à Comunidade Autônoma enquanto Nação –, ou se aumentará o fogo negando tudo que a Catalunha propõe.

Um outro fator que deve ser levado em conta no atual contexto é a pandemia de Covid-19 que se iniciou no começo de 2020 em todo o mundo, afetando fortemente na economia global, principalmente àqueles países que tinham saído de uma crise econômica havia pouco tempo, como o Reino de Espanha. Com as restrições e quarentenas forçadas, a Catalunha viu sua força independentista diminuir significativamente, já que a luta de todos e todas era, e continua sendo, combater a pandemia. Os movimentos nacionalistas europeus foram

colocados em segundo plano para combater o inimigo em comum: o vírus. No momento, o que resta fazer é esperar a volta da “normalidade”.

Ainda resta muitas perguntas abertas sobre o futuro do Reino de Espanha e da Catalunha, e poucas conseguirão uma resposta clara e objetiva. E caso as negociações e/ou conflitos resultem numa independência, a UE deverá rever alguns de seus critérios e, provavelmente, será obrigada a negociar com o novo país europeu com um dos maiores portos no Mar Mediterrâneo e com alta concentração de indústrias e empresas, além de boa parte da fronteira francesa ser feita com o novo país.

Os nacionalismos e as questões independentistas são temas que fluem pelo tempo há muito, e continuarão fluindo incessantemente. Poucos, ou nenhum, são os Estados formados por apenas uma Nação, formados a partir de uma história comum e que não tiveram influências de além de suas fronteiras nacionais (talvez a Coreia do Norte seja o único país realmente fechado à influência externa). Não se pode fazer previsões certas sobre o futuro dos Estados, mas pode-se afirmar que os nacionalismos e as questões independentistas não acabarão tão cedo.

Entretanto, apesar dos movimentos nacionalistas ainda estarem longe de acabar, a Catalunha teve uma evolução, ousa-se dizer, em seus movimentos nacionalistas, uma vez que a partir do catalanismo surgiu um movimento mais radical, o independentismo, devido às negociações pela questão autonomista e o pacto fiscal nunca serem concluídas, principalmente durante os governos PP. Enquanto o primeiro é um movimento cultural, o segundo é mais político-jurídico, mas sem deixar de ser cultural também. O futuro do movimento nacionalista catalão será voltado para a radicalização de como é o independentismo catalão, mesmo que durante a pandemia de Covid-19 os movimentos tenham perdido a força devidos às restrições impostas pelos governos. Acredita-se que o independentismo catalão ressurja com mais força daqui há alguns anos porque a faísca foi acesa em 2017, e o povo catalão percebeu que eles possuem forças para lutar pela sua independência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACADÈMIA VALENCIANA DE LA LLENGUA. Disponível em <<http://www.avl.gva.es/web/avl/inici>>. Acesso em 27/03/2021.
- ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. 1. ed. 5. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDERSON, P. **Linhagens do Estado Absolutista**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2016.
- BALAKRISHNAN, G. A imaginação nacional. In: BALAKRISHNAN, G. (Org.). **Um mapa da questão nacional**. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BAUER, O. A nação. In: BALAKRISHNAN, G. (Org.). **Um mapa da questão nacional**. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BAUMAN, Z. **A cultura no mundo líquido moderno**. 1. ed. 6. reimp. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- BAUMAN, Z. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BEJAR, H. **La legitimidad moral del nacionalismo subestatal (El caso de España)**. In: Revista Mexicana de Sociología. Vol. 72. n.3. Ciudad de México. Jul/Sep, 2010.
- BERAMENDI, J. **Historia mínima de Galicia**. 1. ed. Madri: Turner Publicaciones S.L., 2016.
- BERQUE, A. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. **Paisagem, Tempo e Cultura**. 1. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- BERQUE, A. Paysage, milieu, histoire. In : BERQUE, A. **Cinq propositions pour une théorie du paysage**. Seyssel : Champ Vallon, 1994.
- BERQUE, A. **Raisons du paysage**. De la Chine antique aux environnements de synthèse. Paris: Hazan, 1995.
- BESSE, J.M. **Ver a Terra**: Seis ensaios sobre a Paisagem e a Geografia. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- BESSE, J.M. **O gosto do mundo**: exercícios de paisagem. 1. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.
- BLOC NACIONALISTA VALENCIÀ. Disponível em <<https://bloc.compromis.net/>>. Acesso em 27/03/2021.
- BREUILLY, J. Abordagens do nacionalismo. In: BALAKRISHNAN, G. (Org.). **Um mapa da questão nacional**. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BURBANK, J. COOPER, F. **Impérios**: Uma nova visão da História Universal. 1. ed. São Paulo: Planeta, 2019.
- CANAL, J. **Historia Mínima de Cataluña**. 1. ed. Madri: Turner Publicaciones S.L., 2015.

CANDIDATURA UNITÀRIA POPULAR. Disponível em < <http://cup.cat/>>. Acesso em 20/04/2021.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. 1. ed. 2. reimp. São Paulo: Contexto, 2014.

CARVALHO, L.F. **O Recrudescimento do Nacionalismo Catalão**: Estudo de caso sobre o lugar da nação no século XXI. 1. ed. Brasília: FUNAG, 2016.

CASTELLS, M. **O Poder da Identidade**: a era da informação. Volume II. 9. ed. rev. ampl. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018a.

CASTELLS, M. **Ruptura** – A crise da democracia liberal. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018b.

CATALUNYA. Llei 8/2005, de 8 de juny, de protecció, gestió i ordenació del paisatge. **Diari Oficial de la Generalitat de Catalunya**, 2005. Generalitat de Catalunya, 2005. Disponível em: <http://www.catpaisatge.net/fitxers/ley_paisaje.pdf>. Acesso em 10/07/2021.

CELTIC LEAGUE. Disponível em <<https://www.celticleague.net/>>. Acesso em 30/03/2021.

CHAGAS, R. P. **Movimentos nacionalistas na Europa pós-Guerra Fria**: os casos de Flandres, Escócia e Catalunha. 2017. Tese (Doutorado em Geografia [Geografia Humana]) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

CHAGAS, R. P. Catalunha: uma nação sem Estado. In: **Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território**, 2014. Rio de Janeiro. Porto Alegre: Editora Letral; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014.

CLAVAL, P. A paisagem dos geógrafos. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. **Paisagens, textos e identidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

COMPROMÍS. Disponível em <<https://compromis.net/>>. Acesso em 27/03/2021.

CONGRESO DE LOS DIPUTADOS. Disponível em <<https://www.congreso.es/web/guest>>. Acesso em 29/03/2021.

CONSELHO DA EUROPA. **Tratado da União Europeia/Maastricht**. Maastricht, 1992.

CONSELHO DA EUROPA. **Convenção Europeia da Paisagem**. Florença, 2000.

COSGROVE, D. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. **Paisagem, Tempo e Cultura**. 1. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

CUCÓ, A. **Los nacionalismos periféricos**: el caso valenciano. Disponível em <<https://web.archive.org/web/20120620191310/http://www.ahistcon.org/docs/Valencia-nacionalismos.pdf>>. Acesso em 27/03/2021.

DOS CATALUÑAS. Direção: Álvaro Longoria e Gerardo Olivares. Produção de Netflix. Espanha: Netflix, 2018. Mídia.

ELECTOMANÍA. Disponível em <<https://electomania.es/>>. Acesso em 27/03/2021.

EL PAÍS. Madri, 1976-. Diário.

EL TALP. Disponível em <<http://webs.racocatala.cat/eltalp/fuster.htm>>. Acesso em 10/08/2021.

ESPAÑA. **Constituição** (1978). Constituição Espanhola. Madri, Comunidade de Madri. 1978.

ESQUERRA REPUBLICANA DE CATALUNYA. Disponível em: <<https://www.esquerra.cat/ca/inici>>. Acesso em 20/07/2020.

EUROPEAN FREE ALLIANCE (EFA). Disponível em <<https://www.e-f-a.org/>>. Acesso em 23/03/2021.

FIOL, D. M. La construcción mítica del “Onze de setembre de 1714” en la cultura política del catalanismo durante el siglo XX. In: CANAL, J. (Coord). **Historia y Política**. N. 14. P. 219-242, 2005.

FONT, J.N.; RUFÍ, J.V. **Geopolítica, Identidade e Globalização**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2006.

FURTADO, J. F. Guerra, diplomacia e mapas: a Guerra da Sucessão Espanhola, o Tratado de Utrecht e a América portuguesa na cartografia de D’Anville. In: **Revista Topoi**. São Paulo, 2011. 18 p. Disponível em <http://www.revistatopoi.org/numero_atual/topoi23/topoi23_a04_guerra_diplomacia_e_ma_pas.pdf>. Acesso em: 05/04/2020.

GARCIA, J. L. Les biens culturels dans les processus identitaires. In: **L’Europe entre cultures et nations**. 1. ed. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l’homme, Ministère de la Culture, 2015. Disponível em <<https://books.openedition.org/editionsmsmh/3909>>. Acesso em 10/07/2021.

GARCÍA, P. M. El nacionalismo solidario andaluz y sus orígenes ilustrados. In: **Gazeta de Antropología**. N. 9. Universidad de Almería, 1992. Disponível em <https://digibug.ugr.es/bitstream/handle/10481/13644/G09_07Pedro_Molina_Garcia.html?sequence=9&isAllowed=y>. Acesso em 20/03/2021.

GELLNER, E. O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe. In: BALAKRISHNAN, G. (Org.). **Um mapa da questão nacional**. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. 1. ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2002.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. 17. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HOBBSBAWM, E. J. A produção em massa de tradições: Europa, 1870 a 1914. In: HOBBSBAWM, E. J.; RANGER, T. (Org.). **A Invenção das Tradições**. 13. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020a.

HOBBSBAWM, E. J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWM, E. J. Introdução: A invenção das tradições. In: HOBBSAWM, E. J.; RANGER, T. (Org.). **A Invenção das Tradições**. 13. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020b.

HOBBSAWM, E. J. Etnia e nacionalismo na Europa de hoje. In: BALAKRISHNAN, G. (Org.). **Um mapa da questão nacional**. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

HOBBSAWM, E. J. **Globalização, democracia e terrorismo**. 1. ed. 11. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOBBSAWM, E. J. **Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

HOBBSAWM, E. J. **Sobre história**. 1. ed. 3 reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HOBBSAWM, E. J. **O novo século: entrevista a Antonio Polito**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. Disponível em <http://www.ine.es/dyngs/INEbase/es/categoria.htm?c=Estadistica_P&cid=1254735976606>. Acesso em 06/08/2020.

L'ENCICLOPÈDIA CATALANA. Disponível em <<https://www.enciclopedia.cat/ec-gec-0167848.xml>>. Acesso em 10/08/2021.

LA PROVINCIA. Disponível em <<https://www.laprovincia.es/canarias/2012/09/23/canarios-espanoles-50-10501728.html>>. Acesso em 26/03/2021.

LINACERO, J. J. **História mínima del País Vasco**. 1. ed. Madri: Turner Publicaciones S.L., 2016.

MANN, M. Estados nacionais na Europa e noutros continentes: diversificar, desenvolver, não morrer. In: BALAKRISHNAN, G. (Org.). **Um mapa da questão nacional**. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

MENESES, U.T.B. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, E. (Org.). **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.

MONBEIG, P. **Ensaio de Geografia Humana**. São Paulo: Livraria Martins, 1940.

NOGUÉ, J. SALA, P. **Prototipus de catàleg de paisatge: bases conceptuais, metodològiques i procedimentals per elaborar els catàlegs de paisatge de Catalunya**. Olot i Barcelona. Catalunya: Observatori del Paisatge, 2006. Disponível em <<http://catpaisatge.net/fitxers/Prototipus2006.pdf>>. Acesso em 10/07/2021.

NORA, P. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. In: Projeto História. São Paulo, 1993.

OBSERVATORI DEL PAISATGE. Disponível em <<http://www.catpaisatge.net/esp/index.php>>. Acesso em 10/07/2021.

ÒMNIUM CULTURAL. 2021. Disponível em <<https://www.omnium.cat/ca/#intro>>. Acesso em 20/07/2021.

PARTIDO NACIONAL ESCOCÊS. 2021. Disponível em <<https://www.yes.scot/>>. Acesso em 30/03/2021.

PLATAFORMA PER LA LLENGUA. **Informecat**. Barcelona, 2018. Disponível em <https://www.plataforma-llengua.cat/media/upload/pdf/informecat2018_1528713023.pdf>. Acesso em 20/07/2021.

POLLAK, M. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15.

PUJALS, J. M. **As novas fronteiras da Identidade** (Um caso concreto: Catalunha). São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio (Ramon Llull), 2011.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. 1. ed. São Paulo: Editora Ática S.A., 1993.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 9. reimp. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. 6. ed. 2. reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único á consciência universal**. 32. ed. Rio de Janeiro: Record, 2021.

SAUER, C. O. A Morfologia da Paisagem. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. **Paisagem, Tempo e Cultura**. 1. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SENADO. Disponível em <<https://www.senado.es/web/index.html>>. Acesso em 29/03/2021.

SENNETT, R. **A cultura do novo capitalismo**. 1. ed. Rio de Janeiro – São Paulo, Editora Record, 2006.

SMITH, A. D. **La identidad nacional**. 1. ed. Madri: Trama Editorial S.L., 1997.

SMITH, A. D. O nacionalismo e os historiadores. In: BALAKRISHNAN, G. (Org.). **Um mapa da questão nacional**. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

STALLAERT, C. **Etnogénesis y Etnicidad en España: una aproximación histórico-antropológica as casticismo**. Barcelona: Edita Proyecto A Ediciones, 1998.

TODOROV, T. **Los Abusos de la Memoria**. Buenos Aires: Editorial Paidós, 2000.

UCELAY-DA CAL, E. **Breve Historia del Separatismo Catalán**. 1. ed. Barcelona: Ediciones B, 2018.

UCELAY-DA CAL, E. Espanha: além da Inquisição. In: FURTADO, P. (Org.) **Identidades das nações: uma breve história**. 1. ed. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2019. p.77-86.

UNION DO POVO GALEGO. Disponível em <<http://www.uniondopovogalego.org/>>. Acesso em 26/03/2021.

VERDERY, K. Para onde vão a “nação” e o “nacionalismo”?. In: BALAKRISHNAN, G. (Org.). **Um mapa da questão nacional**. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

VIEIRA, V. P. **Catalanismo**: a questão independentista e o regionalismo catalão nos jornais *El País* e *El Periódico* entre 2012 e 2017. 2018. 74 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2018.

XUNTA. Disponível em <https://www.xunta.gal/dog/Publicados/2014/20140408/AnuncioC3B0-310314-0001_gl.html>. Acesso em 24/03/2021.